

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 268
15 de Março de 1979

Preço: 7\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

150 000 PESSOAS MANIFESTAM-SE NO PORTO E EM BRAGA



No Porto, uma incontível vaga humana exige o fim de um governo e de uma política de traição nacional

CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO O POVO RECLAMA PÃO E TRABALHO

No passado sábado, 120 000 pessoas no Porto e 30 000 em Braga desceram à rua em grandiosas manifestações de protesto contra a política antipopular do Governo Mota Pinto/PPD, em defesa da Reforma Agrária e da Constituição (pág. 12).

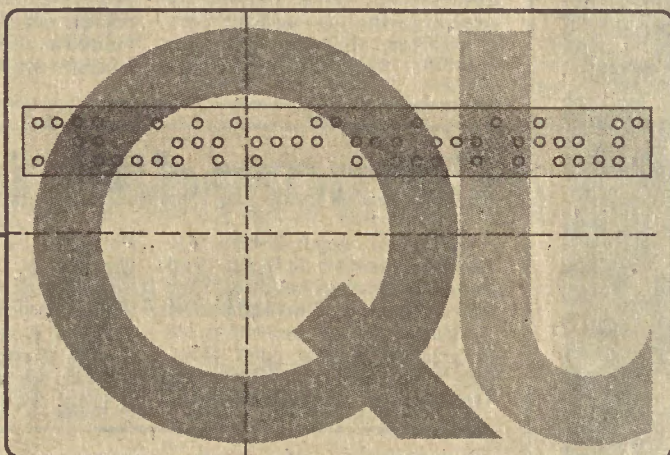
As organizações sindicais convocaram para o próximo sábado manifestações com os mesmos objectivos para Beja, Évora, Ovar, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Leiria e Lisboa. Nesta última para a qual a DORL do PCP dirigiu um apelo (pág. 3) cuja concentração se realiza às 15 horas no Martim Moniz, estarão também presentes os trabalhadores dos distritos de Setúbal, Santarém e Portalegre.



Em Braga, na maior manifestação aí realizada a mesma exigência, a mesma determinação popular

Paz para o Vietnam!

Pag. 11



Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos Quadros Técnicos

Os trabalhos preparatórios do Encontro encontram-se na sua fase final. É já em 24 e 25 de Março que os delegados se reunirão na «Voz do Operário»

Pag. 7

PLENÁRIO DE LISBOA



POVO UNIDO

Propõe: um mínimo de cem mil contos para as freguesias da capital; descentralização de poderes para as freguesias; reestruturação dos serviços camarários;

Denuncia: o boicote da reacção à aplicação da Lei das Finanças Locais.

Pag. 8



Pag. 6

Editorial

A LUTA CONTINUA!

Editorial

A LUTA CONTINUA!

A questão do Governo tornou-se um agudo factor de putrefacção política da crise actual. Tornou-se também pelas suas incidências, a pedra — de — toque do patriotismo, do democrático e da sensibillização popular dos principais partidos e forças políticas com maior poder de intervenção na situação nacional.

A conjuntura portuguesa está profundamente marcada pela prática política antipopular da equipa governamental do novo "professor de Coimbra" como ponta de lança da ofensiva generalizada das forças reacconárias contra o regime democrático e a Constituição.

O Governo Mota Pinto/PPD, que conta além disso com o apoio incondicional e participação disfarçada do CDS, colocou-se totalmente fora do quadro institucional do País. A confraria governante desafecta ao povo, governando contra o povo, é um corpo estranho na democracia portuguesa.

Esta é uma verdade incontestável que ressalta cada vez com mais força à medida que a política antidemocrática do governo aprofunda a crise e a equipa governante dos partidos da direita se aferra desesperadamente ao poder.

Mota Pinto não perde ocasião de vir a público dizer que a crescente contestação ao seu Governo é produto da "agitação comunista", da manipulação política do PCP. É uma grosseira mistificação do Primeiro-Ministro que tenta inverter as causas e os efeitos e procura ludibriar o Povo português com jogos de palavras e inversões das realidades.

Não é a "agitação comunista" nem a "manipulação política" do PCP que explicam o facto de mais de 150 000 portugueses terem desfilado pelas ruas do Porto e Braga, reclamado pão e trabalho, demissão do Governo, fim das suas ilegalidades e violências contra os trabalhadores, manifestado a sua solidariedade combativa para com os heróicos obreiros da Reforma Agrária. Estes são os efeitos.

As causas são a política antipopular do Governo, o seu tenaz propósito de fazer pagar aos trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais os custos da crise, a crescente introdução de métodos violentos e repressivos para impor decisões inconstitucionais, a sua posternação ante o FMI e o capital estrangeiro, a sua ofensiva e os seus atentados contra a democracia no domínio da Comunicação Social.

O Governo fez do Orçamento Geral do Estado um modelo da sua política económica antipopular e um monumento da sua incompetência e da sua incapacidade para abordar e propor soluções correctas numa perspectiva patriótica dos graves problemas económicos e financeiros do País a curto e a médio prazos.

Em vez de facilitar a discussão parlamentar no mais curto prazo possível de um documento tão importante para a vida do País, sobre o qual já incidiram severas críticas e objeções mesmo de sectores afectos ao Governo, o Primeiro-Ministro prefere tomar o avião e ir deabalada até ao Brasil adiando por mais oito dias o início do debate parlamentar sobre o Orçamento e as "Grandes Opções do Plano" que não deveria mais protelar-se.

Por tudo isso a questão do Governo assume a maior acuidade e a remoção da equipa Mota Pinto/PSD tornou-se uma medida necessária de saneamento político do País, necessária e inadiável.

☆

O adiamento do debate parlamentar sobre

o Orçamento Geral do Estado e as "Grandes Opções do Plano" — que acabam de sofrer nova reprovação do Conselho Nacional do Plano — não significou qualquer mudança nos aspectos mais contestados da política do Governo.

As entregas ilegais de reservas na Zona da Reforma Agrária, a prática de violências e ilegalidades contra os trabalhadores da UCPs, o esbulho dos bens colectivos em benefício dos protegidos do MAP, as provocações dos agrários sob cobertura e a protecção das forças de intervenção, cuja retirada só parcialmente se verificou, levantam a indignação dos trabalhadores, semelam a ruína e o desemprego nos campos do Alentejo, encontram cada vez mais a resistência das populações alentejanas e ribatejanas e a reprovação categórica de vastas camadas do Povo português.

O Governo pretende empurrar os trabalhadores da Reforma Agrária para a confrontação violenta com as forças repressivas, pretende instaurar em largas zonas do País um clima de guerra civil e de estado de sítio.

Os trabalhadores e pequenos agricultores das UCPs não se deixarão arrastar à pérfida armadilha do MAP mas a imponente manifestação de protesto dos trabalhadores de Brinches e a reocupação simbólica da Herdade de Grafares representam a confirmação de que as extorsões e as ilegalidades do Governo Mota Pinto/PSD por intermédio do MAP nunca serão aceites nem reconhecidas por aqueles que iniciaram com êxito e no interesse do seu povo, a experiência histórica de uma forma de exploração colectiva da terra que liquidou sobre uma quinta parte da superfície agrícola do País a praga social e económica do latifúndio — experiência histórica e social cuja integridade a Constituição da República consagra e garante.

A brutal ofensiva do MAP, conduzida pelo monárquico reacconário da CAP Ferreira do Amaral, provoca cada vez mais a reprovação de todos os democratas e patriotas, de todos os que acreditam e acreditam na actualidade e na força do 25 de Abril.

A acção do Governo Mota Pinto/PSD na zona da Reforma Agrária está minando o prestígio das forças políticas que avalizaram o Governo e a confiança que nelas depositaram largos sectores da população do País.

☆

Por outro lado o escândalo da comercialização da batata de semente e o regresso a Portugal do banqueiro Pinto de Magalhães em consonância com a escandalosa manobra que envolve a SMIDA e a SONAE que o grupo financeiro daquele magnate da banca se prepara para consumir, são outras facetas reveladoras da degradação moral e política da equipa governante.

Na questão da batata de semente, em que está envolvida a Junta Nacional das Frutas, dirigida por um antigo dirigente da CAP, o secretário de Estado do Comércio Interno procura descartar-se das responsabilidades num sentido que favorece os grandes intermediários do comércio da batata. O Governo Mota Pinto enviou há pouco mais de duas semanas para Vila Pouca de Aguiar uma força de 400 praças da GNR contra os produtores daquele conchelo transmontano que reclamavam o escoamento do seu produto, mas nenhuma medida tomou até agora para impedir o apodrecimento de milhares de toneladas de

batata de semente e garantir o seu fornecimento aos produtores em condições económicas satisfatórias.

O banqueiro Pinto de Magalhães foi — por sua vez — bastante expressivo nas suas pretensões imediatas: "Para já — disse ele — reaver as minhas empresas"... "Sim senhor, "para já" a nacionalização da banca e dos seguros são irreversíveis mas "para já" também val pensar "na constituição de empresas de crédito e bancos de investimento", como é sabido as novas formas abertas pela contra-revolução legislativa para minar a banca nacionalizada.

☆

Claro que este Governo não deveria passar. Mas irá passar? Que vai decidir o PS?

É uma questão que necessita de resposta urgente, uma resposta insofismável e categórica.

O PS val deixar passar o Governo ou não?

O dr. Mário Soares continua a não falar claro nesta questão, a fugir a uma resposta concreta. Insiste o secretário-geral do PS que não vê uma alternativa imediata para o derrubamento do Governo Mota Pinto/PSD. Não vale a pena argumentar mais sobre um problema suficientemente aclarado: há alternativas e é só o PS querer considerá-las seriamente para que se tomem decisões.

Mas o antigo Primeiro-Ministro prefere atacar em vez de procurar entender-se com o PCP. Diz ele que os seus escrúpulos de não inviabilizar o Governo e não provocar com a sua queda "prematura" o vazio do Poder o distingue do PCP, partidário do "quanto pior melhor como sempre foi".

Seria interessante perguntar ao dr. Mário Soares se é no PCP ou no seu próprio partido que se defende a política do "quanto pior melhor", se é no PCP ou no PS que dirigentes destacados têm afirmado que nenhum outro governo foi "tão bom", eleitoralmente, para o seu partido como o actual, ou seja: pode-se-lhe dar pancada, fazer-lhe uma vistósissima "oposição" de fachada para "eleitor ver" mas mantê-lo de pé para que tire as castanhas do lume da política de recuperação capitalista que outros conhecidos governos — como o do PS sozinho — praticaram antes.

O "quanto pior melhor" não é uma carapuça que se enfie no PCP que tem sido ao longo do processo o único a actuar no concreto para resolver problemas do povo e do País e o único que tem avançado com propostas e alternativas viáveis para arrancar Portugal da crise e abrir o caminho do melhoramento efectivo do teor de vida do Povo português.

No interesse do entendimento possível entre comunistas e socialistas, verificável quer na Assembleia da República quer sobre outras frentes de actividade política e social, é melhor não usar destes processos que jogam sempre no fim de contas contra quem os usa.

Claro que a tese de não derrubar este bom mau Governo Mota Pinto/PSD aparece noutras "bocas". O dr. Vitorino Magalhães Godinho, por exemplo, acha que este Governo deve ser remodelado mas manter-se. O MEIC e o sr. Proença de Carvalho deveriam ser substituídos no seu entender... a celeridade equipa do MAP nessa nem se fala!

Também o sr. Basílio Horta defende a remodelação do Governo, naturalmente dentro da órbita do CDS que consideraria "uma verdadeira calamidade nacional" o derrubamento da equipa Mota Pinto/PSD...

Sim, a questão do Governo é também a pedra-de-toque da "qualidade" e do democratismo de certos

partidos políticos — sê-lo-á para o PCP e sê-lo-á sem nenhuma dúvida para o PS. Atenção: quem lhe passar por cima como gato, sobre brasas, pode queimar as patas.

☆

A acção inconstitucional do Governo é, na prática governativa, uma operação conexa com uma outra mais vasta que visa a revisão inconstitucional da Constituição.

A orquestração para a revisão ilegal da Constituição desenvolve-se em todos os tons: eruditos cavalheiros de aquém e além fronteiras emitem judiciosos concêlitos para amaranhar e liquidar a progressista lei fundamental dos portugueses.

Na sua fúria revisionista os inimigos da actual Constituição não se contêm diante de nada. O ex-monárquico e quase ex-socialista Sousa Tavares não está com melas medidas: "a Constituição é um aborto político, é um manto de mentiras ou melas-mentiras que se pretendem contrapor umas às outras." A sua acendrada defesa do presidencialismo mostra que desejaria talvez pôr sobre a cabeça de um futuro PR uma coroa real...

As teses revisionistas têm uma grande variedade formal mas apontam todas para os mesmos alvos: suprimir o socialismo como meta da revolução democrática portuguesa; submeter a revisão constitucional a um referendo; acabar com o voto proporcional; liquidar desde já o Conselho da Revolução e, naturalmente, suprimir no texto constitucional tudo o que cheire a nacionalizações, a Reforma Agrária, a direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

A Constituição portuguesa foi feita pela Assembleia Constituinte, cuja maioria esmagadora (todos os partidos menos o CDS) a aprovaram; os limites e as condições para a sua eventual revisão foram votados pela imensa maioria dos deputados. Porque vêm então agora certos senhores atacar a Constituição, arrogar-se com o maior desplante seus "revisores", sugerir novas formas para iludir e violar a vontade soberana do povo?

☆

A reacção será derrotada. Na poderosa acção das massas, na busca de soluções patrióticas para os problemas nacionais, na multiforme iniciativa política das forças mais consequentes da democracia portuguesa, destacadamente do PCP, assentará a saída democrática para a crise portuguesa.

Neste sentido as portentosas manifestações do dia 10 no Porto e em Braga, os desfiles e acções simbólicas dos trabalhadores de Brinches, as múltiplas lutas de massas para a obtenção de reivindicações sentidas e imediatas, são, nos últimos dias, formas de aproximação dos êxitos definitivos.

Uma importância muito grande assumirão as grandes jornadas previstas para o dia 17 em Lisboa, Évora, Beja, Ovar e outras regiões. Milhares de trabalhadores unem-se e discutem. Por todo o País poderosas acções conjuntas, a força do povo trabalhador, da democracia, e da independência nacional impor-se-ão aos que ambicionam liquidar o 25 de Abril e instaurar em Portugal uma nova ditadura reacconária.

Destas poderosas acções, aspirações profundas extravasarão do coração das massas. Unidade! Alternativa democrática para o Governo actual! Mota Pinto para a rua — a luta continua!

Nota sobre a venda de «O Século»

1. A decisão tomada há dias pelo 1.º Governo Mota Pinto/PPD de autorizar a venda a entidades privadas da empresa de «O Século» (ex-Sociedade Nacional de Tipografia) representa um novo e perigoso passo na escalada contra o sector estatizado da comunicação social e constitui mais uma prova da intenção do Governo de instaurar no país uma situação de facto anticonstitucional, afogando a legalidade democrática na vaga dos seus abusos e prepotências.

2. O PCP sublinha que, tendo a ex-Sociedade Nacional de Tipografia sido objecto de uma nacionalização directa através do Decreto-Lei 639/76 de 29 de Julho, do VI Governo Provisório, a decisão agora tomada pelo Governo contraria e viola frontalmente o princípio da irreversibilidade das nacionalizações consagrado no Art.º 83.º da Constituição.

3. Com inexecdível desfaçatez, o Governo Mota Pinto/PPD pretende encobrir esta monstruosa ilegalidade com a construção fantasiosa de que a venda da empresa de «O Século» não

passaria de um mero acto de gestão corrente por parte do Conselho de Gerência da EP-Século/Popular que se traduziria numa igualmente normal alienação de património. Mas o que se toma claro e evidente é que a venda de «O Século», a consumir-se, representaria um acto ilegal de reprivatização de parte essencial do património da actual EP-Século/Popular, de liquidação de uma empresa directamente nacionalizada que ainda hoje conserva de facto a sua fisionomia, estruturas e bens próprios.

4. O PCP adverte ainda que a fixação pelo Governo Mota Pinto/PPD de um prazo de 30 dias para aceitação de propostas de compra mais não é do que uma tentativa hipócrita de dar aparência de moralidade a uma anterior e conhecida negociação com um grupo reacconário que, tudo indica, já se encontra concluída.

5. O PCP alerta os órgãos de soberania, as forças democráticas, a opinião pública nacional para o gravíssimo precedente que representaria a concretização desta decisão do Governo. A tolerância ou

convivência perante este acto de escandalosa delapidação de bens públicos a favor do grande capital e da reacção converter-se-ia seguramente num poderoso estímulo para que o Governo Mota Pinto/PPD levasse à prática os seus planos de, com semelhantes pretextos e falsos argumentos, desencadear uma operação global para a reprivatização de sectores essenciais das empresas nacionalizadas.

6. A complexidade do problema de «O Século», a difícil e dramática situação em que se encontram desde há 2 anos os seus trabalhadores e a salvaguarda dos interesses nacionais, apontam, não para a venda inconstitucional e ao desbarato da empresa, mas para um esforço sério e aturado no sentido da reestruturação, reactivação e aproveitamento das possibilidades da empresa no quadro da consideração global dos problemas do sector da comunicação social do Estado, e por forma a assegurar o pão e o trabalho aos que foram as principais vítimas da incúria, das manobras políticas e da incapacidade dos últimos

governos em dar solução justa e legal ao problema.

7. A autorização de venda de «O Século» é parte integrante da ofensiva do Governo Mota Pinto/PPD para a aceleração brutal da política de recuperação capitalista e visa reforçar as posições do grande capital e da reacção na comunicação social desequilibrando ainda mais a situação num sector essencial para a defesa da democracia e dos direitos, liberdades e conquistas do povo português.

8. O PCP salienta que o caminho para derrotar esta revoltante ofensiva contra as liberdades democráticas é e continuará a ser o caminho da luta e da unidade dos trabalhadores do sector, apoiados activamente por todo o movimento operário popular e pelo vigoroso movimento de opinião democrática que hoje, por todo o país, ergue a sua voz de protesto contra as prepotências e ilegalidades do Governo Mota Pinto/PPD.

Lisboa, 9 de Março de 1979.
A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MAP: um despacho arbitrário e prepotente

1. Concretizando as ameaças ilegais e inconstitucionais contidas na nota official do MAP de 24/2/79, o secretário de Estado da Estruturação Agrária acaba de publicar um despacho visando regulamentar de forma arbitrária e prepotente a utilização de veículos ao serviço das UCPs e Cooperativas da zona da Reforma Agrária.

2. O PCP protesta vivamente contra mais esta monstruosa ilegalidade da autoria do MAP e alerta os órgãos de soberania e a opinião pública para o grave significado deste despacho, pelas suas eventuais consequências e pelas concepções repressivas e autoritárias que o inspiram.

3. Ao contrário do que pensa o MAP, as UCPs e Cooperativas não são nem serviços governamentais nem repartições do Estado. São entidades legitimamente constituídas, jurídica e economicamente autónomas, constituídas na base do trabalho, do esforço e do sacrifício dos trabalhadores e pequenos agricultores, democraticamente organizadas de acordo com a vontade soberana dos seus membros e geridas pelos seus

órgãos representativos. Em consequência, são completamente ilegais e anticonstitucionais as pretensões do MAP de se ingerir na vida interna das UCPs e Cooperativas e, neste caso, de regulamentar e controlar de forma minuciosa e afrontosa a utilização do seu património.

4. O PCP chama a atenção dos órgãos de soberania e da opinião pública para que este despacho do MAP tem por objectivo confessado impedir e restringir o legítimo exercício de direitos e liberdades dos cidadãos consagrados na Constituição, pondo em causa a legalidade democrática e criando de facto uma intolerável situação de excepção numa vasta zona do território nacional.

5. Com efeito, o referido despacho do monárquico Ferreira do Amaral visa expressamente inviabilizar a utilização de veículos ao serviço de UCPs e Cooperativas como meio de transporte para "manifestações" e "concentrações", pelo que se torna claro que o MAP, não querendo dar resposta ao amplo descontentamento que a sua política suscita, pretende, à boa maneira do fascismo impedir e abafar as formas legítimas de

expressão desse descontentamento.

6. O PCP denuncia o cinismo e hipocrisia do MAP que procura justificar o seu despacho repressivo com alusões demagógicas a "desgaste de material", "desperdício de combustível", e "fins exteriores à produção". Melhor seria que o MAP prestasse contas ao País dos incalculáveis prejuízos que a sua ofensiva contra a Reforma Agrária tem causado à agricultura e à economia nacional e dos milhares de contos que está delapidando com a injustificada mobilização de meios repressivos para execução da sua política de arbítrio e prepotência. Melhor seria ainda que o MAP fosse capaz de justificar perante o Povo português que sofre tantas privações

e dificuldades porque motivo se prepara para premiar os agrários com perto de 20 milhões de contos, a pretexto de indemnizações.

7. O citado despacho ilegal do MAP, por vontade deliberada dos seus autores, constitui um novo e perigoso factor de agudização de tensões e conflitos na zona da Reforma Agrária, susceptível de provocar mais um indesejável envolvimento das forças de segurança em missões distantes da sua finalidade constitucional e, por isso mesmo, susceptíveis de afastar cidadãos e membros das forças de segurança do clima de respeito recíproco e convivência democrática que é legítimo edificar no Portugal de Abril.

8. Para completa afirmação da ordem e da legalidade democrática, para respeito geral pela Constituição, para salvaguarda dos inalienáveis direitos e liberdades dos cidadãos, é indispensável a imediata revogação do despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária, de 22 de Fevereiro de 1979.

Lisboa, 13 de Março de 1979
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Camaradas italianos em Lisboa

Na passada segunda-feira, Ugo Pecchioli, membro da Direcção do Partido Comunista Italiano, e Kino Marzullo, da Redacção do «L'Unità», que se encontram em Portugal para uma curta visita, foram recebidos no Centro de Trabalho do Partido Comunista

Português na Rua Soeiro Pereira Gomes por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e António Abreu, membro suplente do CC. Ugo Pecchioli deu uma

informação acerca da preparação do XV Congresso do PCI, que deve realizar-se em Roma, e confirmou o convite a uma delegação do PCP para assistir aos trabalhos.

Durante o encontro trocaram-se impressões acerca da situação política existente nos dois países,

da actividade dos respectivos partidos e de problemas internacionais de interesse comum.

O encontro decorreu no ambiente de franqueza e amizade fraternal que caracteriza as relações entre os dois partidos.

Apoio ao Vietnam também no Porto

Mais de uma centena de democratas de várias tendências, da cidade do Porto, decidiram constituir uma Comissão de Solidariedade com o Vietnam, divulgando um manifesto onde reclamam a imediata retirada das forças invasoras chinesas, apelando a todos os trabalhadores

e democratas, a todas as forças amantes da paz e do progresso para que desenvolvam, por todas as formas, a solidariedade ao Povo do Vietnam em luta.

No documento é recordado o facto de a bárbara invasão do Exército chinês ter interrompido o clima de paz e de abnegado

esforço com que o Povo vietnamita, após uma luta heróica pela autodeterminação e independência, procedia à reconstrução do seu país.

Salienando que o Povo português ainda não esqueceu o profundo significado da luta e dos altos exemplos de

heroísmo dados pelo povo da pátria de Ho Chi Minh os membros da Comissão recordam a solidariedade dos portugueses aos vietnamitas, manifestada mesmo no tempo do fascismo destacando que, hoje, essa solidariedade volta a ser necessária.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699-1 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - 1000 Lisboa. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 26038.

Casa de Venda: R. do Almada, 16-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 26394.

Centro Distribuidor do Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - 2000 Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - 2900 Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - 1000 Lisboa. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - 1000 Lisboa. Tel. 41787. Composto e Impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro: 76 593



Março 1979 • N.º 45

Avante! Militante

• Preço 7\$50

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Neste número: Preparemos as comemorações de Abril • Encontro Nacional das organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto • A preparação do IX Congresso - Fortaleçamos a organização - Unamos as nossas fileiras - Intensifiquemos a acção das massas • Sobre a 1.ª Conferência Nacional de Organizações Sindical • Vençamos as nossas debilidades nas zonas difíceis • Sobre os fundos do Partido • Continuemos a reforçar as células de empresa • Como se processou a organização nos bairros periféricos de uma vila • A propósito da agressão chinesa • Acerca do sectarismo.



Todos à manifestação de sábado!

Associando-se à iniciativa lançada pelas organizações unitárias dos trabalhadores de Lisboa e de Setúbal, a DORL do PCP apela aos seus militantes e simpatizantes, aos democratas, ao povo da região de Lisboa, para que participem na grande manifestação de 17 de Março, que parte às 15 horas do Largo Martim Moniz em direcção à Alameda Afonso Henriques.

1. Não à repressão! Não à acção ilegal do Governo MP/PPD

Instrumento da reacção, o governo viola diariamente a legalidade democrática e a Constituição da República.

Indiferente aos protestos populares, cada vez mais isolado da esmagadora maioria dos portugueses, o Governo insiste em prosseguir uma política oposta ao regime democrático nascido de Abril.

A acção deste Governo é ilegal, porque entrega terras a agrários e falsos rendeiros, apadrinha roubos de máquinas e gados às UCPs e Cooperativas, instaura o estado de sítio no Alentejo.

A acção deste Governo é ilegal, porque desrespeita a Constituição da República, recusando cumprir a Lei das Finanças Locais, apresentando um Orçamento ilegal, atacando

as CTs da Função Pública, institucionalizando a censura e a intimidação na Comunicação Social, substituindo democratas por fascistas e reacconários, atentando contra as liberdades de expressão e reunião.

A acção deste Governo é ilegal, porque promove as desintervencções, descapitaliza o sector público da economia, entrega indemnizações aos patrões sabotadores, tenta iludir ou ignorar o controlo de gestão, abre portas aos despedimentos e ao desemprego. Este Governo tem uma acção ilegal e repressiva. Este Governo não serve.

2. De joelhos perante o imperialismo, o Governo conduz à ruína o povo e o país

O Governo MP/PPD submete-se ao imperialismo e cede perante as suas exigências comprometendo a dignidade e os interesses nacionais.

A continuação do recurso aos empréstimos externos com os encargos económicos e políticos que implicam, a capitulação perante as imposições do FMI, como a redução a 3% do crescimento do PIB e a desvalorização do escudo, a transigência perante as pressões externas que visam liquidar as nacionalizações, as manobras em torno da entrada no Mercado

Comum, são factores que deixam Portugal à mercê do imperialismo e põem em causa a independência nacional.

Como consequência desta submissão, as condições de vida sofreram um brutal agravamento e novos agravamentos se avizinham!

A lei do Orçamento e as Opções do Plano propostas à Assembleia da República, conduzirão, caso sejam aprovadas, à diminuição dos salários reais, não permitindo aumentos salariais superiores a 18%; à institucionalização do «imposto de palhota» que retira 56% ao 13.º mês; à manutenção de pensões de miséria para os Reformados; ao esvaziamento do já miserável cabaz de compras; à redução de verbas da educação e dos assuntos sociais.

Este Governo, atenta contra a independência nacional. Este Governo atenta de forma monstruosa contra as condições de vida dos trabalhadores. Este Governo não serve!

3. Por um Governo democrático Por uma política ao serviço de Portugal e dos portugueses Fora com o Governo MP/PPD

Há uma alternativa para este Governo, há uma alternativa para esta política.

9 de Março de 1979

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

Cheias e outros problemas Como aproveitar devidamente os recursos hídricos?

A Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, com o apoio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, organizou um Seminário nos passados dias 1, 2 e 3 em Lisboa, com o objectivo expresso de «proporcionar aos técnicos interessados nos problemas dos recursos hídricos, uma visão crítica dos problemas ligados com a gestão dos recursos hídricos e qualidade de vida».

O seminário teve a participação de cerca de três centenas de técnicos portugueses e de um especialista francês, F. Vallon, que apresentou uma comunicação sobre a sua experiência profissional.

A falta de representantes espanhóis foi lamentada numa moção apresentada no fim do seminário por um grupo de especialistas em hidrologia. Como efeito, o facto das bacias hidrográficas dos principais rios se estenderem a grandes áreas de território espanhol, exigirá sempre acordos bilaterais entre os dois países para a solução dos principais problemas.

Durante os trabalhos foi dada particular importância aos problemas de planeamento que precisam ser correctamente equacionados para resolver as

situações reais que são diariamente enfrentadas pela população.

A necessidade do planeamento

Na sequência das cheias, que vieram agravar ainda mais a situação económica nacional e causar prejuízos irreparáveis a tantos habitantes das zonas atingidas, a discussão destes problemas ganhou em oportunidade, e permitiu verificar não ser por fatalidade que as tragédias acontecem, pois seria possível tomar medidas para as evitar.

O planeamento não deve de facto incidir apenas sobre aspectos particulares do uso da água, como seja o aproveitamento de energia, a água para rega ou para abastecimento público, mas sim ao conjunto dos problemas que nos são postos pela água.

Como observou uma oradora, Manuela Silva, a semelhança do que tem sucedido com outros recursos naturais, a água não tem merecido atenção adequada por parte das políticas globais de desenvolvimento até agora seguidas entre nós, não obstante estar associada a certos fenómenos naturais de consequências funestas para as

populações, como sejam as cheias e as secas e existirem condições que tornam possível, hoje, actuar, por forma a controlar os seus efeitos ou a impedir a sua ocorrência.

Também outro participante, António Quintela, chamou a atenção para os prejuízos causados pela água, acentuando que a inventariação destes prejuízos torna-se indispensável para planejar não só as medidas tendentes à sua eliminação ou atenuação como também o aproveitamento dos recursos hídricos.

No conjunto, os trabalhos apresentados convergiram para o reconhecimento da necessidade de um planeamento que atenda às necessidades de água para consumo em quantidade e qualidade, ao aproveitamento da água para produção de energia e para regas, e à eliminação ou redução dos prejuízos causados pelas irregularidades do regime das águas que provocam as cheias ou as secas.

Os meios para conseguir estes resultados foram também discutidos, tendo havido uma discussão entre os partidários das grandes e das pequenas barragens.

entre os partidários das grandes e das pequenas barragens.

Os dois pontos de vista viriam a encontrar uma solução de acordo, atendendo a que nem só as grandes nem só as pequenas barragens resolvem os problemas.

Os sistemas de controlo eficaz da água devem corresponder a conjuntos de obras que vão desde o pequeno afluente à escala dos problemas da exploração agrícola ou da freguesia, até às grandes barragens à escala nacional ou internacional.

Mesmo sob este ponto de vista mais amplo, as barragens não constituem o único recurso técnico.

Falta vontade política para resolver o problema

Para uma solução equilibrada do problema da água é necessário uma acção planeada, que abranja a florestação de certas zonas para aumentar a precipitação e facilitar a infiltração da água no solo, a regularização dos cursos de água por meio de arborização das margens e construção de albufeiras, o controlo da erosão das terras, a abertura de canais de rega, a conservação da drenagem natural através das linhas de água, etc.

Paralelamente a estes aspectos, há que pensar também na qualidade da água, fundamental para o bem-estar e a segurança das populações.

Os factores que provocam a degradação da qualidade da água são a acumulação e decomposição de detritos provenientes dos lixos e esgotos urbanos ou industriais, e os produtos químicos empregues na agricultura. Certas explorações pecuárias podem também contaminar as águas. O excesso de consumo de água nas zonas costeiras pode conduzir à degradação da qualidade da água devido à infiltração das águas marinhas para o interior dos reservatórios subterrâneos.

Todos estes problemas, discutidos no seminário podem ser resolvidos e não faltam sequer os recursos humanos e técnicos para o conseguir.

Só falta vontade política de o fazer, por parte dos governos que pouco se têm preocupado com o bem estar das populações e com a situação económica do país, pressionados por questões de fachada, como antes do 25 de Abril, ou incapazes de assumir as responsabilidades.

Violência nazi no Porto: a provocação e o fracasso

Os promotores de acções de provocação e violência nas escolas do Porto, como aliás noutros locais, são sempre os mesmos! A polícia, a quem cabe a segurança dos cidadãos e da ordem pública, sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

de serem desmascarados! A defesa da democracia e da ordem democrática não pode tolerar as sistemáticas actividades dos bandos nazis.

Como já referimos, a polícia sabe perfeitamente quem são os indivíduos que participaram nos assaltos a sedes de organizações políticas de esquerda em 24 de Novembro passado, os mesmos que promoveram no passado dia 8 a concentração (fracassada) no Liceu Garcia da Orta e no dia seguinte as arruaças e confrontos nos liceus António Nobre e Rodrigues de Freitas (onde foram selvaticamente espancados dois militantes da UEC e um da Juventude Socialista) e ainda o assalto à sede da UDP na freguesia de Paranhos.

«Estudantes Nacionalistas do Porto contra o ensino marxista», «Juventude do MIRM», «Juventude Centrista» e mesmo por vezes «Juventude Social-Democrata», são etiquetas diversas que representam os mesmos objectivos: desestabilização, violência, provocações! Já é tempo

8 de Março

**Grande festa
Na próxima quarta-feira,
21 de Março,
no Pavilhão dos Desportos**

Um breve balanço sobre a movimentação que assinalou a passagem do 8 de Março no nosso país, permite desde já concluir que milhares e milhares de mulheres participaram nesta jornada comemorativa do Ano Internacional da Mulher, por iniciativa do MDM, dos Sindicatos, de Comissões Unitárias de Mulheres, das organizações populares nomeadamente Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores, do

PCP, o 8 de Março foi assinalado em sessões diversas em fábricas, aldeias, vilas e cidades.

Em Lisboa, a sessão do MDM realizada na Academia de Santo Amaro, mobilizou cerca de 350 pessoas e as intervenções a cargo de Helena Bastos do MDM, Alice Rocha da CGTP-IN e da camarada Alda Nogueira do CC do PCP foram aplaudidas entusiasmamente. Nesta jornada foram aprovadas moções contra o custo

de vida, de adesão à manifestação de depois de amanhã e uma outra relativa à solidariedade internacional.

Nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, dezenas de sessões, manifestações de mulheres contra o custo de vida em Campo Maior e em Plas — onde as mulheres saíram para a rua com bandeiras negras simbolizando a fome e o desemprego provocados pela política repressiva do MAP — que mobilizaram mais de 4000 pessoas, concentração em Vendas Novas, exposição sobre a Mulher em Montemor-o-Novo e recolha de assinaturas contra o custo de vida, assinalaram o 8 de Março.

No distrito de Setúbal, em todos os concelhos, se comemorou o Dia Internacional da Mulher com diversas sessões e encontros, realizados por iniciativa do MDM, das CUMs, dos Departamentos de Mulheres dos Sindicatos e das Comissões de Moradores, que incentivaram a fatura de faixas que em ruas de diversos concelhos saudavam as mulheres e a sua luta.

Não é demais salientar o empenhamento dos sindicatos e da APU nas comemorações do 8 de Março. A par da intensa actividade das Comissões de Moradores e de Trabalhadores, os Sindicatos através dos respectivos Departamentos de Mulheres deram às comemorações do Dia Internacional da Mulher a importância devida a uma ampla frente de combate na luta pela democracia. Entre outros, salientamos a acção da União dos Sindicatos de Aveiro que, em colaboração com o MDM, realizou colóquios em Aveiro, Ovar e Espinho e distribuiu um Manifesto às Mulheres Trabalhadoras do Distrito; dos Departamentos de Mulheres dos Sindicatos do Serviço Doméstico, dos Trabalhadores da Imprensa, dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Cartão e Afins da Zona Sul, e dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes, que vão realizar no próximo domingo, dia 18, pelas 16 horas no Salão do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, no Largo da Trindade,

16-1.ª, uma sessão com projecção de filmes e actuação do Grupo Vocal do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas «O Granel».

Entre as posições tomadas, a nível de empresa, salientamos a da Comissão Unitária de Mulheres da Metalúrgica Duarte Ferreira, que num momento particularmente difícil na vida da empresa, num momento em que o desemprego as ameaça, incentivam à luta contra o IV Governo e apelam à solidariedade, compreensão, unidade e organização.

Entretanto, a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido num comunicado sobre o Dia Internacional da Mulher «exorta os eleitos, activistas e simpatizantes do Povo Unido, todos os democratas e as populações para que procurem reforçar a participação das mulheres na vida democrática e no Poder Local, contribuir para melhorar as suas condições de vida e pôr termo a todas as discriminações e injustiças de que ainda são vítimas».

Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil um grande êxito da juventude

Com o Coliseu dos Recreios completamente cheio, o Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil promovido pela UJC teve, no passado domingo, uma final digna da amplitude assumida pelo movimento na sua fase preparatória.

No cumprimento do regulamento, o júri nacional votou sobre as dez canções apresentadas no palco por outros tantos intérpretes (com uma alteração relativamente ao previsto: os intérpretes da canção «Maria da Privação», do Festival de

Beja, desistiram, pelo que o júri deliberou chamar o concorrente que ficara em 11.º lugar na selecção prévia, o jovem Jorge Patrício que apresentara «Terra Nossa» no Festival de Setúbal).

Apurados os resultados da votação final por Rui Pedro e Edite Sombreiro — que apresentaram todo o espectáculo o Grande Prémio do MNFCJ (duas viagens à URSS) foi atribuído a «Pedra a Pedra», interpretada pelo grupo «Abril», de Agueda; o 2.º e o 3.º couberam, respectivamente, a «Eu Canto o Que Vi», interpretada por Júlio Costa acompanhado pelo

Semana

7
Quarta-feira

1699 — Nasce António Nunes Ribeiro Sanches, médico e filósofo, autor de diversas obras sobre medicina, higiene e educação e que foi médico da corte na Rússia.

O major Vasco Lourenço, membro do Conselho da Revolução, que preside à Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril, salienta que, sendo o 25 de Abril "símbolo da libertação do povo português e marco fundamental na construção do regime democrático em Portugal", a sua comemoração terá que ser de todos, "uma festa popular, uma participação colectiva que demonstre bem a vontade do nosso povo em jamais permitir a anulação das conquistas que essa data histórica lhe proporcionou". ■ A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira estima em 161 mil contos a verba necessária para fazer face aos estragos provocados em bens particulares e no património público pelas recentes cheias do Tejo. ■ Apesar de ter sido notificado nos termos da legislação em vigor, o governador-civil do distrito de Lisboa proíbe a concentração de alguns milhares de trabalhadores da Reforma Agrária. ■ A lista unitária de esquerda assegura a vitória nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, registando mais 600 votos do que a lista afectada ao PPD.

8
Quinta-feira

1971 — Os trabalhadores da empresa "Barros" (Cabo Ruivo) entram em greve reivindicando aumentos salariais.

DIÁRIO POPULAR

JACINTO BAPTISTA
E A DIRECÇÃO
DO DIÁRIO
POPULAR

Unidade democrática contra a censura

A Assembleia da República aprova por maioria (votos PS, PCP, UDP e independentes) uma moção em que se condena a posição assumida pela Comissão Administrativa da RTP ao suspender o programa "Os Anos do Século". São condenados os "processos censórios que põem em causa as liberdades consagradas (...) nomeadamente a liberdade de expressão e a liberdade de informação". ■ O professor Laginha Serafim, especialista em engenharia hidráulica, considera a paragem da construção da barragem do Alqueva como "um erro histórico". ■ Trabalhadores da Reforma Agrária avistam-se com o ministro da Agricultura e Pescas, o comandante-geral da GNR e o Conselho da Revolução. ■ O semanário "O Tempo" publica dois documentos internos do Conselho da Revolução sobre a Reforma Agrária e nos quais é criticada e demonstrada a acção ilegal e arbitrária dos responsáveis pelo MAP.

9
Sexta-feira

1500 — Parte do Tejo, sob o comando de Álvares Cabral, a armada que iria descobrir oficialmente o Brasil.

Em entrevista a "o diário", Jaime Gama, do PS, afirma: "Penso que seria positivo o facto de o PS tomar a iniciativa de apresentar uma moção de censura contra o IV Governo". ■ Os doentes da sala 1 — Serviço 2, do Hospital de S. José ameaçam encetar uma greve da fome contra a discriminação a que estão sujeitos quanto ao horário e número de visitas diárias e pela melhoria da alimentação. ■ Os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pescas, da Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto e da Docapesca, todas nacionalizadas, pronunciam-se contra a decisão do Conselho de Ministros que declarou as três empresas em situação económica difícil. ■ A presença de Prouença de Carvalho, ministro da Comunicação Social, na Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril é contestada por 46 personalidades ligadas ao ensino e à cultura, recordando-se que este "tem sido o protagonista principal da ofensiva contra a democracia e o pluralismo nos órgãos de comunicação social".

10
Sábado

1826 — Morre, em Lisboa, D. João VI.



Porto e Braga: exigir a alternativa

Em entrevista ao "Expresso", Mário Soares declara: "Bem, o partido pode evidentemente votar contra o Governo, pode apresentar uma moção de desconfiança. Mas somos um partido responsável e o facto de sermos contra o Governo não significa que o deixemos abaixo sem possuímos uma solução de alternativa que seja viável". ■ No Porto e em Braga dezenas de milhares de pessoas manifestam-se contra a política governamental. Estas teriam sido, segundo a opinião generalizada, as maiores manifestações realizadas até hoje naquelas localidades. ■ No sétimo congresso extraordinário do PDC é lido o pedido de demissão do almirante Pinheiro de Azevedo de presidente daquele partido. ■ No Instituto Superior de Economia realiza-se o Encontro Nacional dos Trabalhadores Estudantes Comunistas. ■ Milhares de trabalhadores da Reforma Agrária ocupam simbolicamente, durante pouco tempo, a Herdade de Grañanes que o MAP entregara como reserva aos agrários Elísio e Henrique Mira Coroa. ■ O coronel Pezarat Correia, membro do Conselho da Revolução, em resposta ao secretário de Estado da Estruturação Agrária, Ferreira do Amaral, publicada no "Diário de Notícias", salienta que "as violações à lei, na actuação do MAP, são tão grosseiras que não é necessário qualquer formação jurídica para as detectar. Saltam à vista".

11
Domingo

1971 — Os trabalhadores gráficos do "Diário de Notícias" fazem uma paralisação de 3 horas reivindicando aumento de salários e o termo das horas extraordinárias.

No Porto, comerciantes retalhistas de mercearia denunciam diversos casos de especulação entre os quais a falta de bacalhau no mercado que seria desviado para Espanha. ■ Reunida em Aveiro, a Comissão Política do CDS, no que se refere ao Governo exprime "um sentimento de insatisfação, mas não de reprovação". Foi salientado ainda que há ministérios que estão a cumprir como foi prometido e que outros, nomeadamente no sector económico e financeiro, estão a andar demasiado devagar. ■ No Coliseu dos Recreios, em Lisboa realiza-se a Final dos Festivais da Canção Juvenil, promovida pela UJC. A canção vencedora, "Pedra e Pedra", é da autoria de um grupo de Águeda.

12
Segunda-feira

1975 — Na sequência de golpe spinoista, a Assembleia do MFA decide a institucionalização imediata do referido Movimento.



Nova derrota do Governo

O Conselho de Informação para a Imprensa pronuncia-se desfavoravelmente sobre as pessoas indigidas pelo Conselho de Gerência da Empresa Pública Século. ■ Popular para virem a suceder aos jornalistas Jacinto Baptista e Abel Pereira na direcção do "Diário Popular". ■ O secretário de Estado do Comércio Interno revela que vai instaurar um inquérito à Junta Nacional das Frutas por irregularidades relacionadas com a importação de batatas de semente. ■ O Conselho de Gerência do Hospital de S. José reconhece fundamento às queixas expressas pelos doentes da sala 1 — Serviço 2. ■ Pronunciando-se sobre o programa televisivo "Os Anos do Século" que a Comissão Administrativa da RTP suspendeu, o Patriarcado, na posição oficial que assumiu, entre outros considerandos refere que o programa ofendeu a memória do cardeal Cerejeira.

13
Terça-feira

1656 — Publicada uma lei que proíbe que sejam avariadas receitas médicas que não estejam escritas em português.

No Sindicato dos Jornalistas a lista unitária alcança 504 votos contra 253 da lista conotada com a UGT. ■ É conhecida a sentença dos Tribunais Cíveis de Lisboa que mandam extinguir o chamado Sindicato Democrático da Indústria e Comércio Química e Farmacéutica, na realidade um sindicato amarelo constituído à revelia da lei em vigor. ■ O programa televisivo "Anos do Século" volta à RTP, segundo é anunciado. ■ O Conselho Nacional do Plano manifesta pela segunda vez a sua oposição às Opções do Plano do Governo Mota Pinto. ■ Portugal e Espanha chegam a um acordo relativamente à utilização, por embarcações de pesca espanholas, das águas compreendidas na nossa Zona Económica Exclusiva.

Os Comunistas na Assembleia da República

Crimes do MAP, golpismo referendário e tentativas de limitar direito à greve condenados pela maioria

A política criminosa e repressiva da parelha do MAP na zona de intervenção da Reforma Agrária, designadamente no distrito de Portalegre, a questão da revisão constitucional e o direito à greve na função pública foram os temas dominantes da sessão plenária da passada terça-feira.

A intervenção do deputado comunista Dias Ferreira, em que o processo de destruição das UCPs e Cooperativas Agrícolas do distrito de Portalegre foi duramente criticada, com a citação de exemplos concretos das ilegalidades e arbitrariedades cometidas à ordem de Vaz Portugal/Ferreira do Amaral (Ver intervenções), viria a obter o apoio expresso de três deputados do PS: a deputada pelo círculo de Portalegre, Ludovina Rosado, (que confirmou as palavras do deputado do PCP segundo as quais é já um ambiente de fome e de miséria que se vive naquele distrito em virtude da ofensiva do MAP); o deputado

e ex-secretário de Estado António Campos (que denunciou a existência de bandos organizados de agrários actuando ao lado das equipas do MAP, tendo ainda referido que o MAP põe a polícia em cima dos trabalhadores para os obrigar a desistir da Reforma Agrária); e, finalmente, o deputado e vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista José Luís Nunes, que acusou o MAP de ultrapassar a própria lei Barreto e de, até agora, não ter ainda procedido à execução das expropriações previstas por lei.

A problemática da revisão constitucional viria a ser abordada em declaração política pelo dirigente socialista Jaime Gama que, em nome do seu partido, se opôs aos propósitos referendários que animam os mentores da revisão ilegal da Constituição. A intervenção do dirigente do PS, aplaudida no final pela generalidade dos deputados comunistas e socialistas,

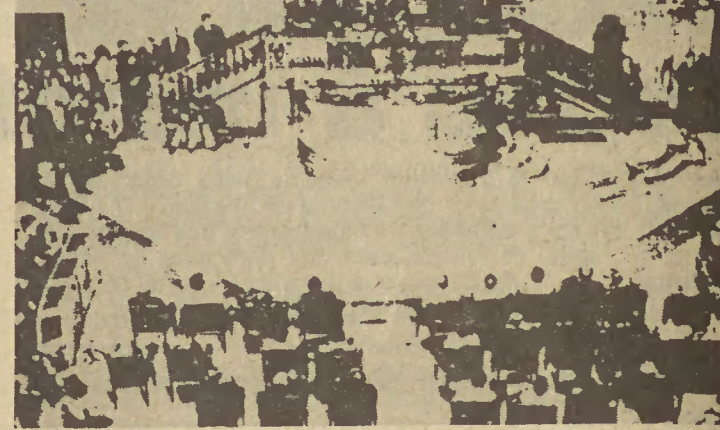
deixou a bancada do CDS balbuciente e a do PPD — onde, por coincidência, se sentava o chefe Sá Carneiro, também chefe de fila dos processos golpistas que visam anular a actual Constituição — caladinha que nem um rato! É de facto estranho que um partido que faz da questão da revisão constitucional o seu actual cavalo de Tróia contra a fortaleza da democracia tenha deixado passar a oportunidade para sair em defesa das suas posições. Por aqui se pode ver quem é que tem na Assembleia um comportamento para, cá fora, assumir outro, este sim de inqualificável pressão contra o regime democrático-constitucional saído do 25 de Abril...

Aliás, o PPD averbou na sessão de anteontem, uma dupla derrota. Como se não bastasse o facto da denúncia das suas manobras anticonstitucionais ter obtido o aplauso da maioria da Assembleia da República, o partido da revisão ilegal da Constituição viu ainda

rejeitado um seu projecto de lei que visava limitar o direito à greve dos trabalhadores da função pública. Na emergência, apenas o CDS lhe deu o — natural — voto favorável.

Na sessão de terça-feira há ainda a assinalar uma intervenção da deputada do PCP Alda Nogueira relativa ao Dia Mundial da Mulher (que não pôde ser lida no próprio dia 8 em virtude do debate sobre a suspensão do programa "Anos do Século", o qual, conforme noticiamos noutra local desta página, ocupou toda a sessão plenária desse dia).

Na ordem do dia da sessão de hoje, deverão ser discutidas e votadas as ratificações 52/I e 55/I, apresentadas, respectivamente, pelo PCP e pelo PS, relativas ao decreto-lei que revogou o Estatuto da Radiodifusão Portuguesa — uma nova oportunidade para denunciar a política do ministro da Propaganda e anular a ilegalidade e a arbitrariedade de alguns dos seus actos.



O debate dos anos do fascismo põe a direita histórica

Uma comunicação da Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, em que esta manifesta a sua profunda preocupação e reprovação pelos acontecimentos que se vêm repetindo nos órgãos de Comunicação Social, foi aprovada na passada quinta-feira na Assembleia da República com os votos dos deputados do PS, do PCP, da UDP e de 5 independentes.

Esta comunicação da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias tinha sido previamente aprovada em plenário da Comissão e a sua causa próxima consistiu na suspensão do programa da RTP "Os Anos do Século", bem como dos termos constantes do comunicado da Comissão Administrativa da RTP.

A Comissão deliberou que se procedesse à leitura da sua comunicação — onde se afirma que o comunicado da CA da RTP veio corporizar, confirmando-a, a política repressiva que está a ser exercida nos órgãos de Comunicação Social, através de processos censórios que põem em causa as liberdades consagradas constitucionalmente, nomeadamente a liberdade de expressão e a liberdade de informação — na sessão plenária da AR, o que veio a acontecer no passado dia 8.

Aplausos dos deputados do PS e do PCP acolheram a leitura da referida comunicação, de que se encarregou o deputado do PCP Jorge Lemos.

O debate que se seguiu — e que, excepcionalmente, dada a sua importância, ocupou todo o tempo da sessão plenária do passado dia 8 — veio a confirmar o histerismo que o programa em causa provocou nas forças de direita.

Com efeito, o PPD e o CDS não conseguiram disfarçar a sua irritação pelo facto de a AR tomar posição pública e inequívoca de condenação pelo acto censório e inqualificável da CA da RTP. Tudo foi tentado — desde argumentos pretensamente regimentais até ao balbuciar de pretensas teorias estéticas do cinema passando pelo agitar demagógico e criminoso de um inexistente conflito religioso — tudo foi, de facto, tentado pelas bancadas da direita para que, de qualquer modo, se impedisse a Assembleia de tomar posição e discutir a grave situação que se vive nos órgãos de Comunicação Social.

As teses históricas da direita não prevaleceram. Os deputados João Gomes, do PS, e Vital Moreira, do PCP (ver intervenções) desmontaram o que realmente está por detrás da atitude da CA da RTP e das forças que a apoiam e inspiram: a tentativa de que se evite a discussão das raízes, dos crimes e das complicitades do fascismo. É que, como disse Vital Moreira quase no final do debate, o CDS não quer que se ponham a nu as raízes do fascismo porque são as suas próprias raízes que ficam bem à vista.

Intervenções

● O líder parlamentar do CDS, no debate sobre a suspensão do programa televisivo "Os Anos do Século" disse, finalmente, o que o seu partido pensava da ditadura fascista: nas palavras de Pena, os governos chefiados por Salazar e Marcelo Caetano eram "governos legitimamente constituídos"! Agora se compreende finalmente a razão por que muitos dos dirigentes do actual CDS colaboravam com o fascismo — é que deviam obediência a esses governos "legitimamente constituídos"...

● O deputado e líder parlamentar do PPD é, pode dizer-se, um homem curioso: ao abrigo da figura regimental que permite aos deputados dirigirem requerimentos ao Governo, Magalhães Mota vai

satisfazendo a sua curiosidade, transformando os requerimentos ao Governo numa espécie de secção de bisbilhotices. No decorrer da última semana, Magalhães Mota perguntou ao Governo quantos lápis de côr e de cera importou Portugal nos últimos três anos, perguntou se a embaixada de Portugal no México apoiou a realização de uma tourada à antiga portuguesa naquele país e pediu ainda uma listagem de todos os edifícios públicos do nosso país.

O pior será quando Magalhães Mota resolver perguntar, por exemplo, qual o consumo médio de borchãs "per capita", ou quantos palitos se produzem anualmente em Portugal, ou ainda quantas janelas viradas ao sol possuem os edifícios públicos.

«Opções» emendadas ainda não são Plano

O Conselho Nacional do Plano que, conforme noticiamos na passada semana, reprovou as "Grandes Opções do Plano para 1979" apresentadas à Assembleia da República pelo Governo Mota Pinto, voltou a emitir grandes reservas ao plano do Governo agora emendado.

Com efeito, a determinada altura do seu parecer, o CNP regista que o Governo apenas de uma forma insuficiente introduziu alterações sugeridas noutros pontos, designadamente no que se refere à problemática do desenvolvimento regional, ao aproveitamento máximo dos equipamentos económicos existentes entendido como melhor utilização da capacidade produtiva instalada, e aos

limites dos aumentos salariais.

Mais uma vez, o CNP mantém o parecer de que deve ser incluída explicitamente nas Grandes Opções para 1979, a imediata implementação da Lei das Finanças Locais. O Governo Mota Pinto, conforme constata o Conselho Nacional do Plano, resolveu fazer ouvidos moucos ao que, sobre esta matéria, referia o anterior parecer do Conselho. O CNP sublinha nomeadamente que as alterações, agora, introduzidas não dão resposta adequada às críticas anteriormente formuladas, acrescentando que a redacção do artigo 8.º da Proposta de Lei do OGE não responde de igual modo ao disposto na Lei n.º 1/79.

A nota da CA da RTP : estupidez, prepotência e servilismo

A ironia dramática que alguém vazou na "frase segundo a qual" "o fascismo nunca existiu" parece transformar-se numa realidade trágica. Cada dia que passa neste país, quanto mais nos alongamos do 25 de Abril, mais o desforismo fascista parece querer retornar ao 24 de Abril.

As reacções históricas, irracionais e odiosas a que deu lugar o programa "Os Anos do Século" são a mais cortante amostra de como o fascismo não somente se recusa a ter existido, como aproveita as denúncias de opressão e da miséria fascistas para se reafirmar, para passar de algo a vítima, de réu a acusador. Parece um pesadelo ou uma ficção. Precisamos de arrancar com a unha da consciência a memória para nos convencermos que afinal é bem real o que está a acontecer. Dir-se-ia que se está a assistir novamente à história desencadeada a propósito do caso da Capela do Rato ou da denúncia dos massacres de Wiriamu. As reacções da imprensa de direita e do PSD e do CDS são um portento de hipocrisia e de má-fé. A nota da Comissão Administrativa da RTP é um monumento de estupidez, de prepotência e de servilismo. Uma

e outras são, sobretudo, uma expressão da perniciosa reacção da mentalidade inquisitória, ultramontana, numa palavra, fascista, que pretende absolver o fascismo e transformar em motivo de exacerção pública a denúncia do fascismo.

A desfaçatez vai ao ponto de acusar de inverdade, de deturpação histórica, de viciação factual aquilo que é a autêntica verdade histórica. Os que se levantam em altos brados para os seus programas e os seus autores atrevessem acariar o ridículo de negar a atrocidade histórica que o colonial-fascismo constitui, a identidade dos seus responsáveis, o âmbito das suas complicitades, tentando designadamente desmentir a evidente, permanente, activa solidariedade da mais alta hierarquia eclesiástica portuguesa com o regime fascista e a guerra colonial; o despudor com que a esta propósito se vão invocar os "sentimentos religiosos" do Povo português não têm qualificativo possível. Odenar os sentimentos religiosos do Povo português é tentar apresentar como atentatória deles a denúncia do conúbio miserável que, a coberto

deles, se fez entre a religião, o fascismo e a guerra colonial, a instigação e a utilização indecente dos instrumentos religiosos para apoio da ditadura, da exploração e da opressão. Os sectores reaccionários não se limitam a invocar-se a si mesmos — invocam a "agressão dos sentimentos do Povo português", numa continuidade de processos ideológicos que não pode deixar de ser sintomática. A mentalidade fascista e reaccionária em geral toma-se a si mesma pela consciência do povo, auto-erige-se em porta-voz da comunidade, faz-se representante do sentimento nacional. Como se a revolução antifascista não tivesse existido ou não tivesse passado de uma ilusão, a mentalidade reaccionária auto-investe-se, totalitariamente, em consciência nacional. O sr. Sá Carneiro sente-se agredido — então o povo foi "agredido". O sr. Freitas do Amaral sente-se agredido — então o sentimento nacional foi "agredido". O síndrome fascista está patente: a direita não pode suportar que o sentimento dos outros possa deixar de ser o dela.

O episódio dos "Anos do Século" é também um sinal dos actuais tempos políticos, expressão de um Governo que, fora dos partidos e da vontade popular, se arroga o direito de interpretar livre e incondicionado no interesse nacional, do patriotismo "são", do sentimento nacional "bem entendido", de um Governo que não tolera o exercício da inteligência, da liberdade crítica, o pluralismo das ideias; de um Governo que prefere transformar a RDP num megafone privativo, a RTP em panfletaria familiar, os jornais do Estado em folha de edital burocrático.

A monstruosidade política e jurídica que é a nota da CA da RTP é ainda exemplar de um vício e um erro irreprimível. A RTP não se limita a aceitar criticamente e a associar-se ao "repúdio" reaccionário do sistema económico português operado pela esquerda, desde os interessados, desde os responsáveis pelo programa até aos seus demolidores (...)

As reacções que a direita defende para a propósito do episódio dos "Anos do Século", é, certamente, uma das mais insidiosas provocações contra a informação democrática deste país, contra a denúncia dos

crimes do colonial-fascismo e dos seus responsáveis e cúmplices. A miserável e arbitrária acção repressiva da CA da RTP traduz um dos mais rotundos actos de cobertura e de justificação do fascismo.

A AR, saída do regime democrático do 25 de Abril e da Constituição, não pode deixar de tomar todas as medidas ao seu alcance para evitar que esta inqualificável campanha reaccionária tenha êxito, para evitar que a mentalidade democrática seja submergida pela mentalidade neofascista, para evitar que a RTP seja posta ao serviço do obscurantismo, da reabilitação do fascismo. Mal da República se continuar a pactuar com as tentativas de recuperação das democracias aqui aprovadas. É de isto que não se tem verificado nos últimos governos.

Nesta situação é naturalmente às mulheres que cabe em primeiro lugar (embora não só) lutar pela aplicação da legislação em defesa dos seus interesses e direitos que aqui tem sido aprovada. E, felizmente, uma das mais insidiosas provocações contra a informação democrática deste país, contra a denúncia dos

Saudação às mulheres portuguesas

Neste Dia Internacional da Mulher de 1979 desejamos saudar todas as mulheres portuguesas independentemente das tendências e opções políticas e credos religiosos, por todo o seu esforço abnegado, silencioso por vezes, mas nem por isso menos importante, por toda a sua acção corajosa, que no passado deram e no presente continuam a dar à conquista, defesa e fortalecimento da democracia e da paz em Portugal.

(...) Não somos idealistas, sabemos bem que não basta legislar e que é necessária a vontade política do executivo para levar à prática as leis democráticas aqui aprovadas. É de isto que não se tem verificado nos últimos governos.

Nesta situação é naturalmente às mulheres que cabe em primeiro lugar (embora não só) lutar pela aplicação da legislação em defesa dos seus interesses e direitos que aqui tem sido aprovada. E, felizmente, uma das mais insidiosas provocações contra a informação democrática deste país, contra a denúncia dos

Daqui vai também a nossa saudação por toda esta acção e luta das mulheres portuguesas independentemente das tendências e opções políticas e credos religiosos, por todo o seu esforço abnegado, silencioso por vezes, mas nem por isso menos importante, por toda a sua acção corajosa, que no passado deram e no presente continuam a dar à conquista, defesa e fortalecimento da democracia e da paz em Portugal.

Aqui, nesta Assembleia, vários deputados e deputadas têm levantado alguns destes problemas mais agudos e candentes. E não o têm feito apenas uma vez por ano neste Dia Internacional da Mulher, por isso não continuaremos a fazê-lo. Certamente que outros

deputados e deputadas o farão também (Alda Nogueira, em 13/3/79).

Aqui, nesta Assembleia, vários deputados e deputadas têm levantado alguns destes problemas mais agudos e candentes. E não o têm feito apenas uma vez por ano neste Dia Internacional da Mulher, por isso não continuaremos a fazê-lo. Certamente que outros

(...) As arbitrariedades, os abusos e as ilegalidades que campeiam por todo o Alentejo, assumem no distrito de Portalegre aspectos particularmente graves, com a fúria avassaladora e destruidora do MAP de Vaz Portugal e Ferreira do Amaral.

Na realidade, a par da brutalidade existente na ofensiva que se tem vindo a desenrolar no meu distrito, com espantamentos e investidas de cães de que resultaram dezenas de trabalhadores feridos, tendo alguns de recorrer a tratamento hospitalar e até a internamento, o MAP escolhe de preferência a noite, surgindo à sucupa e estendendo por todo o distrito o negro manto da fome.

Assim é que desde Outubro de 1978, aquela tristemente célebre equipa do MAP, utilizando fortes dispositivos de forças da GNR, tem batido com um tufão todo o distrito de Portalegre, satizando o conchelo de Alter do Chão para o de Soussel, deste para o de Crato, para o de Avis, de Campo Maior, de Castelo de Vide, Fronteira, Portalegre, Monforte, Elvas, Arronches e Ponte de Sôr, entregou já mais de 90 reservas, com as quais atingiu 40 UCPs e Cooperativas Agrícolas das 64 existentes.

(...) Está ainda na mira do MAP do governo Mota Pinto a inviabilização ou

destruição de mais 29 UCPs que foram notificadas para proceder à entrega de mais de 70 reservas.

(...) Hoje, no distrito de Portalegre, há desemprego, há fome avassaladora e destruidora do MAP de Vaz Portugal e Ferreira do Amaral.

Na realidade, a par da brutalidade existente na ofensiva que se tem vindo a desenrolar no meu distrito, com espantamentos e investidas de cães de que resultaram dezenas de trabalhadores feridos, tendo alguns de recorrer a tratamento hospitalar e até a internamento, o MAP escolhe de preferência a noite, surgindo à sucupa e estendendo por todo o distrito o negro manto da fome.

Assim é que desde Outubro de 1978, aquela tristemente célebre equipa do MAP, utilizando fortes dispositivos de forças da GNR, tem batido com um tufão todo o distrito de Portalegre, satizando o conchelo de Alter do Chão para o de Soussel, deste para o de Crato, para o de Avis, de Campo Maior, de Castelo de Vide, Fronteira, Portalegre, Monforte, Elvas, Arronches e Ponte de Sôr, entregou já mais de 90 reservas, com as quais atingiu 40 UCPs e Cooperativas Agrícolas das 64 existentes.

(...) Está ainda na mira do MAP do governo Mota Pinto a inviabilização ou

(...) Há quem queira liquidar o 25 de Abril até com algumas das próprias realizações do 25 de Abril.

A atitude deste Governo perante o IPE é elucidativa.

O Governo quer liquidar o IPE

Em 27 de Março de 1975, o Decreto-Lei 163-C cria o Instituto das Participações do Estado como forma de responder à situação de completa transformação do sistema económico português operado pela esquerda, desde os interessados, desde os responsáveis pelo programa até aos seus demolidores (...)

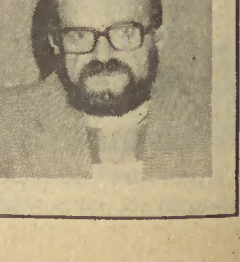
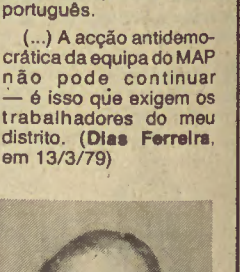
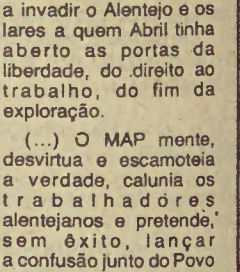
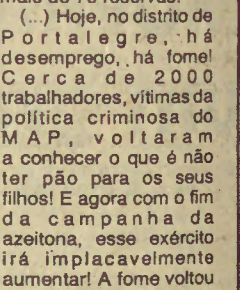
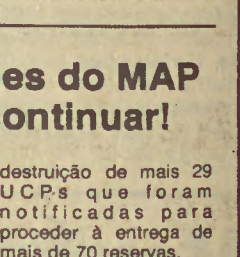
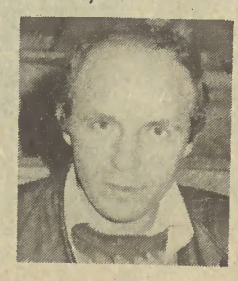
As reacções que a direita defende para a propósito do episódio dos "Anos do Século", é, certamente, uma das mais insidiosas provocações contra a informação democrática deste país, contra a denúncia dos

O IPE

O IPE, Instituto das Participações do Estado será, para alguns, o Instituto Liquidatório das Participações do Estado. Poderão sorrir agora estas doutes e altaneiras personalidades tão pouco iluminadas. A História as liquidará (Sousa Marques, em 13/3/79).

(...) Há quem queira liquidar o 25 de Abril até com algumas das próprias realizações do 25 de Abril.

A atitude deste Governo perante o IPE é elucidativa.



Mais uma «solução» Mota Pinto — falência e desemprego na MDF

«Que cada um, neste momento, sinta a importância do seu posto de trabalho e o defenda em conjunto» com todos os companheiros é o apelo lançado pela Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF) do Tramagal, Porto e Lisboa, perante a ameaça de falência que o Governo MP/PPD faz pesar sobre a empresa e sobre os seus 2600 trabalhadores.

Num comunicado conjunto, as CTs das MDF revelam que este Governo de desastre nacional está a cozinhar essa falência «através do famigerado Decreto-Lei 150/78, sem que exista qualquer solução para a continuidade da empresa e dos postos de trabalho». Os trabalhadores iriam, entretanto, para a «prateleira». Os quase dois milhões de contos de passivo, que são da Banca nacionalizada, seriam reduzidos a zero pelas «artimanhas da falência» decretada pelo Governo. Os trabalhadores reafirmam que essa pseudo-solução irresponsável não aproveitará nem aos titulares da empresa, ainda intervenção, nem aos trabalhadores, nem à Banca, nem ao País.

Será apenas «mais uma suja manobra» deste Governo que cabe

aos trabalhadores desvendar e combater, apolando as soluções defendidas pelas Comissões de Trabalhadores, que passam «pela transformação da MDF em sociedade de capitais mistos e pela obtenção de um ou mais produtos de importância significativa — camiões, tractores, maquinaria agrícola — que possibilitem à empresa uma base firme para uma evolução positiva a médio prazo».

As CTs não foram ouvidas

As organizações representativas dos trabalhadores da MDF não foram ouvidas nem informadas sobre o processo de negociação e, «tanto quanto sabem, se negociações houve,

elas apenas terão decorrido a nível dos titulares da empresa».

Mas, «face ao conhecimento que temos da manobra que se prepara», acrescentam as CTs, e tendo em conta que em 31 do corrente termina o prazo estabelecido para as negociações entre o Governo e as diferentes partes interessadas na empresa, convém lembrar que a solução apresentada pelos trabalhadores da MDF «foi considerada realista e viável pelo Estado ao longo do tempo de intervenção, com diferentes interpretações relativamente à forma como deveriam ser feitos os contratos e em que percentagem deveria situar-se a produção nacional».

Ainda na Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/78, de 17 de Maio, «claramente se determina que a MDF deverá ser transformada em sociedade de capitais mistos».

Qual o resultado das negociações com a FIAT?

As negociações que então decorriam com a FIAT foram, segundo parece, canceladas. Mas

os trabalhadores e as suas Comissões nada sabem. O Governo não informou ninguém. Se a Comissão Administrativa conhece o assunto, nada comunicou aos trabalhadores. Oficializaram-se, entretanto, as negociações entre o Governo e os accionistas da MDF. Ao tomarem conhecimento de que existiam algumas possibilidades de interesse «uma conhecida e importante firma estrangeira» na utilização da MDF «para uma maior integração dos seus produtos no mercado nacional», as Comissões de Trabalhadores «empenharam-se imediatamente na dinamização de tal hipótese».

Técnicos estranhos à MDF fizeram um estudo «no qual — acrescentam as CTs — figurava já uma posição de princípio dessa firma estrangeira», que apontava para «a negociação de um contrato com o Governo».

Esse estudo mereceu parecer favorável da técnicos que trabalhavam junto da Presidência da República. Mas, apesar disso, e do esforço que os trabalhadores desde sempre têm desenvolvido

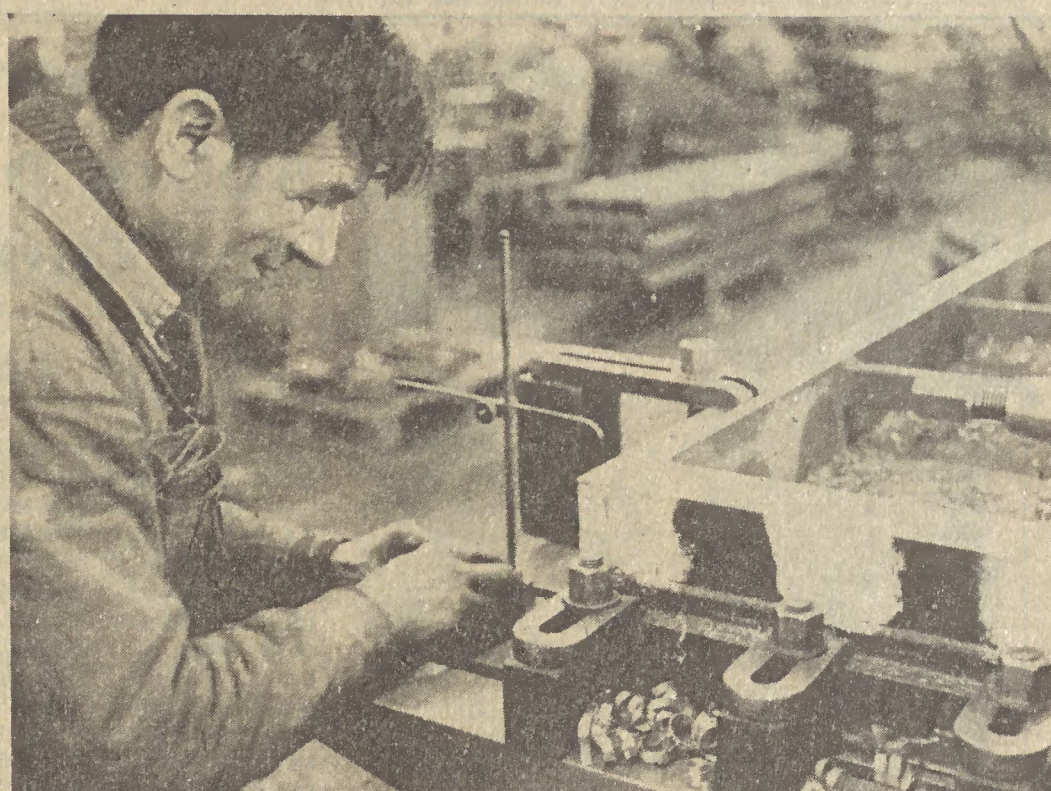
para evitar a ruína da empresa, apesar da «importância incontroversa» desse estudo e das perspectivas que abria, este Governo MP/PPD «prepara-se para concretizar mais uma manobra tão suja como todas as manobras que tem arquitectado na generalidade do país» — agora na MDF.

Os trabalhadores resistirão

O Executivo Mota Pinto «ignora todo o trabalho que ao longo de 4 anos se tem desenvolvido na busca de uma solução para a MDF».

A defesa do grande capital privado em detrimento do interesse nacional cega por completo este Governo, que tenta terminar a obra de ruína que conduziu à realidade presente na MDF e que se deve, única e exclusivamente, à incapacidade de gestão e de decisão patenteada pelos sucessivos governos que fizeram da recuperação capitalista o seu lema antinacional.

Mas, enquanto «a manobra se desenvolve às escondidas nos



2600 postos de trabalho, uns simples outros envolvendo grande capacidade técnica e tecnológica, estão sob a ameaça do Governo Mota Pinto/PPD que os quer destruir com o consequente desemprego para milhares de trabalhadores

corredores dos Ministérios», a Coordenadora das CTs da MDF realinha a disposição de luta dos trabalhadores «contra a arbitrariedade, a desonestidade

e a sua linha de intenções dos senhores do Governo». Chamando os trabalhadores da MDF, sejam quais forem as suas opções políticas, à tomada de consciência

clara do que se passa, para que actuem em unidade, as CTs da MDF lembram que o que está em causa é o emprego de todos, é o futuro de 2600 trabalhadores.

Com «profunda mágoa» a Barreiros ensaia o despedimento colectivo

«Com profunda mágoa», a gerência da Companhia Portuguesa de Motores e Camiões, vulgo Barreiros, de Setúbal, comunicou à comissão de trabalhadores da empresa que «se vê obrigada a optar pela via da suspensão dos contratos de trabalho de 339 trabalhadores». Chamando às coisas pelo nome, o que a gerência com um cinismo fúnebre evita fazer, a Barreiros despede, ou tenta despedir (o Ministério do Trabalho tem, apesar de tudo, uma palavra a dizer), a quase totalidade do seu pessoal, a quem não paga salários desde Dezembro.

Empresa que sempre serviu de fachada à Sociedade Comercial Guérin, a Barreiros desde 1973 que só tem prejuízos. A gerência, apresenta números, enumera os saldos negativos. Mas não diz que a empresa foi sistematicamente descapitalizada e que a ameaça de despedimentos em massa não é de hoje. Já em 1975 a administração da Barreiros quis despedir mais de uma centena de trabalhadores. Nessa altura, dos 30 mil contos que deveriam constituir o capital social da firma, já nem 28 mil existiam.

Numa curta entrevista que o «Avante!» publicou em 8 de Fevereiro findo, três trabalhadores comunistas da Barreiros punham a claro a situação da empresa, que «nunca deu lucro nem foi feita para isso». Servia, sim, «para cobrir as outras empresas (Guérin, Chrysler e Volkswagen de Portugal) e arranjar lucros na parte comercial». A má gestão da empresa — acrescentavam os trabalhadores — «fez com que, só de Janeiro a Junho de 1978, se tivessem de pagar, em encargos de juros à Banca 3600 contos». E isso enquanto a Barreiros continuava a dever (e continua), só de retroactivos, cerca de 12 mil contos aos cerca de 400 trabalhadores da empresa.

O sector está em crise. É um facto. O pessoal da Barreiros tem consciência disso. Mas sabe também que a crise do sector não é suficiente para lhes roubar o emprego. Por isso tem apresentado propostas para resolver a crise, ou pelo menos para reduzir os seus efeitos, de modo a garantir os postos de trabalho. Mas a Guérin não quer saber para nada dessas propostas. É mais simples e lucrativo despedir.

«Puxem fogo à empresa»

«Puxem fogo à empresa que resolvem o problema». Estas palavras do administrador da Barreiros, sr. Miranda Barbosa, de que nos fizemos eco na entrevista de 8 de Fevereiro findo, expressam bem a irresponsabilidade do certo patronato que por aí se distingue na defesa do capital privado. Essas palavras e outras, como «façam queixinhas ao Ministério do Trabalho que a gente não se importa», são a nota clara dos apoios governamentais de que esses senhores dispõem com as costas quentes para todas as arbitrariedades.

Qual vai ser a posição do Ministério do Trabalho face aos pedidos de suspensão dos contratos de trabalho? Pensa ou não adoptar uma posição de defesa dos postos de trabalho e de defesa dos interesses dos trabalhadores?

Estas perguntas formuladas em requerimento ao Governo por deputados comunistas na Assembleia da República exigem uma resposta urgente para a solução constitucional de um problema que envolve cerca de 500 postos de trabalho e o futuro de uma empresa viável que não pode ficar dependente de vagas promessas sem qualquer perspectiva de concretização por parte de administradores que continuam a dar provas de desprezo total pelas suas responsabilidades empresariais.

Acidente na Aguieira

Alvo de inquérito, as causas do acidente na barragem da Aguieira, que vitimou mortalmente 4 trabalhadores e deixou feridos mais 12, ainda não são conhecidas. Exigindo o apuramento de todas as responsabilidades,

o secretariado da Célula do Norte pelo actual presidente da sua Assembleia Geral, membro destacado da UGT, promovido «por mérito» no mesmo Banco onde não trabalha efectivamente há mais três anos. Essa e outras formas de venalidade, corrupção e nepotismo são reveladas pela Organização dos Bancários do PCP num comunicado recente, acrescentando que outros membros dos corpos gerentes divisionistas têm arranjado emprego no mesmo sindicato para familiares, passando por cima de numerosos pedidos de emprego existentes no sindicato.

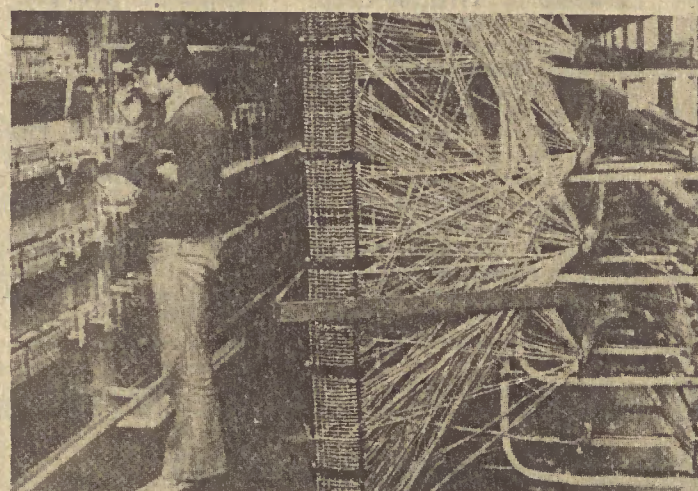
● A «família» nos Bancários do Norte

Mulher, irmão, um sobrinho, um filho de chefe do banco onde trabalha foram admitidos ao serviço do

● Patrões da Soda Póvoa não acatam decisão do tribunal

A administração da Soda Póvoa, apesar de se ter,

Contra as sanções ilegais nos TLP



As sanções ilegais contra trabalhadores dos TLP são medidas políticas do Governo, que nada têm a ver com os serviços urgentes e a vigilância permanente da aparelhagem, que sempre estiveram garantidos durante a greve dos TLP

Continuam os protestos e as tomadas de posição contra as sanções ilegalmente aplicadas pelo Governo a 25 trabalhadores dos TLP.

Acompanhados por um jurista do Movimento Sindical, dirigentes sindicais de Lisboa afirmaram em conferência de imprensa que, ao aplicar essas sanções, o Governo «ensaiou, na prática, uma operação de revisão dos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição», tentando desse modo abrir «um precedente para outras e mais graves escaladas reaccionárias contra os trabalhadores no seu conjunto».

A forma como foi decretada a requisição civil dos trabalhadores em greve foi também analisada na Conferência de Imprensa.

A ilegalidade dessa medida foi salientada pelo jurista ao frisar que a requisição não foi aprovada em Conselho de Ministros ao contrário

do que dispõe a legislação aplicável.

Por outro lado, a requisição nunca se justificou, pois os serviços urgentes, socialmente indispensáveis ou de manutenção e segurança das instalações, sempre estiveram assegurados. Os piquetes para esse efeito sempre funcionaram e, quando se tornou necessário, foram reforçados.

O Secretariado Nacional da CGTP-IN, ao tomar mais uma vez posição sobre o assunto, acusa o Governo de faltar aos compromissos assumidos, segundo os quais «seriam levantadas as sanções ilegalmente aplicadas aos trabalhadores despedidos e suspensos».

O Secretariado da Central única acusa ainda o Executivo Mota Pinto/PPD de tornar inviável a solução do ACT «na base da consideração das posições

assumidas pelos trabalhadores através da Comissão negociadora Sindical».

Requerimento do PCP

«O comportamento do Governo e dos seus mandatários, antes e ao longo da recente greve dos trabalhadores dos TLP, foi sempre contrário à satisfação das justas reivindicações destes e largamente inadequado a uma solução do conflito, no respeito das regras democráticas e dos direitos dos trabalhadores, constitucionalmente consagrados», afirma, por seu turno, o Grupo Parlamentar do PCP num requerimento ao Governo, apresentado na Assembleia da República.

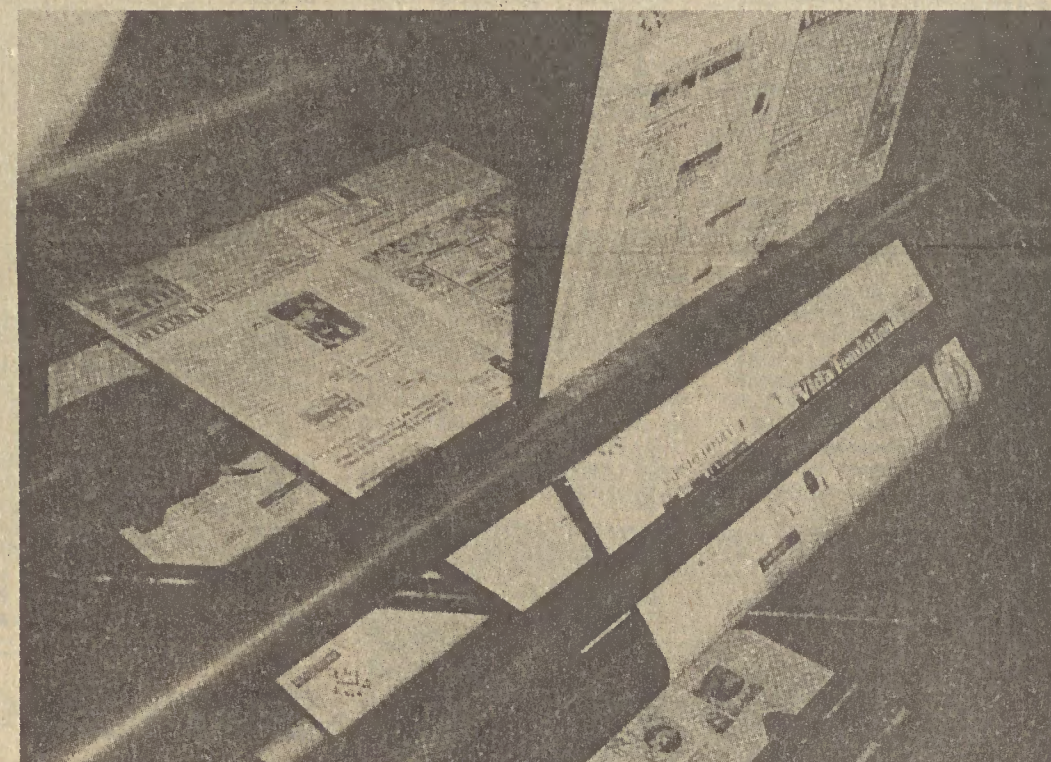
Depois de analisarem as responsabilidades do Governo no conflito, os deputados comunistas,

perante a evolução dos acontecimentos, que têm demonstrado que «o Governo e os seus mandatários não se mostram dispostos a honrar os seus compromissos e, pelo contrário, ameaçam continuar a linha repressiva que adoptaram durante a requisição civil», requerem ao Governo a seguinte informação:

«Val o Governo fazer cessar no mais curto prazo todas as consequências dos actos com que — contra a Constituição da República e fora da lei — atingiu os trabalhadores dos TLP? Ou pensa — contra tudo aquilo a que os trabalhadores têm direito — manter-se numa atitude de intransigência, fomentando a instabilidade social, a repressão, a violação de direitos dos trabalhadores e a cada vez maior degradação das suas condições de vida?»

Cabe ao Governo responder.

O «Século» e os seus trabalhadores contam-se entre as vítimas escolhidas do Governo Mota Pinto/PPD



Lutas e Tarefas

● **Pela PRT rural** — Os assalariados rurais do Norte e Centro do País, em luta pela publicação da PRT para o sector, continuam a diligenciar junto dos ministérios competentes e dos governos civis para que a portaria de regulamentação de trabalho seja publicada e entre rapidamente em vigor. Dirigentes sindicais daquelas zonas prevêm concentrações de protesto, se não resultarem as diligências que efectuam há muitos meses sem resultado perante o silêncio deste Governo cúmplice e promotor de ilegalidades e da repressão que se abate sobre os trabalhadores.

● **A «família» nos Bancários do Norte** — Mulher, irmão, um sobrinho, um filho de chefe do banco onde trabalha foram admitidos ao serviço do

Sindicato dos Bancários do Norte pelo actual presidente da sua Assembleia Geral, membro destacado da UGT, promovido «por mérito» no mesmo Banco onde não trabalha efectivamente há mais três anos. Essa e outras formas de venalidade, corrupção e nepotismo são reveladas pela Organização dos Bancários do PCP num comunicado recente, acrescentando que outros membros dos corpos gerentes divisionistas têm arranjado emprego no mesmo sindicato para familiares, passando por cima de numerosos pedidos de emprego existentes no sindicato.

● **Patrões da Soda Póvoa não acatam decisão do tribunal** — A administração da Soda Póvoa, apesar de se ter,

comprometido por escrito a «não levantar quaisquer processos disciplinares por virtude de participação ou adesão à greve», que decorreu em Novembro do ano findo, recusa-se agora a cumprir uma decisão do Tribunal que manda reintegrar uma trabalhadora despedida com base ilegal motivada pela mesma greve. A administração decidiu manter o despedimento, numa clara demonstração do que valem para alguns patrões as leis e decisões legais neste país sob o Governo Mota Pinto.

● **Encontro de Jovens Metalúrgicos** — Decorre até ao próximo sábado, data escolhida para a realização da iniciativa, a preparação, técnica do 1.º Encontro de Jovens Metalúrgicos de Aveiro a efectuar sob o lema «Unir

e Organizar a Juventude na Defesa dos seus Direitos».

● **Solidariedade sindical para com as vítimas dos temporais** — A União dos Sindicatos do Barreiro e Moita entregou recentemente uma nova série de donativos para serem distribuídos pelas vítimas dos temporais que assolaram o País em Fevereiro. Os donativos, que serão distribuídos pela União dos Sindicatos de Santarém, totalizam 18 300 quilos de roupas, géneros alimentícios e mobiliário. A União do Barreiro e Moita, a quem pertence a iniciativa do apelo, salienta que os seus resultados foram inteiramente satisfatórios pelos sindicatos. Comissão Unitária de Trabalhadores da Quimigal, Comissão de Moradores, MDM e Movimento Unitário de Mulheres.

Uma proposta responsável para a revisão salarial da Banca

A Comissão Distrital de Delegados de Lisboa do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, num comunicado dirigido aos seus companheiros de trabalho, apresenta uma proposta de tabela salarial para a revisão do respectivo contrato e apela à «intervenção e decisão dos bancários na proposta sindical» destinada a rever aquela tabela.

Implicando um aumento geral de 27,2%, a proposta dos delegados sindicais «representa uma real possibilidade de poder vir a conseguir-se um leque salarial de 1 para 4,75 (actualmente, o leque salarial dos bancários é de 1 para 5,63) situando o vencimento mínimo em 10 500 escudos e o máximo em 50 contos.

A proposta dos delegados, extensa e bem documentada, preconiza «uma uniformização de critérios em toda a Banca»,

evitando as actuais situações de injustiça e privilégio segundo as quais «cerca de 72 por cento dos bancários ganham menos que a média geral dos vencimentos praticados na Banca», enquanto que «cerca de 11 por cento dos trabalhadores mais bem pagos recebem 20 por cento do rendimento total dos bancários».

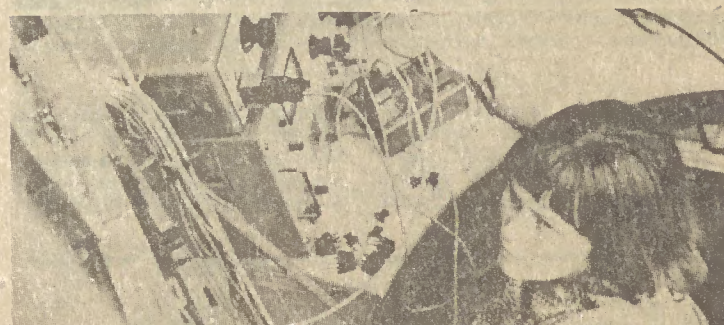
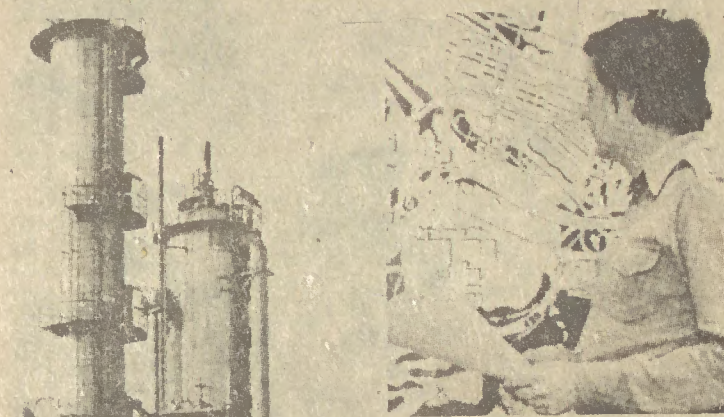
No sentido de reduzir algumas assimetrias, a proposta da Comissão Distrital de Delegados Sindicais prevê, designadamente, que «cerca de 72 por cento dos bancários passam a receber 65 por cento do rendimento total». Esses 72 por cento auferem actualmente vencimentos inferiores à média geral. Segundo a proposta, essa percentagem desceria, na revisão, para 52 por cento.

A Comissão Distrital de Delegados, que apresenta uma

«proposta responsável», tem em conta o aumento do custo de vida, mas não esquece «a realidade económica da Banca nacionalizada». Por isso, não se limita a propor os aumentos de salários. Aponta «igualmente as medidas que se torna imperioso adoptar no domínio da política monetária e de crédito, de modo a dinamizar a economia e a salvaguardar os interesses de todos os trabalhadores bancários, nomeadamente a estabilidade de emprego». Entre essas medidas, a comissão destaca: «a expansão do crédito e da restante actividade da Banca; o embaçamento do crédito e a sua aplicação selectiva, de modo a contribuir para o aumento da produção e do emprego e a diminuição do défice externo; o alargamento do diferencial entre as taxas de juro das operações activas e passivas;

a expansão geográfica e a reestruturação da Banca com a absoluta garantia da manutenção dos postos de trabalho».

O afastamento e a rejeição dos elementos das comissões de delegados na tarefa de preparar a revisão salarial têm sido preocupação dos corpos gerentes divisionistas do Sindicato do Sul e Ilhas. Contra essa atitude da «linha reformista», que a Comissão de Lisboa acusa de incompetente e desonesta, surge a proposta que acabamos de referir, apelando «a todos os trabalhadores bancários para que façam reuniões nos locais de trabalho e exijam uma participação determinante na conclusão da proposta sindical para a revisão da tabela salarial, nomeadamente através de uma assembleia geral».



São muitos, variados e complexos os problemas com que os Quadros Técnicos se confrontam. Para identificar, estudar e compreender os problemas dos QT's está, no âmbito da preparação do Encontro, a trabalhar-se em várias frentes, colhendo críticas e sugestões, enriquecendo o trabalho já realizado

Encontro Nacional do PCP sobre problemas dos Quadros Técnicos

Já só faltam duas semanas!

Já falta pouco tempo para a realização do Encontro sobre os Problemas dos Quadros Técnicos, que terá lugar na «Voz do Operário», nos dias 24 e 25 de Março. Já falta pouco tempo, também, para que as contribuições a recolher ainda e as que já foram obtidas, sejam organizadas de modo a constituírem importantes peças a articular no Encontro, para que este possa vir a desempenhar o papel que o PCP, ao promovê-lo, lhe apontou — aprofundar o conhecimento dos problemas dos QT's, reconhecer o seu papel e a sua situação no processo produtivo, no sector de serviços e na sociedade em geral, contribuir para a obtenção de soluções possíveis.

NO NORTE

No Norte do país, os trabalhos de preparação do Encontro têm-se desenvolvido a partir de quatro grupos de trabalho: Problemas socioprofissionais dos QT's; os QT's no aparelho de Estado; os QT's nas Empresas Públicas; os QT's no Sector Privado.

O desenvolvimento do trabalho destes grupos conduziu à formação de subgrupos que têm vindo a analisar e desenvolver o tratamento das mais variadas questões respeitantes aos Quadros Técnicos, desde as de carácter socioprofissional até às que levantam os problemas específicos de uma empresa ou de um serviço.

Outras questões têm sido também abordadas: carreiras profissionais, relações com os outros trabalhadores,

problemas socioprofissionais dos QT's no aparelho de Estado, Quadros Técnicos do sector privado no sector das Pequenas e Médias Empresas, prevenção e segurança, acções de planeamento, questões associativas e sindicais, a inserção dos Quadros Técnicos nos problemas do sector agrícola.

DISTRITO DE SETÚBAL

No passado dia 5, em Grândola, realizou-se uma reunião de Quadros Técnicos Agrários do Distrito de Setúbal, em que participaram camaradas e amigos, técnicos em diversas Cooperativas e UCP's dos concelhos de Grândola, Setúbal e Santiago do Cacém.

Encontravam-se presentes os camaradas Carlos Amaro

e F. Miguel Bernardes, da Comissão Executiva Nacional.

Foram abordados os temas relacionados com a situação socioprofissional dos QT's e a sua participação na consolidação da Reforma Agrária. A discussão e análise dos problemas que se colocam aos Quadros Técnicos na Zona da Reforma Agrária foi muito rica e, no final, ficou constituída uma comissão encarregada de redigir as conclusões, do documento que virá a constituir uma comunicação ao Encontro Nacional.

No dia 9, no Barreiro, um Encontro concelhio reuniu a participação de camaradas e outros democratas, quadros técnicos em empresas como a Equimetal, Quimigal, Fisipe, Sularte, Bonfim, Rodoviária Nacional, Tingo e ainda das Escolas Técnicas e autarquias locais. Este Encontro, que teve lugar no salão de «Os Penicheiros», e no qual estiveram presentes os camaradas Santos Cunha, Armando Teixeira e Mário Pereira, da Comissão Nacional, e ainda F. Miguel Bernardes, do Executivo Nacional, debateu os temas da investigação e transferência da tecnologia, as relações dos QT's com os outros trabalhadores e a formação profissional e aprendizagem nas empresas.

Também no dia 10, um outro

Encontro concelhio, desta vez em Setúbal, reuniu com a presença do camarada Manuel Sobral, membro do Comité Central do PCP, e Canaveira Russo, da Comissão Nacional do Encontro.

Entre outros, estiveram presentes quadros técnicos de empresas como a Setenave, a Tónus, o Entreposto.

O sindicalismo e o associativismo, a contratação e a situação salarial dos QT's e as suas relações com os outros trabalhadores, para além da importância da unidade entre todos os assalariados para a consolidação do regime democrático, foram temas debatidos.

Hoje, às 19 horas, realiza-se um Encontro Distrital (Setúbal), no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Almada. A proposta de ordem de trabalhos inclui a discussão dos problemas socioprofissionais dos QT's; o papel dos QT's no apoio às vereações das autarquias e as relações dos Quadros Técnicos com os outros trabalhadores. Participarão camaradas e amigos de todos os concelhos, com especial incidência para os de Almada, Barreiro, Moita, Seixal e Setúbal.

Estudantes do PCP na União Soviética

Decorreu nos passados dias 1 e 2 de Fevereiro, na Universidade Estatal de Moscovo, a 1.ª Assembleia da Organização dos Estudantes do PCP na URSS, nela tomando parte jovens comunistas que estudam em Institutos Superiores e Universidades de Moscovo, Leninegrado, Kiev, Varonej, Krasnodar, Rostov e Riga. Encontrava-se presente o camarada Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central do PCP.

Foi analisado o trabalho realizado e apontadas e discutidas as medidas concretas para melhorá-lo, tendo sido salientada a necessidade de uma aplicação séria aos estudos e um aproveitamento das potencialidades oferecidas na União Soviética para a formação de bons especialistas e, ao mesmo

tempo, a necessidade de elevar o nível político e ideológico de cada militante, aproveitando o facto de se encontrarem na URSS para estudar e analisar os progressos e experiências do povo soviético na construção do socialismo.

No decorrer da assembleia foi ainda dado especial relevo às relações entre a Organização do Partido e a Associação dos Estudantes Portugueses na URSS e reforçada a ideia de que cada militante deverá ser um activista da Associação. Como último ponto dos trabalhos foi eleito o Secretariado da Organização.

No dia 4 de Fevereiro, em reunião do Partido aberta a todos os portugueses residentes na União Soviética, o camarada Pires Jorge apresentou o ponto da actual situação política em Portugal.



Estudar a realidade soviética, aplicar-se no trabalho, melhorar a organização, foram algumas das conclusões dos Estudantes Portugueses do PCP na URSS, reunidos em Assembleia

Comícios no Algarve

Cerca de 500 pessoas assistiram no passado sábado, em Faro, ao comício que assinalou o 58.º aniversário do PCP e que decorreu no ginásio da Escola Afonso III daquela cidade, com a participação do camarada Carlos Durão, membro da DORAL e suplente do CC, e Vítor Neto, da SIP Central.

Carlos Durão abordou os problemas da reestruturação da Comissão Regional de Turismo do Algarve e o da criação da Universidade do Algarve. Sobre este último tema e depois de referir que sem um estudo sério, rigoroso e científico do problema é, no mínimo, precipitado defender esta ou aquela localização para a futura universidade, sublinhou aspectos bem mais importantes:

«Voltada para a economia da região e do país — disse — e para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo numa primeira fase os estudos mais necessários à agricultura, à pecuária e ao turismo, às pescas e às indústrias conexas, à saúde e ao



Os Pioneiros participaram nas comemorações do aniversário do Partido no Algarve

ensino, a Universidade do Algarve poderá desempenhar um papel importante no desenvolvimento da economia nacional e na recuperação, conservação, desenvolvimento e valorização do património

cultural e artístico do Algarve. No mesmo dia, cerca de 300 pessoas participaram no comício realizado em Portimão, durante o qual tomou a palavra o camarada Vítor Neto que, no domingo, se deslocou a Vila Real de Santo

António onde também interveio no comício ali organizado e ao qual assistiram cerca de 600 pessoas, tendo havido um canto livre em que actuaram os Pioneiros de Vila Real de Santo António e de Monte Gordo.

Setúbal perto dos 500 contos!

As iniciativas com o objectivo de cumprir as metas que visam atingir os 7 mil contos necessários à organização concelhia de Setúbal para a compra do Centro de Trabalho continuam a empenhar os camaradas e a receber um acolhimento favorável de muitos amigos do Partido.

Antes de anunciarmos os resultados até agora realizados, referir-nos-emos a algumas delas, entre muitas que continuam em marcha.

Em Praias do Sado, por exemplo, no passado dia 25 de Fevereiro, um almoço-conívio reuniu cerca de 150 pessoas além de José Viana e Dora Leal, que também participaram.

Na Sécil e na Portucel já foi sorteado um televisor por cada

célula destas empresas.

A Festa de Carnaval, que durou quatro dias e que oportunamente anunciáramos, decorreu em ambiente animado, nela tendo participado mais de mil pessoas, na totalidade.

Entretanto, esta campanha também ultrapassou as fronteiras e um casal de emigrantes em França enviou para a Concelhia de Setúbal a importância de 2216\$00. Continuam ainda a ser recebidos donativos que vêm de outros pontos do país, como os 500 escudos enviados pela camarada Maria Antonieta, de Sacavém, e os 200 escudos que a camarada Maria Gertrudes Santos, do Monte da Caparica, ofereceu.

E aqui vão os resultados gerais obtidos até 28 de Fevereiro:

«A. Terlim», 1000\$00;

«Barreiros», 158\$40; Com. Concelhia, 2325\$350; Com. Bar, 3058\$470; Com. Bane, 698\$400; Com. Secretária, 321\$60; Cx. Previdência, 1378\$500; «Coelho & Lopes», 200\$00; «Const. Técnicas», 1080\$00; «Compar», 700\$00; Comerciantes, 53100\$00; Coop. 1.º de Maio, 2862\$90; «Unidade Camponesa», 500\$00; C.L.Praias Sado, 3180\$00; CTT, 2570\$00; Desc. e Ap. de Pelxe, 1039\$60; Diversos, 11832\$20; EDP/UEP, 6000\$00; «Etermar», 470\$00; «Entreposto», 31039\$70; «Óleos Vegetais», 2000\$00; Freg. Anunciada, 8067\$00; S. Julião, 1394\$00; S. Lourenço, 920\$00; S. Maria, 240\$00; S. Sebastião, 1486\$50; «Frisado», 498\$90; «Hibissui», 96\$60; «IMA»,

39617\$90; «Inapa», 5500\$00; «Mague 2.º», 5638\$50; «Mague/EDP», 1950\$00; «Movauto», 4340\$70; Pescadores, 11070\$00; «Parel», 490\$00; «Portucel», 26440\$00; «Previgal», 400\$00; Professores, 3400\$00; RN-CEP-8, 5447\$10; «Sado Internacional», 6357\$50; Saúde, 3210\$00; «Sapac», 4032\$90; «Sécil», 2050\$20; «Setenave», 65769\$40; «Setubauto», 2750\$00; «Tecnisado», 347\$30; «Torralta», 830\$00; «Turcopol», 1000\$00; UEC, 3000\$00; UJC, 3049\$90; «Urbisado», 1877\$50; «Vargas Palma», 4448\$00; «2 amigos», 3724\$00; Com. Iniciativas, 53691\$50; Mulheres comunistas, 500\$00; «Grafitrola», 5616\$00. Total, 482690\$50.

Torneio de Xadrez: um exemplo do interesse despertado pelo Encontro do desporto

A preparação do Encontro Nacional das organizações do Partido sobre cultura física e desporto, que se efectuou em 3 e 4 deste mês em Lisboa, foi assinalada, como noticiámos na altura, pela realização de numerosas jornadas desportivas abertas à participação de todos os interessados, nomeadamente torneios, provas de atletismo, encontros de futebol, etc. Em muitos locais constituíram-se iniciativas inéditas no âmbito da massificação desportiva, tarefa que, estamos certos, também recebeu um grande impulso com a realização e as orientações

saídas do próprio Encontro. Uma das iniciativas que despertou um interesse muito particular foi, sem dúvida, o Torneio de Xadrez promovido pela DORL, o segundo maior até agora realizado no país. Na sua fase preliminar, que decorreu em 14 CTs do Partido e em 9 locais de trabalho e centros culturais e recreativos, participaram 449 jogadores de praticamente todos os concelhos do distrito de Lisboa.

A fase final foi disputada de 7 a 24 de Fevereiro passado, tendo reunido os 134 concorrentes apurados na fase anterior e 4 dos

mais destacados xadrezistas portugueses da actualidade, entre eles o mestre internacional Fernando Silva e o campeão nacional e mestre da FIDE Luis Santos.

Realizada no CT Vitória, a final do Torneio teve as seguintes classificações: 1.º — Fernando Silva, 8 pontos; 2.º — Rui Silva Pereira, Álvaro Pereira, António Rocha, Luís Santos e Correia Lopes, 6,5 pontos; 7.º — João Sá, José Abrantes, João Raposo, Francisco Sancho, Jorge Ganana, António Ritas, Carlos Andrade, Sobreda Antunes e Isidro Graça, 6 pontos; 16.º — António Rouxa,

Jorge Rouxa e Arnaldo Fialho, 5,5 pontos; 19.º — João Morais, Pedro Esteves, José Viegas, Miguel Jorge, José Trindade, Artur Silva, Mário Gonçalves, José Silva, Júlio Nunes, Vítor Belo, Carlos Carneiro, José Góis, João Vieira, António Martins, Oscar Vieira, Joaquim Vasco, José de Almeida, José Marques e António Lamas, 5 pontos.

No final da última sessão foram oferecidas lembranças evocativas da luta popular e do nosso Partido aos 10 primeiros classificados e ao mais jovem participante na finalíssima: José Júlio, de 10 anos.

Célula da «Casa Hipólito»: 1ª Assembleia

Aplaudidos pelos seus camaradas. O regulamento, a composição da mesa e a Ordem de Trabalhos foram aprovados por unanimidade, o mesmo acontecendo, mais tarde, com o Relatório de actividades e com a eleição do novo Secretariado de 12 membros.

Registaram-se intervenções dos delegados, nomeadamente apelando ao reforço da militância e da actividade da célula, denunciando a política do actual Governo e sublinhando a necessidade de reforçar a unidade dos trabalhadores.

Saudados de várias células e de organismos do Partido foram recebidas durante os trabalhos da Assembleia, que veio a aprovar, por unanimidade e aclamação, várias moções, entre as quais se destacam a que condena a agressão dos expansionistas chineses ao Vietnam, e uma outra apelando para uma participação maciça dos comunistas e de todos os trabalhadores da «Casa Hipólito» na próxima manifestação do dia 17. Foi, entretanto, calorosamente saudada a informação de que um comboio especial, partindo do Bombarral e fazendo escala em

vários pontos dos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Mafra, trará a Lisboa muitos manifestantes.

A Assembleia foi presidida pelo camarada Luís Góis, da Comissão Organizadora e da Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP, tendo assistido os membros da DORL Vítor Alves e Martins Coelho e ainda o camarada José Casanova, da DORL e do Comité Central do Partido, que no final fez uma intervenção sobre a situação política e sobre o significado da realização da Assembleia.



O programa já está pronto para a Festa da Primavera

No dia 23 começa a Festa da Primavera! Em Santarém, nessa 6.ª feira de Março, a festa começa com um desfile de bandas de música pelas ruas da cidade, enquanto estalam os foguetes. Nessa noite, a Feira da Agricultura, cujas instalações vão receber os milhares de visitantes, será já palco para um variado programa. Além de um colóquio sobre ensino, no Pavilhão do Vinho, com Rogério Fernandes, há dois espectáculos musicais, um ao ar livre e outro no Pavilhão da Agricultura. E, também, cinema na Casa do Campino.

No dia seguinte, logo às 10 horas da manhã, há uma simultânea de xadrez, no Pavilhão do Vinho, com Fernando Silva e Luís Santos, e um campeonato de Damas, no Pavilhão António Alves. Às 11, teatro de fantoches no Pavilhão da Agricultura, com o Grupo de Trabuças de Torres Novas, e cinema na Casa do Campino. Às 15 horas, Melo de Carvalho e o jornalista Carlos Pinheiro participam no colóquio sobre desporto, no Pavilhão do Vinho, e continua o campeonato de damas, além de haver um desfile de ranchos folclóricos pela cidade e, ainda, cinema na Casa do Campino e teatro, com a «Sapateira Prodígiosa», pelo Grupo de Teatro de Campolide. Às 16 horas, xadrez gigante e, ao ar livre, folclore com os grupos de S. Domingos-Santarém, de Vilgateira,

da Romeira e de São Vicente do Paul. Às 18 horas, espectáculo musical, ao ar livre. Às 18, dois colóquios: um sobre a mulher, com Alda Albuquerque, e outro sobre a televisão, com Maria b. Castrim. Às 21 horas, cinema e campeonato de damas. Meia hora depois, um novo espectáculo ao ar livre. Às 22, outro espectáculo musical, desta vez no Pavilhão do Vinho. Às 23, espectáculo de Agricultura e, pela noite, outro espectáculo musical.

Domingo: 10 horas, campeonato de damas, cinema infantil e chiniquito. Às 11 horas, colóquio sobre pequenos e médios agricultores, cinema, im. palhaços e cantiga infantil. Às 14 e 16 horas, Mont. Espectáculo da Juventude. Às 14 e 30, colóquio sobre a criança, com Francisco Nereu; 15 horas, colóquio sobre a Reforma Agrária, também, uma simultânea de damas; às 16 horas, folclore infantil. Às 17 horas, há um comício. A partir das 19 horas, cinema. Às 20 horas, espectáculo musical, ao ar livre. Às 21 horas, cinema. Às 22 horas, cinema. Às 23 horas, cinema. Às 24 horas, cinema. Às 25 horas, cinema. Às 26 horas, cinema. Às 27 horas, cinema. Às 28 horas, cinema. Às 29 horas, cinema. Às 30 horas, cinema. Às 31 horas, cinema. Às 1.ª de Abril, cinema. Às 2.ª de Abril, cinema. Às 3.ª de Abril, cinema. Às 4.ª de Abril, cinema. Às 5.ª de Abril, cinema. Às 6.ª de Abril, cinema. Às 7.ª de Abril, cinema. Às 8.ª de Abril, cinema. Às 9.ª de Abril, cinema. Às 10.ª de Abril, cinema. Às 11.ª de Abril, cinema. Às 12.ª de Abril, cinema. Às 13.ª de Abril, cinema. Às 14.ª de Abril, cinema. Às 15.ª de Abril, cinema. Às 16.ª de Abril, cinema. Às 17.ª de Abril, cinema. Às 18.ª de Abril, cinema. Às 19.ª de Abril, cinema. Às 20.ª de Abril, cinema. Às 21.ª de Abril, cinema. Às 22.ª de Abril, cinema. Às 23.ª de Abril, cinema. Às 24.ª de Abril, cinema. Às 25.ª de Abril, cinema. Às 26.ª de Abril, cinema. Às 27.ª de Abril, cinema. Às 28.ª de Abril, cinema. Às 29.ª de Abril, cinema. Às 30.ª de Abril, cinema. Às 1.ª de Maio, cinema. Às 2.ª de Maio, cinema. Às 3.ª de Maio, cinema. Às 4.ª de Maio, cinema. Às 5.ª de Maio, cinema. Às 6.ª de Maio, cinema. Às 7.ª de Maio, cinema. Às 8.ª de Maio, cinema. Às 9.ª de Maio, cinema. Às 10.ª de Maio, cinema. Às 11.ª de Maio, cinema. Às 12.ª de Maio, cinema. Às 13.ª de Maio, cinema. Às 14.ª de Maio, cinema. Às 15.ª de Maio, cinema. Às 16.ª de Maio, cinema. Às 17.ª de Maio, cinema. Às 18.ª de Maio, cinema. Às 19.ª de Maio, cinema. Às 20.ª de Maio, cinema. Às 21.ª de Maio, cinema. Às 22.ª de Maio, cinema. Às 23.ª de Maio, cinema. Às 24.ª de Maio, cinema. Às 25.ª de Maio, cinema. Às 26.ª de Maio, cinema. Às 27.ª de Maio, cinema. Às 28.ª de Maio, cinema. Às 29.ª de Maio, cinema. Às 30.ª de Maio, cinema. Às 31.ª de Maio, cinema. Às 1.ª de Junho, cinema. Às 2.ª de Junho, cinema. Às 3.ª de Junho, cinema. Às 4.ª de Junho, cinema. Às 5.ª de Junho, cinema. Às 6.ª de Junho, cinema. Às 7.ª de Junho, cinema. Às 8.ª de Junho, cinema. Às 9.ª de Junho, cinema. Às 10.ª de Junho, cinema. Às 11.ª de Junho, cinema. Às 12.ª de Junho, cinema. Às 13.ª de Junho, cinema. Às 14.ª de Junho, cinema. Às 15.ª de Junho, cinema. Às 16.ª de Junho, cinema. Às 17.ª de Junho, cinema. Às 18.ª de Junho, cinema. Às 19.ª de Junho, cinema. Às 20.ª de Junho, cinema. Às 21.ª de Junho, cinema. Às 22.ª de Junho, cinema. Às 23.ª de Junho, cinema. Às 24.ª de Junho, cinema. Às 25.ª de Junho, cinema. Às 26.ª de Junho, cinema. Às 27.ª de Junho, cinema. Às 28.ª de Junho, cinema. Às 29.ª de Junho, cinema. Às 30.ª de Junho, cinema. Às 1.ª de Julho, cinema. Às 2.ª de Julho, cinema. Às 3.ª de Julho, cinema. Às 4.ª de Julho, cinema. Às 5.ª de Julho, cinema. Às 6.ª de Julho, cinema. Às 7.ª de Julho, cinema. Às 8.ª de Julho, cinema. Às 9.ª de Julho, cinema. Às 10.ª de Julho, cinema. Às 11.ª de Julho, cinema. Às 12.ª de Julho, cinema. Às 13.ª de Julho, cinema. Às 14.ª de Julho, cinema. Às 15.ª de Julho, cinema. Às 16.ª de Julho, cinema. Às 17.ª de Julho, cinema. Às 18.ª de Julho, cinema. Às 19.ª de Julho, cinema. Às 20.ª de Julho, cinema. Às 21.ª de Julho, cinema. Às 22.ª de Julho, cinema. Às 23.ª de Julho, cinema. Às 24.ª de Julho, cinema. Às 25.ª de Julho, cinema. Às 26.ª de Julho, cinema. Às 27.ª de Julho, cinema. Às 28.ª de Julho, cinema. Às 29.ª de Julho, cinema. Às 30.ª de Julho, cinema. Às 31.ª de Julho, cinema. Às 1.ª de Agosto, cinema. Às 2.ª de Agosto, cinema. Às 3.ª de Agosto, cinema. Às 4.ª de Agosto, cinema. Às 5.ª de Agosto, cinema. Às 6.ª de Agosto, cinema. Às 7.ª de Agosto, cinema. Às 8.ª de Agosto, cinema. Às 9.ª de Agosto, cinema. Às 10.ª de Agosto, cinema. Às 11.ª de Agosto, cinema. Às 12.ª de Agosto, cinema. Às 13.ª de Agosto, cinema. Às 14.ª de Agosto, cinema. Às 15.ª de Agosto, cinema. Às 16.ª de Agosto, cinema. Às 17.ª de Agosto, cinema. Às 18.ª de Agosto, cinema. Às 19.ª de Agosto, cinema. Às 20.ª de Agosto, cinema. Às 21.ª de Agosto, cinema. Às 22.ª de Agosto, cinema. Às 23.ª de Agosto, cinema. Às 24.ª de Agosto, cinema. Às 25.ª de Agosto, cinema. Às 26.ª de Agosto, cinema. Às 27.ª de Agosto, cinema. Às 28.ª de Agosto, cinema. Às 29.ª de Agosto, cinema. Às 30.ª de Agosto, cinema. Às 31.ª de Agosto, cinema. Às 1.ª de Setembro, cinema. Às 2.ª de Setembro, cinema. Às 3.ª de Setembro, cinema. Às 4.ª de Setembro, cinema. Às 5.ª de Setembro, cinema. Às 6.ª de Setembro, cinema. Às 7.ª de Setembro, cinema. Às 8.ª de Setembro, cinema. Às 9.ª de Setembro, cinema. Às 10.ª de Setembro, cinema. Às 11.ª de Setembro, cinema. Às 12.ª de Setembro, cinema. Às 13.ª de Setembro, cinema. Às 14.ª de Setembro, cinema. Às 15.ª de Setembro, cinema. Às 16.ª de Setembro, cinema. Às 17.ª de Setembro, cinema. Às 18.ª de Setembro, cinema. Às 19.ª de Setembro, cinema. Às 20.ª de Setembro, cinema. Às 21.ª de Setembro, cinema. Às 22.ª de Setembro, cinema. Às 23.ª de Setembro, cinema. Às 24.ª de Setembro, cinema. Às 25.ª de Setembro, cinema. Às 26.ª de Setembro, cinema. Às 27.ª de Setembro, cinema. Às 28.ª de Setembro, cinema. Às 29.ª de Setembro, cinema. Às 30.ª de Setembro, cinema. Às 1.ª de Outubro, cinema. Às 2.ª de Outubro, cinema. Às 3.ª de Outubro, cinema. Às 4.ª de Outubro, cinema. Às 5.ª de Outubro, cinema. Às 6.ª de Outubro, cinema. Às 7.ª de Outubro, cinema. Às 8.ª de Outubro, cinema. Às 9.ª de Outubro, cinema. Às 10.ª de Outubro, cinema. Às 11.ª de Outubro, cinema. Às 12.ª de Outubro, cinema. Às 13.ª de Outubro, cinema. Às 14.ª de Outubro, cinema. Às 15.ª de Outubro, cinema. Às 16.ª de Outubro, cinema. Às 17.ª de Outubro, cinema. Às 18.ª de Outubro, cinema. Às 19.ª de Outubro, cinema. Às 20.ª de Outubro, cinema. Às 21.ª de Outubro, cinema. Às 22.ª de Outubro, cinema. Às 23.ª de Outubro, cinema. Às 24.ª de Outubro, cinema. Às 25.ª de Outubro, cinema. Às 26.ª de Outubro, cinema. Às 27.ª de Outubro, cinema. Às 28.ª de Outubro, cinema. Às 29.ª de Outubro, cinema. Às 30.ª de Outubro, cinema. Às 31.ª de Outubro, cinema. Às 1.ª de Novembro, cinema. Às 2.ª de Novembro, cinema. Às 3.ª de Novembro, cinema. Às 4.ª de Novembro, cinema. Às 5.ª de Novembro, cinema. Às 6.ª de Novembro, cinema. Às 7.ª de Novembro, cinema. Às 8.ª de Novembro, cinema. Às 9.ª de Novembro, cinema. Às 10.ª de Novembro, cinema. Às 11.ª de Novembro, cinema. Às 12.ª de Novembro, cinema. Às 13.ª de Novembro, cinema. Às 14.ª de Novembro, cinema. Às 15.ª de Novembro, cinema. Às 16.ª de Novembro, cinema. Às 17.ª de Novembro, cinema. Às 18.ª de Novembro, cinema. Às 19.ª de Novembro, cinema. Às 20.ª de Novembro, cinema. Às 21.ª de Novembro, cinema. Às 22.ª de Novembro, cinema. Às 23.ª de Novembro, cinema. Às 24.ª de Novembro, cinema. Às 25.ª de Novembro, cinema. Às 26.ª de Novembro, cinema. Às 27.ª de Novembro, cinema. Às 28.ª de Novembro, cinema. Às 29.ª de Novembro, cinema. Às 30.ª de Novembro, cinema. Às 1.ª de Dezembro, cinema. Às 2.ª de Dezembro, cinema. Às 3.ª de Dezembro, cinema. Às 4.ª de Dezembro, cinema. Às 5.ª de Dezembro, cinema. Às 6.ª de Dezembro, cinema. Às 7.ª de Dezembro, cinema. Às 8.ª de Dezembro, cinema. Às 9.ª de Dezembro, cinema. Às 10.ª de Dezembro, cinema. Às 11.ª de Dezembro, cinema. Às 12.ª de Dezembro, cinema. Às 13.ª de Dezembro, cinema. Às 14.ª de Dezembro, cinema. Às 15.ª de Dezembro, cinema. Às 16.ª de Dezembro, cinema. Às 17.ª de Dezembro, cinema. Às 18.ª de Dezembro, cinema. Às 19.ª de Dezembro, cinema. Às 20.ª de Dezembro, cinema. Às 21.ª de Dezembro, cinema. Às 22.ª de Dezembro, cinema. Às 23.ª de Dezembro, cinema. Às 24.ª de Dezembro, cinema. Às 25.ª de Dezembro, cinema. Às 26.ª de Dezembro, cinema. Às 27.ª de Dezembro, cinema. Às 28.ª de Dezembro, cinema. Às 29.ª de Dezembro, cinema. Às 30.ª de Dezembro, cinema. Às 31.ª de Dezembro, cinema. Às 1.ª de Janeiro, cinema. Às 2.ª de Janeiro, cinema. Às 3.ª de Janeiro, cinema. Às 4.ª de Janeiro, cinema. Às 5.ª de Janeiro, cinema. Às 6.ª de Janeiro, cinema. Às 7.ª de Janeiro, cinema. Às 8.ª de Janeiro, cinema. Às 9.ª de Janeiro, cinema. Às 10.ª de Janeiro, cinema. Às 11.ª de Janeiro, cinema. Às 12.ª de Janeiro, cinema. Às 13.ª de Janeiro, cinema. Às 14.ª de Janeiro, cinema. Às 15.ª de Janeiro, cinema. Às 16.ª de Janeiro, cinema. Às 17.ª de Janeiro, cinema. Às 18.ª de Janeiro, cinema. Às 19.ª de Janeiro, cinema. Às 20.ª de Janeiro, cinema. Às 21.ª de Janeiro, cinema. Às 22.ª de Janeiro, cinema. Às 23.ª de Janeiro, cinema. Às 24.ª de Janeiro, cinema. Às 25.ª de Janeiro, cinema. Às 26.ª de Janeiro, cinema. Às 27.ª de Janeiro, cinema. Às 28.ª de Janeiro, cinema. Às 29.ª de Janeiro, cinema. Às 30.ª de Janeiro, cinema. Às 31.ª de Janeiro, cinema. Às 1.ª de Fevereiro, cinema. Às 2.ª de Fevereiro, cinema. Às 3.ª de Fevereiro, cinema. Às 4.ª de Fevereiro, cinema. Às 5.ª de Fevereiro, cinema. Às 6.ª de Fevereiro, cinema. Às 7.ª de Fevereiro, cinema. Às 8.ª de Fevereiro, cinema. Às 9.ª de Fevereiro, cinema. Às 10.ª de Fevereiro, cinema. Às 11.ª de Fevereiro, cinema. Às 12.ª de Fevereiro, cinema. Às 13.ª de Fevereiro, cinema. Às 14.ª de Fevereiro, cinema. Às 15.ª de Fevereiro, cinema. Às 16.ª de Fevereiro, cinema. Às 17.ª de Fevereiro, cinema. Às 18.ª de Fevereiro, cinema. Às 19.ª de Fevereiro, cinema. Às 20.ª de Fevereiro, cinema. Às 21.ª de Fevereiro, cinema. Às 22.ª de Fevereiro, cinema. Às 23.ª de Fevereiro, cinema. Às 24.ª de Fevereiro, cinema. Às 25.ª de Fevereiro, cinema. Às 26.ª de Fevereiro, cinema. Às 27.ª de Fevereiro, cinema. Às 28.ª de Fevereiro, cinema. Às 29.ª de Fevereiro, cinema. Às 30.ª de Fevereiro, cinema. Às 1.ª de Março, cinema. Às 2.ª de Março, cinema. Às 3.ª de Março, cinema. Às 4.ª de Março, cinema. Às 5.ª de Março, cinema. Às 6.ª de Março, cinema. Às 7.ª de Março, cinema. Às 8.ª de Março, cinema. Às 9.ª de Março, cinema. Às 10.ª de Março, cinema. Às 11.ª de Março, cinema. Às 12.ª de Março, cinema. Às 13.ª de Março, cinema. Às 14.ª de Março, cinema. Às 15.ª de Março, cinema. Às 16.ª de Março, cinema. Às 17.ª de Março, cinema. Às 18.ª de Março, cinema. Às 19.ª de Março, cinema. Às 20.ª de Março, cinema. Às 21.ª de Março, cinema. Às 22.ª de Março, cinema. Às 23.ª de Março, cinema. Às 24.ª de Março, cinema. Às 25.ª de Março, cinema. Às 26.ª de Março, cinema. Às 27.ª de Março, cinema. Às 28.ª de Março, cinema. Às 29.ª de Março, cinema. Às 30.ª de Março, cinema. Às 31.ª de Março, cinema. Às 1.ª de Abril, cinema. Às 2.ª de Abril, cinema. Às 3.ª de Abril, cinema. Às 4.ª de Abril, cinema. Às 5.ª de Abril, cinema. Às 6.ª de Abril, cinema. Às 7.ª de Abril, cinema. Às 8.ª de Abril, cinema. Às 9.ª de Abril, cinema. Às 10.ª de Abril, cinema. Às 11.ª de Abril, cinema. Às 12.ª de Abril, cinema. Às 13.ª de Abril, cinema. Às 14.ª de Abril, cinema. Às 15.ª de Abril, cinema. Às 16.ª de Abril, cinema. Às 17.ª de Abril, cinema. Às 18.ª de Abril, cinema. Às 19.ª de Abril, cinema. Às 20.ª de Abril, cinema. Às 21.ª de Abril, cinema. Às 22.ª de Abril, cinema. Às 23.ª de Abril, cinema. Às 24.ª de Abril, cinema. Às 25.ª de Abril, cinema. Às 26.ª de Abril, cinema. Às 27.ª de Abril, cinema. Às 28.ª de Abril, cinema. Às 29.ª de Abril, cinema. Às 30.ª de Abril, cinema. Às 1.ª de Maio, cinema. Às 2.ª de Maio, cinema. Às 3.ª de Maio, cinema. Às 4.ª de Maio, cinema. Às 5.ª de Maio, cinema. Às 6.ª de Maio, cinema. Às 7.ª de Maio, cinema. Às 8.ª de Maio, cinema. Às 9.ª de Maio, cinema. Às 10.ª de Maio, cinema. Às 11.ª de Maio, cinema. Às 12.ª de Maio, cinema. Às 13.ª de Maio, cinema. Às 14.ª de Maio, cinema. Às 15.ª de Maio, cinema. Às 16.ª de Maio, cinema. Às 17.ª de Maio, cinema. Às 18.ª de Maio, cinema. Às 19.ª de Maio, cinema. Às 20.ª de Maio, cinema. Às 21.ª de Maio, cinema. Às 22.ª de Maio, cinema. Às 23.ª de Maio, cinema. Às 24.ª de Maio, cinema.

400 quadros do distrito de Leiria reuniram-se na Marinha Grande

Preparar o Partido para as tarefas políticas de 1979 e discutir os problemas da organização na perspectiva do seu alargamento nas zonas mais difíceis do distrito, foram os temas à volta dos quais se reuniram mais de quatrocentos quadros, vindos de todos os concelhos de Leiria, representando todas as Comissões concelhias e as principais células de empresa. A esta reunião de quadros, realizada no passado domingo, na Marinha Grande, estiveram presentes os camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Joaquim Pires Jorge, do CC, e Osvaldo de Castro e Francisco Lancinha, membros do Comité Central e da DORLEI, que se encontravam na mesa com outros camaradas representando organismos concelhios do Partido.

A abrir os trabalhos, o camarada Francisco Lancinha fez o balanço do estado da organização do Partido no distrito, salientando a dado passo que a reunião de

quadros que decorria se efectuou no seguimento de 85 reuniões preparatórias que contaram com a participação de 1680 militantes.

Chamando a atenção para a necessidade de orientar e desenvolver o recrutamento, aumentando o número de mulheres, de jovens, e de algumas camadas profissionais menos representadas, para além de apontar a necessidade de alargar e reforçar de um modo geral a organização, o camarada Lancinha acentuou:

A grande maioria da população luta pelos mesmos objectivos por que lutam os comunistas; esclarecê-la, quebrar o anticomunismo que existe em alguns sectores, dar a verdadeira imagem do nosso Partido e dos nossos objectivos às mais vastas camadas da população tem de ser obra de todos nós.

Antes de abordar os problemas ligados com a estruturação, Francisco Lancinha referiu-se ao combate a travar contra a rotina do trabalho político.

Por vezes o mais importante — disse — não é este ou aquele aspecto da situação política, mas sim o que se passa na empresa, o que pensam os trabalhadores que não são do Partido desta ou daquela medida do patronato ou do Governo. E mais adiante afirmou:

Capacidade de iniciativa, capacidade de imaginação são características que os organismos do Partido devem possuir. Se assim agirmos, os quadros intermédios começam a aparecer. (...) A sua formação às vezes depende mais da luta do dia-a-dia, das soluções que tem de encontrar para os diversos problemas, das resoluções que é obrigado a tomar.

Outros aspectos do trabalho foram ainda focados pelo camarada Lancinha, antes das intervenções de camaradas dos organismos concelhios de Leiria, Batalha, Marinha Grande, Bombarral, Caldas da Rainha, Obidos, Nazaré, Pombal, Porto de Mós, Peniche, Alcobaça, e ainda

da UEC, da UJC e da Comissão Distrital de apoio ao trabalho das Mulheres, que fizeram o balanço dos diversos organismos e analisaram os problemas locais e o estado das respectivas organizações, apontando as formas de melhorar o trabalho e a ligação às populações.

Participação nas eleições para as autarquias

A preparação cuidadosa do trabalho com vista à participação activa do Partido nas eleições para as autarquias mereceu, de modo geral, a atenção das intervenções que se registaram antes da abertura do debate.

Entretanto várias moções foram apresentadas e votadas todas por unanimidade e aclamação — uma de apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária, outra de apoio ao povo vietnamita e contra a intervenção das forças imperialistas, outra ainda apelando para a mobilização dos camaradas para o Encontro de Agricultores a realizar no próximo dia 18 nas Caldas da Rainha.

Aberto o debate, nele participaram mais de quarenta camaradas, abordando os diversos temas propostos, avançando soluções para melhorar o trabalho em diversas frentes.

Interviu ainda o camarada Osvaldo de Castro, que se referiu especialmente ao amplo trabalho de esclarecimento a levar a cabo para que seja alargada a influência do PCP junto das massas. Através de uma acção persistente — disse — o Partido tem capacidade para cobrir a nível autárquico todo o distrito, e poder vir a desenvolver um frutuoso trabalho político que lhe permita uma maior intervenção no poder local, na defesa dos principais problemas das populações.

Foi aprovada, também por aclamação, uma moção contra a política do Governo de Mota Pinto, apelando para que a Assembleia da República vote contra o Orçamento Geral do Estado e na qual se saudava a CGTP pela batalha que vem travando pela unidade dos trabalhadores e contra o Governo reaccionário MP/PPD. A manifestação a realizar no sábado em Leiria, às 15 horas, convocada pelos sindicatos, foi mencionada também, sublinhando-se a necessidade de mobilizar para ela todos os trabalhadores.

No final dos trabalhos, o camarada Joaquim Gomes lembrou as duas principais tarefas que se colocam actualmente aos comunistas do distrito — melhorar a organização e preparar o Partido para as grandes batalhas políticas de 1979 — e, referindo-se às deficiências registadas no recrutamento em praticamente todo o distrito, sublinhou: a reunião que aqui tivemos, para além da sua própria importância, deverá servir para melhorar todo o trabalho de organização.

Sobre a situação política, aquele dirigente comunista pôs em destaque as manifestações realizadas no norte do país contra o Governo actual, um governo de mercenários da contra-revolução que tem de ser banido deste país, dando exemplos flagrantes da actuação do executivo Mota Pinto no distrito, nomeadamente no boicote à construção dos Hospitais da Marinha Grande e em Peniche. A terminar Joaquim Gomes referiu-se à importância das comemorações do aniversário da Constituição, em 2 de Abril, do 25 de Abril e do 1.º de Maio, jornadas de unidade da classe operária e de todas as forças progressistas.

1200 contos para Odivelas

Um porta-a-porta, realizado no passado fim-de-semana em Odivelas e dirigido apenas a três bairros, recolheu para a Campanha dos 1200 contos, a importância de cerca de 6 mil escudos, além de se ter registado a oferta de muitas bugigangas e outras dádivas.

No fim do mês de Fevereiro, os resultados eram assim:

Rifas, 317790\$00; Listas de Fundos, 12670\$00; Diversos, 5978\$00; Festa de 8 a 9 de Julho, 13753\$60; Autocolantes, 24608\$50; Banca do Joror, 4864\$10; Pic-nic de Canaças, 11540\$10; Banca do Joror III, 5548\$20; Festa "Avante!", 78, 2575\$20; Mulheres, Bar, 10248\$00; Toalha, 17300\$00; Festa "De Braço Dado", 71\$50; Campanha de Natal, 4610\$00; Festa de Convívio, 10439\$60; Excursão à Serra, 1650\$00; Cabaz da Páscoa, 35\$00; Donativos, 58457\$00; "Metas", 64205\$00. Total, 570492\$00.



Um apelo da UEC aos estudantes universitários

Vem defender Abril! Vem construir o futuro! Este o apelo dirigido pela União dos Estudantes Comunistas (UEC) aos estudantes universitários que ainda não definiram a sua opção política.

Defender Abril, defender as suas conquistas, construir o futuro, lutar por uma nova sociedade, são tarefas que exigem cada vez mais a unidade firme, a organização activa e dinâmica dos democratas, dos estudantes universitários. São tarefas que, além na UEC, uma enorme frente de acção e trabalho político, que espera a adesão de mais jovens, de mais estudantes universitários também.

A defesa de Abril e a construção do futuro não ligam em hesitações ou recios. Disto nos falo o folheto amplamente divulgado pela UEC nos estabelecimentos de Ensino Superior do país.

Sou jovem. Estudo na Universidade e muitas vezes pergunto a mim próprio para quê. Se passai as barreiras do «numerus clausus», da sobrevivência económica, da elitização crescente, deparo-me com um curso tão diferente do que queria, até porque está separado daquilo que são os problemas e o futuro do meu país.

A minha vida é quase uma incógnita. Até porque o mais provável, que lá aconteceu a tantos outros, é tornar-me mais um dos 300 mil jovens desempregados, número que dia após dia, os sucessivos governos de direita vêm aumentando.

Quero ter uma vida independente com alguém de quem eu gosto. Mas onde arranjar casa? E trabalho?

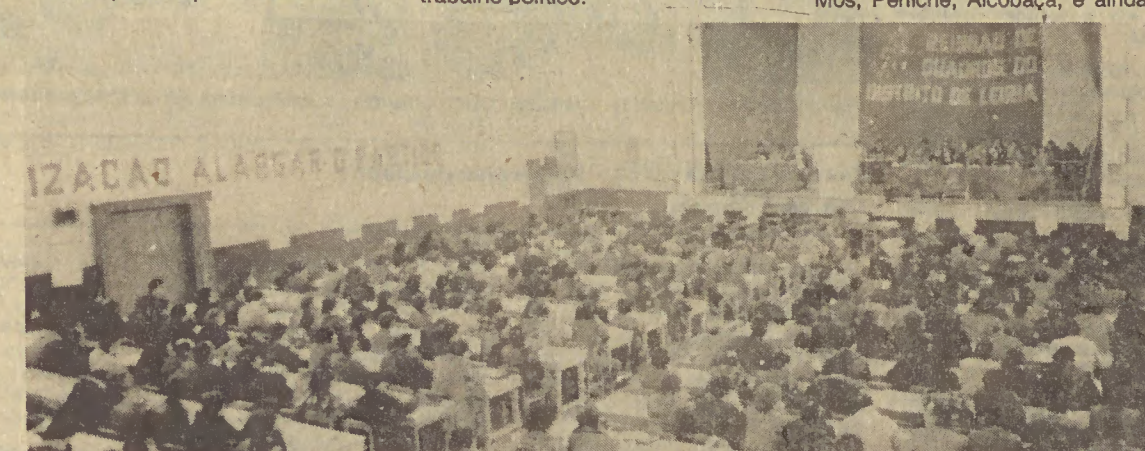
Queria pensar no futuro numa perspectiva de realização pessoal. Sei lá... Cantar, fazer

desporto, pintar... o que vai sendo bem difícil nos dias que correm.

Vivo e estudo em Portugal. Só que não é no Portugal que eu queria, que eu vi nascer da vontade e força do povo em liberdade e democracia. Mas antes no país que vem sendo marcado por todos aqueles que nos últimos governos mais nada fazem do que combater o 25 de Abril, com a inflação, o desemprego, com restrições à liberdade e ataques à Reforma Agrária, com desinvestimentos, contra a Constituição e a vontade de todos nós! Sei que tudo muda mais tarde ou mais cedo. Mas também sei que não é esperando que se alcance o que se quer. Sei e sinto que isto não está bem assim; e digo mais: que isto não vai ficar assim, porque vejo um povo em marcha, unido e confiante. E a força de um povo é muita...

Sou jovem, e por o ser, não acredito que o destino seja fatal e que nada possa ser alterado. Sei que só, muito pouco poderei fazer, e por isso sinto a necessidade de, em conjunto com outros, trabalhar para um futuro melhor. E é porque quero um novo país, onde todos possam estudar, trabalhar e viver com alegria, que luto. E também porque quero uma nova relação de amizade, de amor, de solidariedade entre os jovens. E porque quero um Mundo novo.

E é porque vivo e luto em Portugal, no Portugal de Abril em que é preciso defender a democracia, a liberdade, a Reforma Agrária, a Constituição, é porque vi no dia-a-dia quem é pela unidade, quem defende Abril para construir um amanhã socialista que aderi à UEC e na UEC luto. E tu?



Centenas de quadros comunistas do distrito de Leiria, reunidos na Marinha Grande, discutiram e analisaram as formas de alargar a organização do PCP e de preparar o Partido para as tarefas que se lhe colocam

Delegação da juventude Ho Chi Minh entre nós: uma inesquecível jornada internacionalista

A convite da UJC e da UEC, esteve recentemente no nosso país, para uma visita de três dias, uma delegação da «Juventude Ho Chi Minh» da República Socialista do Vietnam, constituída pelos camaradas Do Van Tai, do Comité Central da organização, e Vu Xuan Hong, vice-presidente da União Internacional de Estudantes (UIE).

Durante a sua breve estadia em Portugal, a delegação concedeu uma conferência de imprensa, participou no Encontro Nacional das organizações de trabalhadores-estudantes comunistas, a quem dirigiram uma saudação, que foi calorosamente aplaudida; e esteve presente numa sessão realizada na Faculdade de Letras de Lisboa e um grandioso comício da UJC/UEC na Marinha Grande, a que assistiram cerca de 400 pessoas.

Além da Marinha Grande, os camaradas vietnamitas participaram numa festa-convívio comemorativa do 4.º aniversário da UJC.

Antes da sua partida, tiveram contactos com o Comité Central do nosso Partido na pessoa do camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política, e com as direcções da UJC e da UEC.

Ao longo da sua estadia,

a delegação da «Juventude Ho Chi Minh» foi alvo de calorosas e fraternais manifestações de solidariedade militante, extensivas à corajosa luta do povo e da juventude do Vietnam contra a criminosa agressão chinesa.

Entretanto, o Comité Central da Federação da Juventude do Vietnam enviou recentemente à Comissão Central da UJC um telegrama que passamos a transcrever:

Em nome de toda a juventude vietnamita, dirigimos aos «meetings» de solidariedade com o Vietnam as nossas mais calorosas saudações. Agradecemos sinceramente a todos os amigos de Portugal e aos do Mundo inteiro pelo apoio à justa luta do povo vietnamita contra a bárbara agressão perpetrada pelos dirigentes reaccionários de Pequim. Face à resposta enérgica do povo vietnamita e à severa condenação de toda a humanidade progressista, e designadamente a juventude portuguesa, em nome da paz e da justiça, os meios governamentais chineses são obrigados a declarar a retirada das suas tropas do Vietnam. Mas até agora continuam as suas

operações sobre o território vietnamita, cometendo novos crimes contra o povo do Vietnam, visando realizar a sua manobra de longa data de anexação do Vietnam e de expansionismo e hegemonismo no Sudeste Asiático. Nesta

grave situação apelamos para exigir aos dirigentes reaccionários chineses que ponham fim definitivo à guerra de agressão contra o Vietnam, a retirada imediata, total e sem condições das suas tropas, o estrito respeito pela

independência, soberania e integridade territorial do Vietnam.

Desejamos grandes sucessos aos vossos «meetings» de solidariedade. Viva a solidariedade anti-imperialista da juventude mundial!



Os camaradas vietnamitas participaram na Marinha Grande numa festa-convívio promovida pelos jovens comunistas para comemoração do 4.º aniversário da UJC

A juventude contra o desemprego!

● Jornada de luta promovida pela UJC

São mais de 300 mil os jovens que em Portugal procuram sem êxito um emprego. Entretanto, todos os anos terminam os seus cursos mais de 60 mil que, por seu turno, se lançam na procura do posto de trabalho para perspectivarem e organizarem a sua vida.

Em que situação se encontram os jovens desempregados? Muitos deles enfrentam problemas familiares, adiam casamentos, sentem-se desmotivados para a ocupação sadia dos seus tempos livres, desesperam por não conseguirem a sua própria subsistência, por não poderem dar rumo à sua vida pessoal.

Por outro lado, a política levada a cabo pelos últimos governos e que continua com o actual Governo liderado por Mota Pinto, apoiado pela direita, em particular pelo PPD, longe de reduzir este

grave problema — o maior da jovem geração portuguesa — antes o agrava. Além de não proporcionar as condições indispensáveis e de não tomar as acções concretas para a criação de novos postos de trabalho, o Governo MP/PPD lança no desemprego centenas de jovens cujas empresas são (ou foram) alvo da desinvestimento, dando ainda cobertura à repressão patronal e aos despedimentos.

Os contratos a prazo e o trabalho eventual, a inexistência dum

estatuto de aprendizagem, o não cumprimento do salário mínimo nacional e da contratação colectiva de trabalho e a não admissão de jovens que ainda não cumpriram o serviço militar, são mais alguns dos problemas que afectam neste momento a juventude do nosso país.

Também o aumento do custo de vida cria grandes dificuldades aos jovens que estão empregados. Hoje em dia é praticamente impossível arranjar casa. Por rendia, além de escassearem, há ainda o oportunismo e a especulação dos donos dos prédios, há o intermediário, há as «agências» do engano e do roubo descarado. Por outro lado, comprar um andar — sonho de muitos jovens casais — também não é fácil. Há os juros elevadíssimos, para já não falar de

outros problemas. Assim, recorrem à casa dos seus pais, a quartos ou partes de casa, o que mais tarde ou mais cedo traz sempre inconvenientes.

A juventude tem direito à vida, ao trabalho, à habitação. Tem direito à constituição de família e lar. São aspirações justas. Há que lutar por elas! Há que dinamizar, reforçar e alargar a luta das massas juvenis pela conquista de tais direitos, em particular pelo direito ao trabalho.

E é com esse objectivo que a UJC decidiu lançar uma Jornada Nacional de Luta, que entre o próximo sábado e o dia 25 irá mobilizar milhares de jovens democratas das mais diversas tendências, unidos pela necessidade comum de avançar no caminho da democracia e da liberdade rumo a uma sociedade

mais justa que tenha em conta as suas justas aspirações.

Contra o desemprego, pelo direito ao trabalho! é o lema da Jornada, durante a qual se realizarão diversos encontros locais e regionais para análise dos problemas específicos da juventude e formulação de propostas válidas e objectivas na base do estudo profundo das realidades locais e regionais.

Assim, no dia 24 deste mês realizam-se o Encontro Regional da Zona do Baixo Ribatejo (concelhos de Vila Franca de Xira e Loures), devendo os interessados contactar os CTs do PCP e da UJC de aqueles concelhos, e o Encontro das organizações da UJC da Amadora e do concelho de Sintra, este sob o lema "Trabalho, direito da juventude".

Estudantes comunistas Encontro Nacional

Durante os trabalhos foi dada uma panorâmica da situação dos TE's antes e depois do 25 de Abril, tendo sido denunciado o agravamento das condições dos trabalhadores-estudantes na sequência da política desastrosa do Ministério de Cardia, política que se manteve e ampliou com o actual Governo. Salientou-se, por outro lado, o trabalho desenvolvido pelas organizações unitárias dos TE's designadamente os Conselhos Executivos Nocturnos, delegados de turma, secretários distritais, associações de TE's e Coordenadora Nacional, a qual foi eleita no 2.º Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes. Em relação à Coordenadora, foi sublinhada a necessidade de intensificar o trabalho orientado para a sua revitalização.

Tal como aponta o Manifesto aprovado pelos delegados, que representavam 54 escolas com aulas nocturnas, o Encontro Nacional constatou os significativos avanços alcançados pelas organizações da UJC no recrutamento e desenvolvimento da actividade entre os trabalhadores-estudantes e exorta todas as organizações e militantes a prosseguir nesta direcção, não regateando esforços numa política de unidade e defesa dos trabalhadores-estudantes.

O alargamento das fileiras da Juventude Comunista é factor

de certeza de que estes interesses serão defendidos e que a luta prosseguirá com novos êxitos.

O Encontro Nacional traça como tarefas principais a organização de novas células e o recrutamento de cada vez maior número de jovens.

No que se refere ao ensino, o Encontro concluiu pela necessidade da criação de um ensino intensivo, que contenha um curso preparatório, um curso geral e, por fim, um curso de pré-especialização.

O camarada Fernando Rodrigues, do Executivo da CC da UJC, ao fazer o balanço do Encontro destacou o carácter democrático da discussão que aqui foi mantida, a abertura concedida na sua preparação e participação, através de dezenas de reuniões efectuadas por todo o País, da vinda de muitos jovens de variadas tendências políticas e de sem filiação política e da presença de delegados abrangendo todas as regiões, o que mostra bem o carácter nacional do Encontro.

Aquele dirigente da UJC denunciou mais adiante a acção do MEIC no plano político, ideológico e legislativo, a qual visa o assalto e destruição das inovações alcançadas no ensino. Fernando Rodrigues recordou a propósito as medidas restritivas, a criação do Ano

Propedéutico sem avançar com o mínimo de estruturas para o sustentar, a institucionalização de «numerus clausus» na base de critérios de duvidosa justiça, a circular dos exames «ad-hoc» de acesso aos complementares (já revogada, após a luta desenvolvida pelo Movimento Associativo), o despacho das faltas, impondo-as com carácter de exclusão, o despacho dos exames, nacionais e a circular que impede as dispensas de exame, agora revogada no que respeita aos complementares.

No decurso do Encontro o camarada Blaquim Teixeira, fez uma importante intervenção abordando em particular a situação política actual numa análise viva e recheada de diversos elementos muito significativos. Já na parte final afirmou:

O trabalho das organizações dos trabalhadores-estudantes comunistas orientado para a aproximação, entendimento e diálogo com os seus colegas de escola tem que se despir de qualquer sectarismo, tem que saber encontrar o que pode, de facto, ajudar essa aproximação, tem que congrega os jovens em realizações culturais, desportivas e recreativas, tem que os unir para a acção em defesa das reivindicações dos TE's. Trata-se dum tarefa muito importante, que, como aqui já foi dito, tem imensas perspectivas.

des dos trabalhadores-estudantes e do desenvolvimento económico do país sendo necessária a sua completa reestruturação.

O Encontro Nacional confirmou também a necessidade de promover um amplo debate para a definição dum plano nocturno adequado aos valores e princípios consignados na Constituição da República e integrado nas tarefas de recuperação económica.

irlicações dos TE's

sobre Gestão que impede a participação dos trabalhadores-estudantes com carácter deliberativo nos Conselhos Directivos das escolas;

- A criação no MEIC de um Departamento para as questões específicas dos trabalhadores-estudantes, que se preocupe em encontrar soluções às suas reivindicações.
- Por outro lado, o Encontro Nacional considerou que o ensino existente não corresponde às necessida-

des das matérias de exame; ● A abertura das cantinas, bares e papelerias nas escolas nocturnas, com preços reduzidos;

- O melhoramento da rede de transportes e o estabelecimento de horários em correspondência com a saúde das aulas;
- A alteração ao conteúdo das matérias e métodos de ensino e a reciclagem dos professores;
- A revogação do decreto

Actividades do Partido

● Ermidas-Sado — Com a presença dos camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do CC, e Pires Jorge, membro do Comité Central, a Organização de Ermidas do PCP comemorou o aniversário do nosso Partido com um almoço de confraternização a que se seguiu um comício, na Casa do Povo, a que assistiram centenas de pessoas e a que presidiu a camarada Clementina Colapo. Depois de uma saudação, lida pela camarada Maria Olímpia, Pires Jorge evocou os tempos em que o Partido dirigia, na clandestinidade, a luta dos trabalhadores contra a exploração e a miséria impostas pelos agrários. Jaime Serra fez, no final, uma análise da situação política actual, condenando a soma de ilegalidades e arbitrariedades do Governo de Mota Pinto na zona da Reforma Agrária e noutros sectores da vida nacional.

● Açores — Nos Açores, apesar do Governo Regional do PPD não garantir as liberdades democráticas e

antes pelo contrário, incentivar a intimidação aos comunistas e outros democratas, o nosso Partido alarga a sua influência, desmascarando a pouco e pouco todas as calúnias lançadas pelos inimigos do povo e mostrando de uma forma clara quem são os verdadeiros defensores da democracia e da liberdade — afirma-se num documento assinado pela Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, ao assinalar o aniversário do Partido. A propósito da data, realizaram-se duas sessões-convívio, uma em Angra do Heroísmo, com a participação de algumas dezenas de pessoas, e outra na Horta, no Centro de Trabalho «25 de Abril», a que também algumas dezenas de pessoas assistiram. Em ambas as sessões usaram da palavra membros da DORAA.

● Madeira — O 58.º aniversário do Partido Comunista Português comemorou-se ainda na Madeira, numa festa-comício

organizada pela DORAM, com jantar de confraternização, que reuniu mais de uma centena de camaradas e amigos. No decorrer da festa intervieram os camaradas Ivo Ferreira, Ana Nunes e João Bernardino, respectivamente sobre a vida do Partido antes do 25 de Abril na Madeira, o Ano Internacional da Criança e a situação política actual. Na sua intervenção, João Bernardino dirigiu uma saudação fraternal à organização do PCP na Madeira, e especialmente aos comunistas que conhecem e vivem por diante as duras tarefas na defesa da democracia e da liberdade, numa zona dominada pelas forças reaccionárias e fascistas, lideradas pelo PPD de Alberto João Jardim. A festa contou ainda com a projecção de um filme e com uma exposição sobre a vida do PCP.

● Aljustrel — Tal como em muitas outras localidades do Alentejo, também em Aljustrel o 6 de Março foi assinalado com uma sessão de esclarecimento em que participou o camarada Ruben de



O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, participou no sábado passado, no Centro de Trabalho de Ovar, numa reunião distrital de mais de 120 quadros com tarefas de direcção em diversos sectores da organização de Aveiro. No domingo seguinte o mesmo camarada esteve num comício, no salão de festas dos Bombeiros de Tomar com mais de 250 participantes

Carvalho, chefe de redacção do «Avante!», que recordou a heroica luta dos mineiros de Aljustrel em Abril de 1960, através das páginas do jornal do Partido, então na clandestinidade. Antes de se referir a vários aspectos da situação política actual, o camarada saudou os exemplos de unidade e de resistência dos trabalhadores do povo e dos comunistas daquela vila alentejana.

● Vitor Louro na zona do

Baixo Mondego — No próximo dia 17 o deputado comunista Vitor Louro contactará, na Freguesia da Erleira, Montemor-o-Velho, com agricultores, da parte da manhã; de tarde, terá um encontro com agricultores da Fomoseira e terá uma visita às obras do Mondego; à noite, estará no Centro de Recreio Popular de Fomoseira, onde, no fim da sessão, actua o grupo de Cordas e Cantares do Ateneu de Coimbra.

APU debate consequências da aplicação da Lei das Finanças Locais no concelho de Lisboa

Demonstrar, no concreto, os benefícios que resultarão da aplicação da Lei das Finanças Locais num concelho tão importante como o de Lisboa, foi o objectivo que presidiu ao plenário promovido pela APU no passado sábado, na capital.

O debate efectuado, em que participaram 240 activistas do Povo Unido e mais de uma dezena de eleitos socialistas, entre os quais três presidentes de junta, permitiu não só desmontar a insidiosa campanha que procurava fazer crer que para Lisboa a Lei 1779 era uma burla, mas também perspectivar já as novas possibilidades que advêm da sua aplicação na resolução de muitos problemas da população lisboeta.

Como foi claramente demonstrado no decorrer dos trabalhos, a aplicação integral da lei, que implica de imediato um acréscimo de 1,3 milhões de contos das verbas do município, para além de acabar com a "romaria de mão estendida pelos ministérios", permitirá pela primeira vez ao município de Lisboa elaborar um

piano de actividades com um máximo de segurança de execução.

Uma vez liquidada a política de favores e desfavores do poder central em relação ao poder local, como frisou Silva Graça ao ler as conclusões do plenário, não mais a Plataforma de Beiróis estará dependente do MOP; não mais a opção de intensificar a construção de habitação social estará dependente só do Governo; não mais as obras de saneamento básico que se impõem estarão só dependentes de opções governamentais.

Com a aplicação da lei, que dará ao município uma receita global de 4,5 milhões de contos, será a Câmara Municipal de Lisboa a tomar — de facto — decisões, a fazer opções, a planejar, a definir objectivos. E a executá-los.

Os malabarismos do Governo para não aplicar a Lei 1779

Embora para os activistas da APU e para os democratas em geral não existam dúvidas de que a Lei das Finanças Locais irá mesmo ser aplicada — trata-se apenas de uma questão de tempo — o plenário não descurou no entanto a denúncia das tentativas da reacção para o impedir.

Cavalheira Antunes, deputado do PCP à Assembleia da República e vogal do Povo Unido na Assembleia Municipal de Lisboa, referiu a propósito as campanhas nesse sentido desenvolvidas pelo Governo Mota Pinto/PPD, que culminaram com a apresentação de um Orçamento Geral do Estado onde se pretende, na prática, a anulação da Lei 1779.

Como afirmou aquele deputado comunista na sua intervenção, o Governo Mota Pinto/PPD inseriu disposições, na proposta de lei do OGE, para que fique tudo como dantes, ou seja, aplicar-se-ia exactamente o sistema dos

anos anteriores, dos subsídios e comparticipações, que tem merecido a mais viva contestação por parte das populações e dos órgãos representativos das autarquias.

Salientando que os artifícios do Governo se destinam, por um lado, a impedir a aplicação da lei e, por outro, a facilitar uma saída airosa à direita parlamentar, que embora não esteja interessada na execução daquela legislação não pode tomar uma posição clara de obstrução à mesma pelas dificuldades que daí lhe adviriam por parte das populações e dos seus próprios eleitos, Cavalheira Antunes chamou a atenção para a responsabilidade dos deputados socialistas nesta matéria, de quem os democratas eleitos para as autarquias e a população em geral esperam uma posição firme contra este Governo, contra este orçamento, contra o novo imposto e contra a não aplicação da Lei das Finanças Locais.

Aproximar os serviços das populações

Com a aplicação integral da Lei 1779, muita coisa certamente

mudará no modo de funcionamento dos órgãos

autárquicos, como aliás ficou patente nas intervenções de Cunha Serra e Anselmo Anibal, ambos vereadores do Povo Unido na Câmara Municipal de Lisboa.

O primeiro referiu-se sobretudo à necessária reestruturação dos serviços camarários, na óptica da sua descentralização e desconcentração do competências, de modo a permitir-se que passem a ser as juntas de freguesia a realizar muitos pequenos empreendimentos, na respectiva área, o que para além de aumentar a participação dos eleitos na gestão local se reflectirá positivamente na execução e fiscalização dos trabalhos, com reflexos no aumento dos postos de trabalho, na desburocratização dos serviços, simplificação de toda a actividade, etc.

Por outro lado, como salientou, os serviços camarários ficarão mais livres para tratar dos assuntos de interesse geral da cidade que lhe competem, com mais eficácia e certamente maior rendimento. Anselmo Anibal, por seu turno, criticou severamente a metodologia que tem sido seguida na gestão da Câmara Municipal de Lisboa pelo respectivo presidente.

Que papel para as Juntas de Freguesia?

Pode sem dúvida dizer-se que se a Lei das Finanças Locais é urgente para as câmaras municipais, o é ainda mais para as freguesias, também elas sujeitas até à data a uma política, na maior parte dos casos, de duvidoso critério... e tendo como receita atestada e a exploração dos cemitérios (no caso da província).

Sobre a situação concreta das freguesias da capital, falou Joaquim Campino no plenário da APU. Recordando que em Lisboa existem freguesias gigantes, como a dos Olivais — com cerca de 45 mil eleitores — e outras pequenas minúsculas, como a dos Mártires — com cerca de 728 eleitores; que existem freguesias fortemente carenciadas, com bairros de barracas, habitação clandestina, sem saneamento básico; e outras menos carenciadas, com boas habitações e melhor apetrechadas com equipamento social.

E se têm sido ridículas as verbas disponíveis do município para

que só tem contribuído para agravar ainda mais o clima de incerteza provocado pela ausência da Lei de Finanças Locais.

Com efeito, se os orçamentos anualmente aprovados pelo município, embora formalmente exactos, têm sido sempre também algo fantasmáticos, já que falam de verbas que realmente não chegam, isso não justifica a negligência, esquecimento e minorização das freguesias por parte da câmara, e nomeadamente por parte da própria presidência.

Como se frisou, o facto de em 1977 o orçamento camarário (sem verbas consignadas) ter sido estimado em três milhões de contos, dos quais apenas chegaram 2,6 milhões; de em 1978 ser de 4,4 milhões e só se ter recebido 3,2 milhões, não é razão para que não se tenham feito adaptações das estruturas das várias direcções de serviços, organizando-as em função da divisão no espaço urbano; não se tenha acompanhado o trabalho dos serviços em relação às freguesias; e muito menos negligenciado toda a informação aos municípios.

fazer face às imensas necessidades da cidade, mais irrisórias ainda têm sido as verbas atribuídas às freguesias, a ponto de por vezes nem chegarem para as despesas correntes de administração.

Basta dizer que em 1977 o total de verbas atribuídas às freguesias foi, em números redondos, de 13 mil contos, o que significa a ridícula importância (aproximada) de 20500 por eleitor inscrito. Em 1978, essa verba aumentou para 21 mil contos, ou seja, aproximadamente 31500 por eleitor!

Tendo em conta as receitas globais do município nos mesmos anos, conclui-se que as verbas para as freguesias não passaram da ínfima percentagem de 0,48% e 0,67%.

Claro que não existia nenhuma legislação que obrigasse a Câmara de Lisboa a proceder de outro modo. Mas — a questão foi posta — não teria sido possível, mesmo com escassos meios do município, alterar esta situação de penúria?

A resposta é óbvia. Bastaria ter havido vontade política de servir as populações por parte da força maioritária da câmara (PS). Como sucedeu, por exemplo, em Vila Franca de Xira, onde a APU é maioritária, e onde mesmo sem a Lei das Finanças Locais se tem feito uma política de apoio às freguesias, dando-lhes meios para atender às necessidades mais urgentes da população, delegando nelas algumas funções.

Os números falam por si — em 1977, a verba atribuída às nove freguesias de Vila Franca foi de 15754 contos, ou seja, superior à que a Câmara de Lisboa distribuiu às suas 53 freguesias!!!

Para além deste flagrante desinteresse da força maioritária do município lisboeta pelas respectivas freguesias, importa assinalar as profundas distorções de critérios ou faltas de critério na distribuição de verbas, para não falar já nas profundas injustiças cometidas.

Como explicar, por exemplo, que a Freguesia dos Olivais tenha recebido em 1978 517 contos enquanto a das Mercês, com apenas oito mil eleitores, recebeu 1012 contos?

E como explicar que, mesmo havendo um aumento de verbas para as freguesias, de 1977 para 1978, da ordem dos 7700 contos, algumas freguesias como Anjos, Lapa, Lumiar e Sacramento vissem as suas receitas diminuir o ano passado?

Como interrogou Joaquim Campino, que explicações foram dadas às populações?

Reunião da Comissão Nacional da APU

A Comissão Nacional da APU reúne no próximo domingo, dia 18, nas instalações da "Voz do Operário", em Lisboa.

Da ordem de trabalhos da reunião, que se iniciará às 14 e 30, consta a apresentação do relatório das actividades da Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU; o debate sobre o alargamento da Comissão Nacional da APU; a situação da luta pela



Plenário da APU de Lisboa: sublinhada a importância para as autarquias da aplicação da Lei das Finanças Locais

Cem mil contos para as freguesias de Lisboa não será demais

A aplicação da Lei das Finanças Locais é fundamental para as freguesias, pois ela objectiva com critérios concretos o processo de transferência de verbas dos municípios para as freguesias, obrigando a um *planfond* mínimo de 5% da alínea b) do art.º 5.º

Contudo, a APU considera que

esse mínimo é insuficiente na cidade de Lisboa (as 53 freguesias receberiam este ano cerca de 26 mil contos, verba quase idêntica à do ano passado), tendo apontado para um **mínimo de cem mil contos**, correspondente a cerca de 20% da referida alínea e a 2,2% do orçamento global da Câmara de Lisboa (se a lei for integralmente aplicada).

Como se afirmou no plenário, não é possível aceitar uma verba menor. Não podemos continuar a assistir a uma câmara cheia a rebrantar pelas custuras e a freguesias vazias. Vazias de meios, vazias de atribuições e competências, vazias de actividades que sirvam o povo que as constitui.

Mas todos os aspectos abordados no plenário — e sobretudo os que se referem às freguesias (competências, critérios de atribuição de verbas, etc.) terão de ser alvo de um profundo debate, tão amplo quanto possível, para que correspondam ao máximo às aspirações dos principais interessados.

Por isso a Aliança Povo Unido inscreveu desde já no seu programa de acção o propósito de dinamizar o estudo destes problemas junto das freguesias, das comissões de moradores, dos organismos mais representativos da vontade popular.

Como salientou Silva Graça, no final do plenário da APU, **não se pode dirigir um município, seja ele qual for, fechado num gabinete, longe das populações** (ao contrário do que pensam os actuais responsáveis do PS pela maioria da Câmara Municipal de Lisboa, da maioria absoluta da Assembleia Municipal de Lisboa e da quase totalidade das freguesias da capital, com os resultados que estão à vista).

Se as populações não participarem — discutindo os problemas, participando na gestão dos órgãos autárquicos, colaborando inclusive na execução de pequenas obras — o processo da melhoria gradual das condições de vida das populações será necessariamente mais lento e, quantas vezes, mais incorrecto.

Os verdadeiros socialistas devem votar na APU — disse Carlos Costa em Valença

Só uma forte votação na APU poderá convencer os socialistas-democratas da direcção do PS a abandonarem as alianças à direita e a fazerem as suas alianças à esquerda — afirmou o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, no decorrer de um comício realizado em Valença no passado domingo, a propósito das eleições suplementares para a câmara municipal daquela localidade, marcadas para o próximo dia 29 de Abril.

Recordando que a queda da câmara, presidida pelo PS, foi provocada pelo PPD e CDS, no âmbito da sua política de desestabilização dos órgãos de poder local, Carlos Costa acentuou que, embora a política do PS em Valença mereça fortes críticas, quer por não ter tido em conta as aspirações mais profundas da população, quer pelo seu carácter burocrático e desligado do Povo, quer pelo seu carácter partidarista e sectário, a verdade é que é absolutamente contrária aos interesses da população a inútil paralisação deste órgão autárquico, tanto mais que, quando estas eleições se realizarem, estar-se-á apenas a oito meses de novas eleições.

Com efeito, se dúvidas houvesse quanto aos objectivos visados pelo PPD

e CDS com a provocação destas eleições suplementares, os recentes acontecimentos verificados na Assembleia Municipal de Valença bastariam para as desfazer.

Naquele órgão autárquico deliberativo, os partidos da reacção uniram-se para excluir o PS da composição da comissão administrativa, não obstante este partido ser o mais votado no concelho e a lei das autarquias dizer expressamente que a formação das comissões administrativas terá de ter em conta os resultados eleitorais.

Não acatar tais disposições legais é não só rigorosamente ilegal como profundamente antidemocrático.

Mas, como salientou Carlos Costa, não ficaram por aqui o PPD e o CDS. Escolheram para presidir à comissão administrativa um

conhecido fascista, ex-membro da ANP de Marcelo Caetano e presidente da câmara fascista ainda em 1969.

O significado de tão despojadura manobra é claro e elucidativo: se pudessem, o PPD e o CDS desrespeitariam, por todo o país, os resultados eleitorais, ou realizariam eleições burla, ou não as realizariam pura e simplesmente, segundo o modelo fascista.

Não o conseguirão. Nem no resto do país nem em Valença, onde aliás os resultados eleitorais da direita têm vindo a decrescer de tal modo que se pode dizer que o PPD é um partido derrotado naquela vila.

Os números apresentados por Carlos Costa não deixam lugar a dúvidas — **quando das eleições para a Assembleia da República, ainda o PPD obteve 3108 votos; para as eleições para a Assembleia da República obteve 2640 e para a câmara municipal, em 1976, já só 1556 votos. Isto é, entre as primeiras e as últimas eleições o PPD perdeu em Valença exactamente 50% dos seus votos. Quase o mesmo sucedeu com o CDS.**

Ao contrário, o PCP e o Povo Unido aumentaram sempre a sua votação.

A APU vai eleger um candidato para a Câmara de Valença

Durante a sua intervenção, Carlos Costa fez notar que a experiência demonstra que é necessário, mesmo indispensável, a participação da APU nos órgãos autárquicos para contribuir decisivamente para que eles pautem a sua acção pela preocupação constante de resolver os problemas locais, pois a APU guia-se sempre pelo princípio da unidade das populações e dos eleitos em torno da solução dos problemas concretos e não por jogos e manobras partidárias.

Como aliás o prova a sua política de procura constante de soluções construtivas para os problemas e de apoio a qualquer proposta justa para a solução dos problemas, independentemente dela ser apresentada pelo CDS, PS ou PPD. E esta é, sem dúvida, a principal razão do seu enorme e crescente prestígio.

Dal que se tome indispensável levar a voz da APU ao município de Valença.

Esse será o voto útil de esquerda, como Carlos Costa sublinhou, ao contrário do que a campanha desenvolvida pelos dirigentes locais do PS (e que certamente se irá intensificar) procura fazer crer.

Afirmam os dirigentes daquele partido que o voto útil de esquerda será no PS. Como se a experiência não mostrasse — e o nosso camarada não deixou de o dizer claramente — que o PS recebe votos da esquerda para se aliar à direita; dos trabalhadores para se aliar aos patrões; dos explorados para se aliar aos exploradores.

A próxima votação do OGE constituirá mais uma prova para a direcção do PS. Ver-se-á uma vez mais — como se disse no comício — se o PS se alia à esquerda ou se, pelo contrário, vai gritar demagogicamente contra o Governo para depois o deixar passar, dentro da sua política de conluio com a direita.

E, lamentavelmente, tudo indica que, mais uma vez, o PS se irá abster... e o OGE passar. E, se calhar, não foi por acaso que a cópia da consigna não foi total — a do PCP é "Partido da



Valença: quem quiser votar na esquerda de modo útil, seguro e certo terá de votar na APU

Finanças Locais), para o agravamento das condições de vida da população e para a própria defesa do Estado democrático.

Não será copiando as consignas, que não a prática, do PCP (principal força da APU) que o PS se transformará no partido da "confiança e do futuro", como procurou fazer crer no seu recente congresso. E, se calhar, não foi por acaso que a cópia da consigna não foi total — a do PCP é "Partido da

verdade, da confiança e do futuro".

A verdade foi de tal modo banida da política da direcção do PS que nem se atrevem a reclamá-la... pelo ridículo que provocaria!

Por isso, como Carlos Costa afirmou em Valença, quem quiser votar na esquerda de modo útil, seguro e certo terá de votar na APU, quanto no PS se compreende que votem os sociais-democratas que, por

engano, têm votado no PPD, que não é social-democrata, nem sequer democrata, mas sim um partido reaccionário.

Estamos certos — disse — de que as eleições de Valença, com uma forte votação dos verdadeiros socialistas na APU, vão contribuir para a viragem necessária do PS. E nesta medida, estas eleições terão uma grande importância, não só local, mas também nacional.

Reformados do Barreiro exigem melhores condições de vida

Realizou-se no passado sábado, na ex-Cordoaria Nicola, no Barreiro, um plenário com a presença de 1500 pessoas, para discussão dos problemas que mais afectam os reformados, onde foi aprovada por unanimidade e aclamação uma moção de apoio e aderência à manifestação do próximo sábado.

Foram também aprovadas moções em que se exigia o congelamento do custo de vida, medicamentos baratos, transportes mais acessíveis e pensões condignas. Numa outra moção, a enviar ao Presidente da República, Assembleia da República e Conselho da Revolução, exige-se a imediata isenção do pagamento da taxa da RTP e do Imposto de Radiodifusão.

No plenário estiveram presentes o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, presidente da Assembleia Municipal, delegações do PCP, PS, MDP/CDE, MDM, além de

representantes da coordenadora do MURPI, União dos Sindicatos de Barreiro e Moita, Comissão de Reformados do Concelho do Barreiro, presidente da Associação de Inquilinos Lisbonense, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, União dos Reformados de Lisboa.

Um representante dos reformados do concelho do Barreiro, ao usar a palavra, referiu a determinada altura:

"Aqui nos encontramos reunidos e de mãos dadas para demonstrar aos senhores do Governo que os reformados necessitam

de melhores pensões e que têm direito de olhar pela sua sobrevivência.

"Acabe-se de uma vez para sempre com a repressão fascista.

"Não olhem com desprezo para a enorme massa de reformados. Não

nos olhem como homens inúteis."

E terminou dizendo:

"Camaradas e amigos. Parar é morrer, e para se conquistar as reivindicações pedidas é preciso que os reformados levantem a voz e digam

bem alto — A Luta Continua!"

Foi ainda aprovada uma moção apresentada pelos trabalhadores no activo, em que se afirma a disposição destes em apoiarem as reivindicações dos reformados.



A APU pela primeira vez nas eleições em Ferreira e Parada de Todeia

A APU — Aliança Povo Unido — concorre pela primeira vez às eleições para as Assembleias de Freguesia de Parada de Todeia, concelho de Paredes, e Ferreira, concelho de Paredes de Coura, que se vão realizar no próximo dia 25. Na primeira localidade concorrem ainda listas do PS, PPD e CDS enquanto que na segunda localidade apenas concorre uma outra lista (do PPD).

A ida às urnas dos eleitores de Parada de Todeia é motivada pela demissão da Assembleia de Freguesia anterior, constituída por elementos dos partidos de direita, que mostraram no decorrer do seu mandato não estarem minimamente interessados na resolução dos problemas locais. A APU surge pela primeira vez para defender os interesses da população e contribuir para a superação dos seus problemas.

Em comunicado divulgado há dias, os candidatos da APU, além de explicitarem as razões da sua candidatura, analisam o significado do voto nos outros concorrentes, salientando que **votar nos partidos da direita (PPD ou CDS), mesmo que eles apareçam, como em Parada, escondidos atrás do nome de «independentes», é votar na continuação da mesma política de atraso feita pela Assembleia de Freguesia anterior; é votar em forças que querem liquidar o regime democrático e que apolam a política de miséria para o nosso povo e o nosso país, como está a fazer o actual Governo Mota Pinto — PPD.**

Por outro lado o comunicado sublinha que a votação no PS, mesmo havendo gente séria na sua lista, **significa que se vai dar mais força aos seus dirigentes para continuarem a política de direita que têm**

feito até agora (...). Por isso, acrescenta o comunicado **nós dizemos aos militantes e aos votantes do PS: apoiar a lista do Povo Unido!**

Entretanto, também em Ferreira, a APU tem divulgado diversos documentos, estando para breve a distribuição do seu programa de candidatura. Num dos comunicados, reagindo à chantagem sobre a população que a lista do PPD tem feito, a pretexto da Câmara Municipal de Paredes de Coura ser daquele agrupamento e portanto só ajudar a freguesia caso sejam eleitos os elementos do partido de Sá Carneiro, a APU tem manifestado a sua intenção de lutar pela aplicação e cumprimento da Lei das Finanças Locais, que põe cobro à tradição fascista dos subsídios e comparticipações e contribui para defender as populações das manobras e chantagens dos partidos reaccionários.

Culturas de Primavera: uma frente de combate!

Na mesma linha de defesa da Reforma Agrária que leva às ruas as massas populares, em grandiosas manifestações como serão as do próximo sábado, os trabalhadores das UCPs/Cooperativas e as suas organizações desenvolvem, neste momento, um esforço intenso para a Campanha de Culturas de Primavera. Um esforço patriótico, um esforço planificado para melhorar a produção, defendendo a Reforma Agrária, defendendo o pão do povo trabalhador.

Trata-se de recuperar no plano da produção o que a violenta ofensiva do MAP, por um lado, e o mau tempo, por outro, fizeram perder nas sementais das culturas de Inverno. Um e outro factor — com relevância para a política repressiva do Governo Mota Pinto e da dupla Vaz Portugal-Ferreira do Amaral, para a sabotagem e a ausência de apoio técnico e financeiro por parte do Estado — põem em perigo a produção de cereais e as culturas de Primavera, forragens e pecuária. Conscientes das dificuldades, os trabalhadores e técnicos das UCPs e Cooperativas e dos Secretariados e Unões manifestam a sua determinação em "tudo fazer, para salvar o que for possível". Disseram-no no Encontro das Culturas de Primavera das UCPs e Cooperativas de Beja,

Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal. Dizem-na na prática, partindo para lavar os campos da zona da Reforma Agrária, constituindo Brigadas de Produção, organizando o trabalho por turnos durante mais horas e não poupando sábados e domingos, e organizando o apoio das UCPs e Cooperativas mais bem equipadas com máquinas e alfaias às que sofrem maior número de carencias sob o ponto de vista técnico. Dizem-na na prática, reafirmando em cada dia a vontade de não deixar um palmo de terra produtiva por semear:

"As searas que se encontram em terras roubadas aos trabalhadores, pertencem às UCPs e Cooperativas. Por isso, devemos acompanhá-las e cuidar delas e temos direito a recolhê-las", foi afirmado no Encontro de Culturas de Primavera.

Contraopondo-se ao esforço dos trabalhadores para produzir o pão, a carne, o leite para o povo português, contraopondo-se à defesa da liberdade e da revolução de Abril, o Governo Mota Pinto prossegue com a ofensiva, marcando reservas manifestamente ilegais, concedendo-as por via de feroz violência, emitindo notas oficiosas provocatórias, promulgando despachos como o que

pretende limitar a deslocação de veículos e reboques na zona da Reforma Agrária — atentado à Constituição, às liberdades que ela consigna — incentivando os agrários à prática de acções sabotadoras e desestabilizadoras.

Contra esta política que traz a curto prazo o risco de a produção baixar, os géneros faltarem e os preços aumentarem mais e mais, erguem-se os trabalhadores. Não apenas nas concentrações e manifestações mas ainda, e a par daquelas, numa mesma linha de combate, pondo as suas energias, a sua capacidade, o seu trabalho ao serviço da Produção.

Conscientes da necessidade de "encarar com urgência medidas que passam obrigatoriamente pelo fim imediato da ofensiva, da sabotagem e ineficácia do aparelho do Estado, por um correcto apoio técnico e financeiro e pelas necessárias e justas indemnizações pelos danos causados pelo mau tempo", conscientes das suas próprias possibilidades e potencialidades, empenhados num esforço patriótico de defesa da Reforma Agrária e da Democracia, os trabalhadores fazem das Culturas de Primavera uma frente do seu combate.

Pequenos e médios vinicultores presente negro, urgência de medidas!

O vinho representa para milhares de pequenos e médios produtores uma das principais, senão a principal fonte de remuneração do seu trabalho. Este é o caso de muitos produtores do Ribatejo e dos de muitas zonas do norte e centro do país.

A exploração vitícola do País é, regra geral, muito pequena, não excedendo em média um hectare, o que conduz a que mais de 90 por cento dos vinicultores produzam menos de cem hectolitros (vinte pipas). Por outro lado, 2 por cento dos produtores de vinho produzem cerca de 20 por cento de todo o vinho nacional (ou seja mais de dois milhões de hectolitros por ano). De referir ainda que estes grandes produtores implantaram vinhas em vastas áreas próprias para outras culturas, produzindo vinhos de pior qualidade mas a preços mais baixos, competindo assim com os pequenos produtores que se vêm obrigados a vender os seus vinhos, de boa qualidade, ao preço dos vinhos de má qualidade.

Em 1977, Portugal tinha uma área plantada de vinha da ordem de cerca de 370 mil hectares, ou seja, 4,1 por cento da sua superfície. Entre 1968 e 1977 houve uma descida de onze mil hectares, que se atribui à emigração (falta de mão-de-obra, etc.). A produção de vinho em 1976 rondou os nove milhões e duzentos mil e cinquenta mil hectolitros. Mas a de 1977 sofreu uma redução para cinco milhões e duzentos e cinquenta mil hectolitros. Portanto, menos quatro milhões e desassete mil hectolitros, ou seja uma quebra na ordem dos 43,4 por cento. Quanto à média em quilos de uva por hectare, no período de 1969-1971, foi de 3775 quilos por ha. No ano de 1975-1976 foi de 3572 kg/ha; no ano de 1977, 3243 kg/ha. Ora a média de produção em quilos de uva por hectare, no ano de 1977, na Europa (Itália, França, Espanha, Grécia, Roménia, RFA, Jugoslávia,

Hungria, Austria, Checoslováquia e Suíça) foi de 5386 quilos por hectare. Para termos uma ideia da importância que pode ter a produção de vinho em termos de exportação, refira-se que em 1977 Portugal exportou 5 milhões e 69 mil contos de vinho, 5 milhões de contos de cortiça e 6 milhões de contos de máquinas e aparelhos eléctricos, tecidos em peça e vestuário.

Preço do vinho: quem perde, quem ganha?

Em 1977, o então ministro do Comércio, Basílio Horta (CDS), fixou tabelas do preço do vinho à lavoura (13\$50), ao armazenista ou retalhista (18\$00) e ao consumidor (21\$00). Estes preços foram rapidamente ultrapassados. Houve semanas em que aumentaram duas vezes e até agora aumentaram mais de vinte vezes. No primeiro semestre de 1978, o então ministro do Comércio Interno fez sair uma portaria a aumentar o preço do vinho. Era um preço elevado mas mesmo assim os intermediários apareceram a comprar (começa assim a grande jogada dos armazenistas, que são mais de mil e em todo o país).

Mas recentemente e por iniciativa da Associação dos Comerciantes e Industriais de Bebidas Espirituosas e Vinhos (A.C.B.E.V.) os preços sobem de novo. E aqui é de perguntar: quem é esta Associação de Comerciantes e Industriais? Que legalidade tem para fazer preços? Conjunto de comerciantes e industriais associados, não tem qualquer legalidade para fazer preços, pois como diz o artigo 109.º

da Constituição "O Estado intervém na formação e no controlo dos preços, incumbindo-lhe racionalizar os circuitos de distribuição e eliminar os desnecessários". Como se vê, é por esta e por outras que anda aí gente a dizer que é necessário rever a Constituição...

Eis um exemplo de como se processa a jogada dos armazenistas:

"Um armazenista do Norte do país comprou a uma Adega Cooperativa no Ribatejo duzentos e cinquenta mil litros de vinho ao preço de 6\$50. As suas possibilidades financeiras permitiram-lhe que o vinho ficasse na adega cerca de dois anos e que o retirasse em fins de Agosto passado quando o vinho já valia 24\$00 o litro." Sem tocar no vinho, num cacho ou numa cepa, este senhor ganhou perto de cinco mil contos. E o produtor quanto ganhou?

No nosso país ainda é o armazenista que comercializa a maior parte do vinho. Compra cedo à lavoura, faz os seus "stoks" e depois lança-o no mercado ao mais alto preço possível. Por outro lado, os retalhistas, ou pelo menos a sua maioria — e são mais de 30 mil no país — também ganham, aumentando assim cada vez mais o preço do vinho até que ele chega ao consumidor. A presença de intermediários de carácter parasitário e especulativo tem conduzido a excessivas elevações do preço do produto no consumidor, o que faz que este prefira consumir outras bebidas com predominância para a cerveja. Isto, ao mesmo tempo que pequenos e médios produtores são progressivamente asfixiados em dificuldades. Quanto à Junta Nacional do Vinho, é quase como se não existisse pois a sua actuação em nada beneficia a pequena e média lavoura e o mínimo que se pode dizer é que não intervém, e quando o faz é desastrosamente, de forma

anárquica, desorganizada. A questão do vinho, que nunca deixou de movimentar os que vivem da sua produção, voltou a agitar os pequenos e médios agricultores e as suas organizações e a entrar nas páginas dos jornais, muito recentemente, quando a Junta Nacional do Vinho, à frente da qual se encontra o homem da CAP Tomás Correia, anunciou a importação de 60 milhões de litros de vinho, defendendo tal medida, autorizada pelo Governo, com o argumento de que esta importação a não ser feita implicaria a perda de mercados externos.

O curioso é que esta decisão é tomada sem se saber, ou pelo menos sem divulgar publicamente, qual a quantidade de vinho que existe presentemente no mercado; que quantidade existe nas adegas cooperativas; nos agricultores não associados em cooperativas, nos comerciantes, nos armazenistas e exportadores, nos "marteleiros". Quanto ao vinho importado, ficaram por esclarecer diversas questões: tendo sido comprado ao preço médio de 12\$50 por litro, por quanto vai ser lançado no nosso mercado? Quem é que o vai distribuir? Quem vai arrecadar os lucros? Com o alto preço de venda ao público, com os altos custos de produção, quem virá comprar os nossos vinhos?

Será a falência de pequena e média lavoura.

Que fazer a curto prazo?

Procurar adequar a produção ao escoamento, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, mediante conveniente política de preços e reestruturação da cultura quanto aos terrenos em que se implantam, às castas usadas, etc.; — Estimular a consciencialização dos pequenos e médios vinicultores sobre as vantagens que advêm de se associarem quer em organizações de defesa da classe, quer em associações de índole cooperativa com vista à prossecução das técnicas culturais e de vinificação; — Incentivar uma efectiva democratização das cooperativas existentes, mediante participação activa dos associados em todas as actividades e decisões;



Os pequenos e médios produtores de vinho que, tal como toda a pequena e média lavoura, vêm a vida andar para trás por força de uma política conduzida contra os interesses nacionais, encontram novas defesas e forças na associação, nas suas organizações específicas

— adoptar medidas tendentes a desaminar a cultura de castas de inferior qualidade (política de preços bem diferenciada quanto à qualidade, estabelecimento de um viveiro nacional, interdição da elevação do grau, etc.); — rever a legislação sobre o condicionamento da cultura da vinha;

— incentivar as adegas cooperativas no sentido de se dotarem dos necessários meios para comercialização directa dos seus produtos;

— pôr em funcionamento um organismo público que domine eficazmente os circuitos de comercialização;

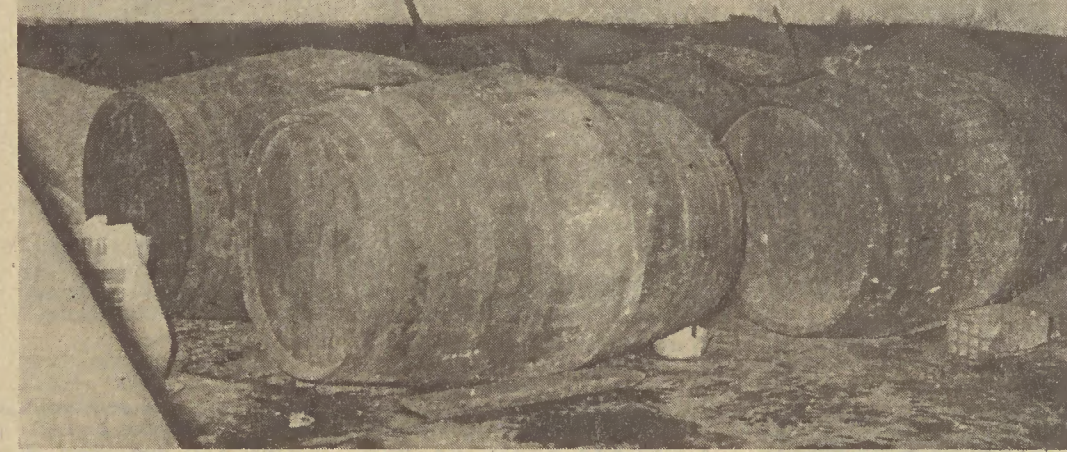
— dar à pequena e média lavoura a possibilidade de acesso a créditos bonificados de modo a levarem a efeito investimentos em equipamentos e reconversão dos seus vinhedos — os debilitados e os que pouco

produzem, os que não têm larguras favoráveis ou estão deficientes por plantações antigas (pé de galo) e os que estão povoados apenas por castas que só se distinguem pela quantidade, o que nada significa os nossos vinhos;

— intensificar a fiscalização na produção vitícola, dessa forma combatendo os "mixordeiros";

— estabelecer que a Junta Nacional do Vinho consulte obrigatoriamente as adegas cooperativas em caso de exportação ou importação de vinho.

Estas as medidas imediatas, reivindicadas por pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros quando do seu II Encontro de Santarém, medidas que correspondem a profundas aspirações de toda a pequena e média lavoura e que interessam à sua própria sobrevivência enquanto produtores de vinho.



Do primeiro ao terceiro trimestre de 1978, a Direcção Geral de Fiscalização Económica fiscalizou cerca de 20% da produção; apreendeu cerca de 3% do vinho fiscalizado; apreendeu por auto cerca de 2 mil 727 litros. A quem pertence este vinho? Quais os nomes das pessoas e as localidades? Por que razão não são divulgados? Que medidas toma o Governo para impedir este crime contra a saúde pública? A isto responde o homem da CAP na JNV, Tomás Correia: "O Governo não pode combater o vinho a martelo porque a fraude é muito rentável"...

Batata provoca inquérito à JNF

Na passada segunda-feira, o secretário de Estado do Comércio Interno anunciou a instauração de um inquérito à JNF motivado por irregularidades relacionadas com a importação de batata de semente, inquérito este que já havia sido reivindicado pela CNA interpretando o enorme movimento de protesto de milhares e milhares de pequenos e médios agricultores.

Mas a questão da importação da batata de semente constituiu apenas um dos aspectos do velho problema da batata que se repete ciclicamente sem que os organismos responsáveis tomem quaisquer medidas a não ser as que mais vêm agravar a pequena e média produção. Outros dos aspectos que tem movimentado um pouco por todo o país, e muito no Norte, os pequenos e médios produtores é o escoamento da batata. Assim, enquanto em Chaves os agricultores chegaram a cortar o acesso à cidade para obrigar a JNF a receber a batata, as cooperativas agrícolas de Entre Douro e Mondego concederam ao Governo, para resolver o problema do escoamento da batata da região, um prazo que termina hoje.

Exemplo do descontentamento profundo dos pequenos e médios produtores são os acontecimentos em Vila Pouca de Aguiar, onde as vias rodoviárias foram cortadas até o governador civil de Vila Real se comprometer a encetar diligências para solucionar a questão. As reivindicações são, por um lado, o escoamento de metade da batata manifestada e o pagamento de 6\$50 centavos por quilo, reivindicações que a JNF tem claramente desprezado.

Um problema que vem de longe

Recordemos que desde Outubro do ano transacto o problema da comercialização da batata se vem agravando, como alertaram inúmeras organizações representativas dos pequenos e médios agricultores em tomadas de posição públicas e diligências efectuadas junto da JNF e do Governo. No entanto, nenhuma destas entidades procurou tomar as medidas que a situação reclamava. Ao contrário, a Junta aplicou mezinhas que só favoreceram os designios dos intermediários, mantendo-se surda perante as reclamações dos produtores quanto à necessidade e urgência da intervenção e a garantia de um preço compensador. Recusando-se a uma intervenção global nas regiões produtoras, a JNF adquiriu 23 mil toneladas de batata destinadas a serem exportadas para a Argélia e para a República Popular de Angola. Ao invés do prometido, a Junta somente entregou aos produtores 2\$80, ficando a dever-lhes outros 2\$80.

Parante estes produtores perfila-se uma situação idêntica à verificada na anterior campanha, quando a JNF ficou a dever elevadas quantias à produção. Na zona de Chaves, muitos produtores estão sem receber muitos milhares de contos relativos à batata comprada pela Junta na anterior campanha.

Mas não é só quanto ao atraso do pagamento e falta de cumprimento dos acordos que há razões de queixa. Muitos são os que criticam a JNF por persistir numa atitude de alheamento de modo a possibilitar o controlo dos circuitos de comercialização do sector por parte de meia dúzia de grandes intermediários parasitas. Nem a Junta nem o Governo Mota Pinto se têm mostrado empenhados em procurar novos mercados e garantir o escoamento da batata. Quantos estabelecimentos públicos, por exemplo, continuam a comprar este alimento aos intermediários, quando podiam ser melhor abastecidos e em melhores condições se a batata fosse comprada directamente à produção ou ao auxílio da JNF?

Até quando é que o Governo de Mota Pinto vai continuar a permitir que os intermediários encham os bolsos à custa dos prejuízos dos pequenos e médios produtores?

1.º aniversário da CNA

Assinalado em diversas localidades por iniciativas das organizações representativas dos pequenos e médios agricultores nela filiadas, este primeiro aniversário da CNA teve grande projecção nas comemorações em Coimbra e no Porto.

A necessidade de medidas "imediatas, corajosas e realistas" para relançar a agricultura, a estranheza perante medidas tomadas pelos últimos governos que agravam ainda mais a pequena e a média lavoura, a decisão de lançar uma campanha nacional para divulgação aos agricultores sobre os passos burocráticos necessários para o levantamento dos prejuízos causados à agricultura pelos temporais e as cheias, a realização do inquérito já em curso sobre custos de produção agrícola e a decisão da CNA de promover um debate nacional sobre a batata de semente, foram algumas das questões em maior evidência nas comemorações de Coimbra e Porto. O MARN, numa saudação enviada à CNA, manifestou o seu profundo regozijo pela alteração da Lei 76/77, vulgo Lei dos Senhores Picos, e alertou para os casos ainda em tribunal que devem ser considerados face ao novo articulado da lei.

No Porto, os agricultores presentes na sessão condenaram veementemente as suspensões dos programas "Contraponto", "A Agricultura que Nós Temos" e "Campo Livre".

Plenário de seareiros de Santarém

Reunidos em plenário, seareiros de Santarém exigem: garantia e estabilidade para os seareiros; terra com apitidão agrícola; entrega a pequenos agricultores seareiros de terras nacionalizadas ou já expropriadas e ainda na posse dos grandes agrários; obrigatoriedade dos grandes proprietários cultivarem as terras que mantêm incultas e, caso o não façam, intervenção do Estado concedendo a utilização dessas terras a seareiros; fixação de preços justos à produção, ouvindo para tal as organizações de agricultores (preço mínimo do tomate de 2\$50 o quilo, mantendo-se os preços actuais dos produtos necessários à cultura). A par destas reivindicações, os seareiros de Santarém manifestaram neste I Plenário, reunido no passado dia 3 de Março, desacordo "pelo conteúdo limitativo da Portaria N.º 80/79, de 13 de Fevereiro, principalmente nos seus pontos 2.2 e 4.1, que apenas visam dificultar o arrendamento da terra de campanha a pequenos seareiros com vista a proteger e garantir grandes áreas aos grandes seareiros", e "pelos aumentos de rendas máximas por hectare, que têm como consequência o agravamento dos custos de produção e das condições de vida dos pequenos seareiros".

As conclusões do plenário e as preocupações dos seareiros serão transmitidas ao MAP.

Rendeiros já vêm alguma justiça!

A aprovação de alterações à Lei 76/78, lei do PPD sobre arrendamento rural, continua a ser saudada em todo o país por seareiros que pensam estarem finalmente criadas as condições para cessarem os despedimentos e despejos arbitrários.

Mas fazem um alerta ao MARN para a necessidade de, na discussão na especialidade, serem consideradas as propostas apresentadas por esta organização: "Não é adiando o despejo por dois anos que a situação se alterará substancialmente, pois continuaria nas mãos dos senhorios uma terrível arma contra os rendeiros".

"Confiamos — conclui o MARN — que o futuro de milhares de famílias será respeitado com a aprovação definitiva da lei e os rendeiros poderão passar a trabalhar com segurança em Portugal, de modo a que se deixe de importar o que nós aqui podemos produzir."

Integração europeia: de mal a pior...

A CEE — Mercado Comum ou Europa dos Monopólios (França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Irlanda, Inglaterra, Noruega, Itália e Alemanha Federal) tem:

260 milhões de europeus 11 milhões de agricultores 90 milhões de hectares

No ano de 1976 produziu cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta mil hectolitros de vinho. Só a França produziu 60 milhões de hectolitros.

A nossa produção de 1976 rondou os nove milhões, duzentos e cinquenta mil hectolitros de vinho. A vizinha Espanha, que não pertence à CEE mas que pretende lá entrar, produz uma média de 24 milhões de hectolitros, isto é, mais 15 milhões do que Portugal.

Os custos de produção dos

países da CEE são inferiores aos do nosso país. Assim, o que irá suceder? Para se competir com a Europa do Mercado Comum é necessário: Produzir vinho de qualidade. A CEE irá exigir ao produtor português uma reconversão quase total das vinhas com castas de qualidade, baixos custos de produção, etc.

Ora, a realidade é que o pequeno e médio produtor não está preparado para satisfazer essas exigências. E isto porque, entre outros factores: uma vinha leva alguns anos a entrar em plena produção; os factores de produção sofreram aumentos altamente gravosos (33% o gasóleo, mais de 38% os adubos, herbicidas e insecticidas mais de 26,5%, e os fungicidas mais de 20,3%), e por outro lado, os

tractores aumentaram na ordem dos 100% e as alfaias cerca de 50%. As vinhas dos pequenos agricultores e até algumas dos médios agricultores não permitem sequer a mecanização, outras estão no fim da vida e outras não são castas de qualidade.

Tudo isto faz aumentar os custos de produção da cultura. Qual será pois o país estrangeiro que irá comprar o nosso vinho quando o tem a preços mais baixos noutros mercados mundiais?

Com o grande produtor as coisas já não se passam de igual modo, pois os seus custos de produção são menores e o vinho é produzido noutras condições.

Será, pois, o fim da pequena e média lavoura se algum dia Portugal entrasse no Mercado Comum.

Entre rebanhos, tareia, ribeirões, medos, sem escola, sem carinhos se fez homem

Fala José Pereira de Baixo, de Sousei, trabalhador agrícola:

Custa-me dizer isto mas as verdades são para dizer: os ganadeiros daquele tempo eram como alguns guardas de hoje. Eram do tipo selvagem, tratavam mal os ajudados de gado, mesmo que fossem cachopos como eu. Por outro lado, selvagens também eram os nossos pais, puxavam-nos as orelhas e nada de um carinho. Comecei a trabalhar com cinco anos, a guardar porcos. Foi para a companhia de um indivíduo que nem deixava falar a gente e por tudo e por nada dava-me pancadaria. De tão miudinho, lá andava eu a levar tareia, a andar atrás do gado, a ir buscar de noite a ceia por uns ribeirões abaixo. Chamavam-lhes os Ribeirões da Quinta do Baixo, eram muito escusos — até no tempo anterior diziam que havia lá medos e bruxas.

Depois fez-se o tempo de ir para a escola. Entre o monte e a povoação onde ficava a escola havia uma ribeira, ribeira essa que era muito caudalosa, corria muito no tempo do Inverno, tinham de me ir passar à ribeira. Andei lá à escola à volta de uns 6 meses. Passado esse tempo abalou a pessoa que andava a guardar as cabras, eu fiz falta à voltei para as cabras. Tinha uns 7 ou 8 anos.

E andei guardando cabras e crescendo. Comecei a ter alguma habilidade — ainda muito pouca — e comecei a lavar as terras com uma junta de vacas. Naquele tempo não havia horas para trabalhar.

Começávamos a lavar por volta das 5 horas da manhã, já depois de termos carregado a semelha, depois de ter sido sulfatada (deitar um produto para evitar o fungo na semente). Isto tudo feito de noite. De manhãzinha enchiam-se os sacos, carregavam-se em carros para os campos. Toda a família trabalhava então para o agrário. Isto porque, já agora conto, o dono da propriedade onde o meu pai era rendeiro começou-lhe a fazer guerra e deitou-o de lá para fora. O meu pai ainda se manteve durante uns tempos como cinleiro: eram aqueles que trabalhavam as terras que eram dadas ao terço, ao quarto, ao quinto conforme o tratado que era feito. O meu pai aguentou-se assim uma série de anos mas aquilo era uma vida de fome. Então o meu pai começou a trabalhar para os agrários.

O meu pai dizia, foi ajuda de ovelha, dia e noite, ganhando ao mês 25 a 30 escudos mais 30 quilos de farinha, 75 litros de grão e 3 litros de azeite, o que dava 1 dl por dia. A ceia era sempre igual: grão cozido com uma pinga de azeite e um pouco de cebola. Depois fui trabalhar umas vezes

como arrieiro — eram os que lavravam com as mulas —, outras como ganhão — que eram os que lavravam com os bois. Como ganhão, por volta dos 17 anos, ganhava 50\$00 por mês, mais 40 quilos de farinha, a mesma conta de antigamente em grão ou feijão frade e em azeite.

Fui para a terra em meados de 1944-45. Aquilo lá era bastante mau. A gente cá fora passava muita fome mas na tropa não passava menos. O que lá davam à gente com muita fartura era feijão: um feijão que vinha das colónias que não cozia e trazia mais escaravinhos do que propriamente feijões por cima do caldo, em vez de azeite ou outro óleo. O pão era um pão que comíamos a cêdea e não éramos capazes de comer o miolo. Depois de comermos a cêdea atirávamos o miolo às paredes e ele ficava lá agarrado. Os que tinham habilidade até faziam fiores e outras coisas com aquele miolo.

Vim depois da tropa. A situação cá fora era má: falta de trabalho e muita mão-de-obra, os agrários desejando que abalassem uns e despedindo outros que ganhavam a 20\$00, para meterem os multos que iam a 17\$00 e ainda agradeciam por ter trabalho.

Em 1947 caí, arranhei logo ali dois filhos em pouco tempo. Fome, dívidas ao comércio — comércio

como arrieiro — eram os que lavravam com as mulas —, outras como ganhão — que eram os que lavravam com os bois. Como ganhão, por volta dos 17 anos, ganhava 50\$00 por mês, mais 40 quilos de farinha, a mesma conta de antigamente em grão ou feijão frade e em azeite.

Fui para a terra em meados de 1944-45. Aquilo lá era bastante mau. A gente cá fora passava muita fome mas na tropa não passava menos. O que lá davam à gente com muita fartura era feijão: um feijão que vinha das colónias que não cozia e trazia mais escaravinhos do que propriamente feijões por cima do caldo, em vez de azeite ou outro óleo. O pão era um pão que comíamos a cêdea e não éramos capazes de comer o miolo. Depois de comermos a cêdea atirávamos o miolo às paredes e ele ficava lá agarrado. Os que tinham habilidade até faziam fiores e outras coisas com aquele miolo.

Vim depois da tropa. A situação cá fora era má: falta de trabalho e muita mão-de-obra, os agrários desejando que abalassem uns e despedindo outros que ganhavam a 20\$00, para meterem os multos que iam a 17\$00 e ainda agradeciam por ter trabalho.

Em 1947 caí, arranhei logo ali dois filhos em pouco tempo. Fome, dívidas ao comércio — comércio



José Pereira de Baixo, trabalhador agrícola de Sousei, um passado que não pode nunca mais ser futuro de nenhum trabalhador

também bastante pobre nestas terras, tinham dificuldades em fiar mas sempre iam fiando porque não tinham outros clientes, viemos por esta vida fora trabalhando (quando tínhamos trabalho) sempre no latifúndio.

E, fomos sempre lutando para ver se vinham ainda na nossa vida ou na dos nossos filhos, dias em que a gente satisfizesse a fome. Assim foi, afinal, que todos nós fizemos um pouco o 25 de Abril. E quando chegou foi uma alegria. Fez-se a Reforma Agrária.

Os agrários querem o tempo do antigamente. Mas esse já foi e não pode voltar a ser. A gente não quer. A gente não deixai.



Histórias do latifúndio

Vasto programa de iniciativas assinalará no nosso país o 30.º aniversário da fundação da RDA

De 30 deste mês até Dezembro decorrerão no nosso país as comemorações do 30.º aniversário da República Democrática Alemã. Tal como já salientou a Associação de Amizade Portugal-RDA, os objectivos do vasto programa planeado por aquela organização pretendem, num espírito de unidade, contribuir amplamente para um melhor conhecimento da RDA por parte da opinião pública portuguesa e realçar o progresso desta nação socialista nos mais variados sectores.

As comemorações, promovidas pelos 23 núcleos locais da Associação, constarão de sessões solenes, mesas-redondas, colóquios, debates, passagens de filmes e «slides», espectáculos com artistas da RDA vindos expressamente a Portugal e com artistas portugueses da canção, da música clássica e do teatro, além de jornadas desportivas com atletas dos dois países.

A delegação oficial que participará nas comemorações é constituída por Gerald Gotting, presidente da Liga para a Amizade com os Povos e vice-presidente do Conselho de Estado da RDA; Renata

Renker, da direcção da Federação Democrática das Mulheres; Friedrich Hopfner, presidente de uma cooperativa de produção artesanal; e Wolfgang Grezesko, funcionário sindical.

Em Lisboa

Nos próximos dias será divulgado o programa geral das comemorações, além de um «poster», uma medalha e uma edição especial da revista «Novos Caminhos». Entretanto, já estão marcadas as principais iniciativas que assinalarão em Lisboa o 30.º aniversário da RDA. Assim, no próximo dia 30 (inauguração) realiza-se numa sala de Lisboa uma sessão pública em que estarão presentes as personalidades que constituem a Comissão de Honra das comemorações, a direcção da Associação de Amizade Portugal-RDA, entidades oficiais, elementos da Embaixada deste país em Lisboa e ainda a delegação alemã a que já nos referimos.

No dia 31 deste mês será inaugurada às 16 horas, no salão Nobre da Sociedade Nacional de Belas-Artes (SNABA), em Lisboa, a Grande Exposição subordinada ao tema «RDA: 30 anos de desenvolvimento cultural,



RDA: três décadas que testemunham a força do socialismo real

social e científico». O certame, constituído por numerosos materiais, nomeadamente fotográficos, estará patente ao público até 11 de Abril.

As comemorações na capital ainda se prolongarão até 14 de Abril, estando previstas outras iniciativas.

O grupo de ginastas que virá a Portugal terá actuações em Almada, Moita, Montijo e Marinha Grande. Por seu turno, o «Grupo de Canto e Dança da RDA» realizará exhibições em Lisboa, Évora, Alhandra, Setúbal e Torres Novas. O conjunto folclórico «Jahrgang 49» actuará em Almada, Montijo, Torres Vedras, Torres Novas, Barreiro, Marinha Grande, Santarém e Alentejo. O Quarteto de Cordas de Berlim tocará em Évora, Santarém, Caldas da Rainha, Torres Novas e numa igreja de Lisboa.

Temas vários

15 de Março de 1939: os nazis ocupam a Checoslováquia inicia-se a resistência

O 15 de Março de 1939 é uma das datas que assinala a escalada nazi que conduziu à II Guerra Mundial. Nesse dia, e perante a complacência das potências ocidentais, os exércitos de Hitler ocupavam a parte ocidental da Checoslováquia. O terror nazi, que durante seis anos havia de fazer sentir-se por quase toda a Europa, instalava-se na Europa Central, preparando-se para o seu supremo objectivo: a destruição do primeiro Estado socialista da História — a União Soviética.

A ocupação nazi da Checoslováquia havia de durar seis anos, até que o povo da Checoslováquia e o Exército Vermelho da pátria de Lenine libertassem completamente em 9 de Maio de 1945 o território ocupado.

Essa ocupação começaria, porém, muito mais cedo, em Setembro de 1938. Com efeito, no dia 29 desse mês os representantes da Inglaterra e da França, na conferência de Munique, sentados ao lado de Hitler e Mussolini, assinavam o acordo sobre a desanexação das regiões fronteiriças da Checoslováquia e a sua anexação à Alemanha fascista. Do outro lado, os regimes reaccionários que então vigoravam na Hungria e na Polónia, ocupavam também territórios checoslovacos.

A Checoslováquia perdia assim um terço do seu território, onde viviam 5 milhões de habitantes e onde estavam concentrados 40 por cento da indústria do país.

O primeiro passo rumo à Guerra Mundial estava dado. No que restava da Checoslováquia, a ultra-direita — com o apoio dos que participaram na Conferência de Munique — assumia o poder e iniciava a progressiva fascização do país, pondo termo, em Outubro de 1938, à actividade legal do Partido Comunista da Checoslováquia.

A luta dos comunistas contra o nazi-fascismo

Entrando na clandestinidade, os comunistas checoslovacos adoptaram imediatamente um programa de luta activa. A ultra-direita no poder, proclamava, entretanto, e conforme instruções recebidas de Hitler, o chamado Estado eslovaco, em 14 de Março. No dia seguinte, as tropas nazis entravam em terras checas e era proclamado o «protectorado da Boémia e da Morávia».

Enquanto as potências capitalistas mantinham um silêncio complacente perante a escalada agressiva das tropas de Hitler, a União Soviética protestava energicamente, recusando-se a reconhecer os acordos de Munique e a invasão do 15 de Março.

As tropas nazis, logo no primeiro dia da ocupação, desencadearam operações visando aniquilar os comunistas checos. A resistência imediata à ocupação e à liquidação das liberdades constituiu a primeira etapa da luta de libertação nacional do povo checoslovaco.

Duas linhas defrontavam-se no movimento de libertação: uma — a revolucionária — era representada pelo Partido Comunista e o seu objectivo era, não apenas o restabelecimento da liberdade nacional e estatal, mas também a criação de um novo sistema popular e democrático que aniquilasse o poder da grande burguesia traidora e libertaria os trabalhadores; a outra linha — a burguesa — esforçava-se pela criação de condições semelhantes às que existiam antes do acordo de Munique.

Os comunistas e os restantes patriotas checos impuseram contudo a força da sua luta: desde o início da ocupação, logo no Verão e no Outono de 1939, organizaram greves, promoveram sabotagens da produção bélica, organizaram os primeiros grupos armados.

A ocupação da Polónia em 1 de Setembro de 1939 e o desencadear da II Guerra Mundial tiveram como consequência o recrudescimento do terror nazi-fascista na Checoslováquia. Porém, o povo, os comunistas, não quebravam: a imprensa clandestina do Partido organizava e mobilizava a resistência, o Partido reorganizava-se face à dura repressão que sobre ele se abatia, as greves e manifestações multiplicavam-se, assim como as acções armadas da resistência.

A brutalidade do terror nazi-fascista

A destruição e o extermínio total da nação checa eram os objectivos do nazi-fascismo alemão no «protectorado» adoptando mesmo o princípio de que parte da nação deveria ser desalojada ou até fisicamente exterminada. Fascistas impunham por todo o lado o seu terror brutal que caía



Os ocupantes nazis respondiam com o mais feroz terror à luta dos resistentes e patriotas checoslovacos. Na foto: dezenas de populares fuzilados pelos alemães em Lidice, aldeia queimada e arrasada em Junho de 1942

sobre todas as camadas da população, mas sobretudo na classe operária e a sua vanguarda revolucionária — o Partido Comunista da Checoslováquia.

O ataque contra a União Soviética, em 1941, motivou a entrada da URSS no conflito mundial. Este facto, aliado à formação de unidades checoslovacas no território da URSS, ao lado do Exército Vermelho, provocaram na Checoslováquia uma nova onda de resistência ao fascismo, que se alargava continuamente, graças à direcção do PCTch, dirigido por Klement Gottwald.

Reagindo à situação, Hitler nomeou o sanguinário general SS Heydrich para «protector», o qual logo proclamou a lei marcial. Em consequência, centenas de trabalhadores foram executados e milhares deportados para campos de concentração.

Porém, este crime contra o povo checo não ficaria sem resposta: em 27 de Maio de 1942 Heydrich sucumbiu a um atentado, o que, no entanto, originou nova vaga de terror repressivo, de que se destaca, pela sua crueldade e brutalidade, o extermínio das aldeias de Lidice e Ležáky, que foram totalmente queimadas e os seus habitantes assassinados.

A resistência do povo checo ao nazismo viria, no entanto, a alterar-se qualitativamente: o fim do terror estava próximo.

Finalmente, a libertação e o futuro

O ano de 1943 ficou assinalado pela contra-ofensiva decisiva do Exército Vermelho contra as hostes nazis. Esta situação

reflectiu-se no interior da Checoslováquia onde a perspectiva próxima da libertação mobilizou ainda mais o ânimo combativo de todo o povo.

Desde logo, a questão da futura organização política, económica e social da República libertada passou a primeiro plano. A classe operária e com ela a parte progressista da pequena burguesia e dos intelectuais entendiam a libertação nacional em estreita relação com a libertação social, como previa o Programa do PCTch, e estavam prontas para lutar pela transformação revolucionária da sociedade.

Os dois últimos anos de guerra foram um galopar veloz nas firme rumo à vitória, de que se assinalam as seguintes etapas: insurreição

nacional da Eslováquia, avanço vitorioso do Exército Vermelho, libertação da Eslováquia, constituição do governo de Frente Nacional de checos e eslovacos em Kosice.

Finalmente, em 9 de Maio de 1945, os patriotas checos, unidos ao avanço irresistível do Exército Vermelho, libertavam Praga. A luta dos patriotas checoslovacos e, simultaneamente, a luta dos antifascistas de todo o mundo alcançava uma grande vitória derrotando o nazi-fascismo.

As portas do futuro abriram-se para a grande nação checoslovaca: para trás ficavam seis anos de terror fascista; para a frente perfilavam-se no horizonte os tempos históricos em que finalmente se construiria a paz, a liberdade, a justiça e o progresso social.



O povo de Praga saúda as tropas soviéticas

Mesas-redondas e colóquios na exposição a realizar na SNABA

No período da exposição «RDA: 30 anos de desenvolvimento cultural, social e científico», que estará patente na SNABA, o público terá oportunidade de participar numa série de mesas-redondas, colóquios e debates em que estarão presentes personalidades da RDA e elementos da Associação, entre outros. Contribuir para um melhor conhecimento da vida daquele país socialista, divulgando e debatendo aspectos relacionados com todos os sectores de actividade da RDA, é um dos objectivos centrais destas iniciativas que, estamos certos, mobilizarão o interesse de muitos dos visitantes.

As mesas-redondas, colóquios e debates a realizar na SNABA decorrerão na sala do 1.º andar, entre as 16 e as 24 horas, de 31 deste mês a 11 de Abril. Divulgamos em

seguida os temas centrais daqueles encontros:

● 30 anos da RDA — 30 anos de colaboração política entre todas as classes e estratos sociais para o progresso do país.

● A participação dos trabalhadores na planificação e desenvolvimento de uma empresa;

● O papel do artesanato, do pequeno comerciante e do pequeno industrial na RDA;

● A igualdade da mulher na RDA; expressão do sentimento humanista daquela sociedade;

● A escola e o sistema de ensino na RDA;

● O desenvolvimento do desporto de massas e de alta competição na RDA;

● A política cultural na RDA;

● A política de saúde na RDA;

● 30 anos da RDA — 30 anos de luta pela paz e entendimento entre os povos.

Serão feitas intervenções de fundo pelo director da exposição, camarada Werner Kanwath, por outros elementos da delegação oficial, por diplomatas da RDA acreditados em Lisboa e ainda por democratas portugueses de diferentes sectores que já visitaram aquele país socialista.

Durante os encontros com os visitantes haverá também a participação artística do Quarteto de Cordas de Berlim, do conjunto folclórico «Jahrgang 49» e de vários artistas bem conhecidos do público português. Além do canto e da música, o teatro e a poesia também marcarão presença.

As matérias em debate serão ilustradas com filmes e slides.

PUB.

economia EC 18

questões económicas e sociais

Preço: 30\$00

NESTE NÚMERO:

- ALGUMAS CORRELAÇÕES NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA
- O PROGRAMA DO IV GOVERNO EM QUESTÃO

CD a distribuição

ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro

Sócio Pereira Gomes

obras de Sócio Pereira Gomes

ESTEIROS

Ano Internacional da Criança — Tudo pela criança! — palavra de ordem do PCP

A Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, numa mensagem à população a propósito do AIC, diz:

«A Comissão Concelhia do Barreiro do PCP reconhece a importância do AIC e, logicamente, deseja que ele tenha a mais ampla repercussão, mas não esquece que o bem-estar das crianças está profundamente ligado à paz e prosperidade mundial. A Comissão Concelhia apela a todos os seus militantes e simpatizantes para que participem em todas as iniciativas de carácter unitário que se integrem nas comemorações do AIC.

Tem o PCP igualmente consciência de que a problemática da criança é iminentemente de natureza social. Logo mergulha as suas raízes na estrutura socio-económica de cada país, pelo que, toda e qualquer solução de fundo para os graves problemas que afectam as

crianças hoje em dia, terá necessariamente de ser proveniente de mutações profundas da referida estrutura socioeconómica.

Ninguém poderá ficar indiferente a factos que acualmente ocorrem:

— Mais de 500 milhões de crianças passam fome nos países em vias de desenvolvimento;

— Uma em cada 4 crianças até aos 5 anos morre por falta de assistência médica, e somente 1 em cada 20 tem a referida assistência;

— 90% da população infantil não é vacinada, 400 milhões permanecem sem assistência média e 260 milhões em idade escolar não frequentam as escolas.

Aliados a estes factores, a subalimentação e a miséria em geral, são responsáveis pelo morte de mais de 15 milhões de crianças só em 1978.

Em Portugal,

concretamente, a falta de assistência médica e social, a fome, a exploração da mão-de-obra infantil, a escassez de creches e jardins de infância, o reduzido tempo de escolarização, etc., originam nas crianças provenientes das classes trabalhadoras as mais dolorosas consequências. Não é de estranhar, pois, que a taxa de mortalidade infantil em Portugal seja das mais elevadas da Europa (39 em cada mil). O facto de continuarem a morrer no nosso país cerca de 2000 crianças, mais de metade das quais no 1.º mês de vida, é elucidativo.

A taxa de escolaridade infantil não ultrapassa os 10%, a escolaridade obrigatória não é ainda uma realidade objectiva efectiva, isto, por exemplo, porque no ano lectivo de 1976/77 se registava uma taxa de abandono da ordem dos 22%.

Falar de crianças implica forçosamente referir

o problema da maternidade, da assistência materno-infantil. Esta é também altamente deficiente. A título de exemplo, apontemos apenas que nos últimos 5 anos de fascismo era de 30% a média de partos sem assistência.

Embora o 25 de Abril tenha trazido um decréscimo desta percentagem, ela é ainda das mais altas da Europa.

A tudo isto, não é de modo nenhum alheio a degradação do nível de vidas das classes trabalhadoras, a diminuição do poder de compra e em última análise as imposições dos monopólios e do imperialismo internacional.

Não admira pois que em matéria de política educativa se tenha assistido a uma violenta contra-reforma, com reflexos a todos os níveis.

Só uma verdadeira democratização, não só política mas também social, e o caminho firme e decidido no

sentido do socialismo, poderão solucionar em profundidade estas questões, aliás como aponta a Constituição Portuguesa.

Os países socialistas dão em cada dia que passa exemplos vivos de um reconhecimento prático e concreto dos direitos da criança, abrindo-lhes as perspectivas de um futuro melhor e mais justo.

As comemorações do Ano Internacional da Criança (AIC) não poderão deixar de ter em conta estas considerações, para, mesmo nas situações mais diversas, poder constituir um verdadeiro passo em frente, no bem-estar e na felicidade a que as crianças têm direito.

Pela nossa parte tudo faremos para tomar o ano de 1979, um verdadeiro Ano Internacional da Criança.

Tudo Pela Criança! Foi, é e será a nossa palavra de ordem!

Breves • Breves • Breves

De Palmela

Com a participação de mais de mil crianças, que se concentraram no Largo do Município em Palmela, desfilando depois até ao campo do Palmelense, iniciaram-se naquele concelho as actividades do Ano Internacional da Criança.

Durante a manhã houve exibição da classe de ginástica dos «Loureiros».

Depois do almoço de confraternização, tomado em jeito de piquenique, as crianças dos jardins de infância da Palmela e Brejo do Assa cantaram e fizeram demonstrações de música.

Não faltaram os ranchos folclóricos de Lagameças e Lagoinha e o jogo-do-pau pelo grupo de Lagameças.

Um minijogo de futebol entre equipas infantis seguido de desfile de todos os participantes fechou esta iniciativa.

Da Buraca

Cerca de 600 crianças e mais de 250 adultos participaram na abertura das

comemorações do AIC na Buraca, as quais abrangeram igualmente Alfragide, Cova de Moura e Zambujal. A realização de diversas provas desportivas, exibição de palhaços, teatro infantil e cantigas populares marcaram esta primeira realização, através da qual a Comissão de Apoio para o AIC, pretendendo igualmente incentivar os pais e os encarregados de educação à uma colaboração dinâmica a todas as iniciativas da Comissão, bem como aquelas que achem por bem sugerir.

Constituiu esta Comissão de Apoio ao AIE de Alfragide, Buraca, Cova da Moura e Zambujal, se seguintes organizações: Associação de Amigos de Alfragide, Associação de Pais da Escola Preparatória Almeida Garrett, Clube Desportivo «Os Académicos de Alfragide», Clube Recreativo e Desportivo da Buraca — Secção de Ginástica, Comissões de Moradores da Buraca, da Cova de Moura, do Zambujal, Comissão de Reformados da Buraca, Cooperativa Reforma Agrária, Escola Preparatória Almeida Garrett, Escolas

Primárias n.º 1 e n.º 2 da Buraca, Escuteiros de Alfragide e da Buraca, Externato de Alfragide, Grupo Convívio Arte Livre, Grupo Cultural do Zambujal, MDM — núcleo da Buraca, os Externatos «O Palhaço» e «O Paula», os Pioneiros da Buraca, o Real Clube da Buraca e a União Ciclista da Buraca.

Dos Pioneiros de Oeiras

Por iniciativa dos Pioneiros de Portugal do concelho de Oeiras, realizou-se a abertura do AIC neste concelho, na sala da Associação do Alto Zambujal. Num alegre convívio entre os Pioneiros de Queijas e Alêges e outras crianças dos bairros próximos da Associação, foi projectado o Diaporama «Os Operários do Natal» e foi a distribuição de doces a todas as crianças pelo «pasteleiro», figura famosa do mesmo diaporama.

Pioneiros de Monte Gordo

Foi criado finalmente o núcleo de Pioneiros de Monte Gordo. Só no primeiro dia,



A UNICEF enviou 10 mil cobertores às crianças portuguesas vítimas das inundações. O apelo foi lançado pelos Amigos da UNICEF, tendo tido um pronto acolhimento por parte deste organismo internacional que providenciou o transporte da solidariedade até ao nosso país. Ultrapassadas estranhas dificuldades levantadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Administração Interna quanto à entrada da oferta da UNICEF, os cobertores começaram já a ser distribuídos às crianças das zonas do Ribatejo, Aveiro e Douro

inscreveram-se 24 crianças. O núcleo de Pioneiros de Portugal de Monte Gordo projecta já várias iniciativas no quadro do AIC.

Da Icosal

A Comissão da Juventude da Icosal, empenhada nas comemorações do AIC, decidiu

desenvolver diversas iniciativas culturais e desportivas na Urbanização da Icosal no Monte Abrão. Entre elas, destaca-se para o próximo dia 25 de Março a realização de provas de atletismo, actuação de um grupo de teatro, palhaços e passagem de um filme na cantina da Icosal.

1º DE MAIO NA URSS

30/Abril — 8/Maio

Moscovo — Kiev

Moscovo — Leninegrado

20.900\$00

(Tudo incluído)



CONTACTE:

O DEPARTAMENTO de TURISMO

DA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS
Rua de S. Caetano à Lapa, 30 — 1200/Lx.
Telef. 601199/601099

Semana

7 Quarta-feira



1921 — Motim contra-revolucionário de marinheiros em Cronstadt, na Rússia Soviética; termina a 17 do mesmo mês.

O governo holandês exclui a possibilidade de tomar medidas contra o secretário-geral da NATO, Joseph Luns, a despeito da sua comprovada filiação no Partido nazi holandês, nos anos 30. ■ A "Liga dos Socialistas Iranianos" abandona a "Frente Nacional", que tem por secretário-geral Karim Sandjabi, ministro dos NE do actual governo do Irão, e adere à "Frente Nacional Democrática", cuja constituição foi anunciada durante a poderosa manifestação laica realizada na passada segunda-feira em Ahmabad em homenagem a Mossadeq, que em 1951 nacionalizou o petróleo do Irão. ■ O presidente Carter, dos EUA, inicia uma viagem ao Médio-Oriente para tentar salvar a "paz" separada israelo-egípcia. ■ O governo da República Socialista do Vietnam anuncia que a retirada das tropas chinesas não será dificultada, desde que os invasores terminem com as acções de guerra que continuam a cometer. ■ O presidente francês Giscard d'Estaing concede um "voto de confiança" ao primeiro-ministro Raymond Barre e pede um apoio total da coligação governamental para com a sua "política económica de austeridade". ■ A agência da imprensa ADN, da República Democrática Alemã, anuncia que Ursel Lorenzen, secretária do Executivo do Secretariado-Geral da NATO em Bruxelas, abandonou a organização e se refugiou na RDA no passado dia 5 de Março. Ursel Lorenzen denunciou os crescentes preparativos de guerra por parte da NATO, que nas manobras agora em curso, denominadas "Wintex-Cinex/1979", incluem um ataque nuclear simulado contra os países socialistas.

8 Quinta-feira

1910 — Dia Internacional da Mulher, proclamado pela Conferência Internacional Feminina.

Rádio Hanoi anuncia que as tropas invasoras chinesas iniciaram a retirada de algumas zonas ocupadas do Vietnam mas continuam a promover acções de guerra. ■ Os metalúrgicos franceses em greve obtêm uma primeira vitória em Denain, forçando o governo e as administrações das siderurgias a suspenderem os seus planos para o despedimento de milhares de operários e conseguindo a retirada da polícia de choque da cidade. ■ Milhares de mulheres iranianas reúnem-se na parte central de Teerão em protesto contra a pretérida imposição do "uso do véu", na primeira manifestação de oposição aberta ao "ayatollah" Khomeiny. ■ O presidente italiano Sandro Pertini volta a convidar o dirigente democrata-cristão Giulio Andreotti a tentar formar governo.

9 Sexta-feira

1945 — Os americanos atravessam o Reno, com o Exército Soviético já às portas de Berlim.



Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista italiano, acusa a Democracia Cristã de bloquear todos os esforços tendentes à resolução da crise que o país atravessa. ■ Alexei Kossyguine, Presidente do Conselho Executivo Soviético, inicia, em Nova Deli, uma visita oficial de seis dias à Índia. ■ É assassinado em Itália o secretário provincial da Democracia Cristã de Palermo, Michele Reina. ■ Na sequência de uma reunião do Comité Central da FLN é formado um novo governo na Argélia; o Executivo é dirigido por Mohamed Abdelghani, que conserva a direcção do Ministério do Interior, e compreende 26 ministérios e duas secretarias de Estado. ■ O presidente francês Giscard d'Estaing inicia uma visita oficial à Roménia. ■ Um grupo de mulheres manifesta-se no centro de Santiago do Chile e ocupa temporariamente a catedral para protestar contra a proibição, pela ditadura fascista, da celebração do Dia Internacional da Mulher. ■ Ursel Lorenzen, a funcionária da NATO que se refugiou na RDA no passado dia 5, esclarece para a TV da RDA alguns dos motivos que a levaram a abandonar esta organização militar capitalista, salientando, entre eles, que a NATO visa uma guerra futura, o que está em conflito com a sua filosofia humanista; explicitando esta afirmação, afirmaria que, actualmente, nem um só exercício militar da NATO se realiza sem que o uso de armas atómicas seja incluído no planeamento contra Estados socialistas. ■ O presidente Assad, da Síria, critica o Egipto e diz que o tratado de paz israelo-egípcio "fabricado" pelos norte-americanos, não trará a paz ao Médio-Oriente. ■ Morre o cardeal Jean Villot, secretário de Estado do Vaticano.

10 Sábado

1906 — Catastrofe nas minas de Courrières, devido a insuficientes condições de segurança, tendo morrido mais de 1000 mineiros; este acontecimento provocou uma greve geral de mineiros em França.

Começa a campanha para as primeiras eleições municipais em Espanha desde a guerra civil de 1936-39 e nove dias depois das eleições legislativas. ■ O presidente Felix Maloum e o seu primeiro-ministro, Hisssem Habre, do Chade, assinam um acordo consentindo na inclusão de tropas nigerianas e francesas entre as suas próprias tropas. ■ Termina o prazo previsto oficialmente para a visita do presidente Carter, dos EUA, ao Egipto, sem que se tenha avançado, minimamente no projecto de "paz separada" israelo-egípcia. ■ Um comunicado das FAPLA anuncia que 15 povoações da província do Cunene, em Angola, foram bombardeadas por esquadrilhas da FA dos racistas da África do Sul em vários dias da semana passada, vitimando populações indefesas a pretexto de ataques a supostas "posições" da SWAPO. ■ É assassinado em Madrid o inspector do corpo superior da polícia espanhola, Angel Rodriguez Hermida.

11 Domingo

1938 — A Alemanha nazi ocupa militarmente a Áustria.



O Ministério dos NE da RS do Vietnam denuncia que as tropas invasoras chinesas estão a alterar as delimitações fronteiriças entre os dois países, deslocando os marcos de sinalização para o interior do território vietnamita. ■ O chefe do governo do Irão, Mehdi Bazargan, ordena ao ministro do Interior que faça os preparativos para o anunciado referendo marcado para o próximo dia 30 de Março que, em princípio, determinará a futura forma de governo do país. ■ Na sua segunda semana de voo no espaço a bordo da estação espacial "Saliut-6", os cosmonautas soviéticos Vladimir Lyakhov e Valery Ryumin, da missão "Soyuz-32", gozam um dia de "descanso activo" ouvindo música e fazendo exercício a bordo da estação.

12 Segunda-feira

1970 — Os representantes da RDA e RFA concordam em que o primeiro-ministro da RDA, Willi Stoph, e o chanceler Willy Brandt, da RFA, se reúnam para o 1.º encontro de alto nível entre os chefes dos governos dos dois países.

O jornal vietnamita "Nhan Dan" afirma que os dirigentes chineses estão a fazer planos para a anexação do Laos e para prolongar a guerra contra o Vietnam. ■ A União Soviética lança para o espaço a nave automática "Progresso-5", que leva combustível e diversos carregamentos para o complexo orbital "Saliut-6-Soyuz-32". ■ Os chefes de governo dos países membros da CEE aprovam a entrada imediata em vigor do novo "sistema monetário europeu".

13 Terça-feira

1969 — Regressa à Terra a nave norte-americana "Apollo-9", cujo voo foi o ensaio para o desembarque na Lua.

O Paquistão abandona a "Organização do Tratado Central" (CENTO), um dia após o Irão ter anunciado medida semelhante, indicando o comunicado oficial que tal medida foi tomada devido ao falhanço da CENTO sem servir os "interesses da paz e da segurança" na região; a CENTO é a organização militar imperialista que agrupa alguns países a Sudeste da Ásia. ■ Manifestam-se divisões na hierarquia religiosa iraniana a propósito do referendo sobre o regime; alguns elementos preponderantes opõem-se à "fórmula" de Khomeiny que pretende impor uma "solução islâmica".

Para quando o fim da agressão chinesa?

A mobilização geral do povo vietnamita contra o agressor chinês, que fôra entretanto contido pelas milícias e pela guarda fronteiriça do Vietnam, coincidiu com a declaração oficial de Pequim de retirada das suas tropas. Passados dois dias, o "Nhan Dan", órgão do Partido Comunista do Vietnam, inseria nas suas páginas uma mensagem com um apelo a todos os países e forças progressistas para que empreendam acções "que forcem os agressores chineses a retirar imediatamente as suas tropas e mantendo-se afastados do Laos". Quatro dias depois, o ministério vietnamita dos Negócios Estrangeiros emitiu um comunicado em que se afirma: "Até ao momento, as tropas chinesas continuam a cavar trincheiras e erguer fortificações, preparando-se para continuar a guerra e prosseguir com os crimes contra o povo vietnamita em muitas regiões".

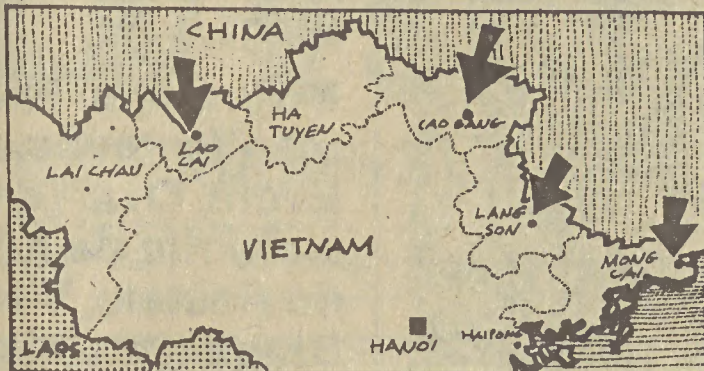
Que retirada?

A sequência dos factos atesta a fidelidade das declarações dos dirigentes chineses que, desde o princípio da criminoso invasão do Vietnam heróico, a tentaram cinicamente apresentar como "uma lição", afirmando diariamente, com a devida cobertura da propaganda burguesa a nível internacional, que não se tratava de uma guerra. Na verdade, e apesar de o povo vietnamita ter decidido facilitar a retirada das forças invasoras, esta arrastase-se deliberadamente. Segundo a agência japonesa "Kyodo", que cita fontes chinesas, a retirada poderá demorar duas semanas (depois de três de lutas sangrentas). Os chineses estão a proceder à substituição de tropas em diversas frentes de combate e a retirada parcial das forças invasoras é acompanhada de múltiplas provocações e acções

criminosas contra o povo vietnamita, superando em actos de barbaridade os cometidos por forças francesas e norte-americanas. Em comunicado divulgado pela Cruz Vermelha, denuncia-se a prática, pelos invasores, de atrocidades contra a população civil e assassinato mesmo de médicas e enfermeiras. Todas as casas e bens são destruídos pelo caminho. Na província de Lai Chan, no noroeste do país, os chineses incendiaram e destruíram 53 aldeias, apoderando-se de milhares de cabeças de gado. A destruição e roubo, os ataques a estruturas económicas e sociais do povo vietnamita, é um objectivo claro do invasor, que assim pretende prejudicar o máximo possível o trabalho pacífico de reconstrução do país, criminosamente interrompido por tropas e armas mandadas de Pequim.

Acções de provocação

O período posterior à anunciada retirada caracteriza-se também por acções de provocação que poderão levar ao arrastar e ao alargamento da guerra. Trata-se, por um lado, da alteração das delimitações fronteiriças entre os dois países, deslocando os marcos de sinalização para o interior do território vietnamita — facto prontamente denunciado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros vietnamita; por outro, da concentração de tropas na fronteira do Laos e infiltração de elementos contra-revolucionários, devidamente treinados por Pequim. Não esquecendo a continuação das acções provocatórias no Cambodia, abertamente apoiadas e fomentadas pelos dirigentes de Pequim. Fica assim aberto um foco de provocação e tensão em todo o Sudeste Asiático, no seguimento da linha de política externa de Pequim, que se caracteriza pelo alinhamento com as forças mais



Os pontos principais de incursão das tropas chinesas em território vietnamita. Repare-se na extensão da fronteira com o Laos em que se concentram tropas de Pequim

reaccionárias a nível internacional, por uma agressividade alimentada pelos planos hegemónicos do maioismo. E que se tem concretizado numa perigosa prática: a totalidade dos conflitos que ocorreram durante os dez últimos anos do governo de Mao Tsé-tung, ao longo dos vinte mil quilómetros da fronteira da China, é superior aos que ocorreram em todo o mundo no mesmo prazo.

Baluarte da Paz e do Socialismo

"A República Socialista do Vietnam é um baluarte da paz e do socialismo no Sudeste Asiático, o principal obstáculo à expansão chinesa na nossa região. Eis a razão por que a China escolheu o Vietnam como objecto da agressão declarada" — afirma o Partido Comunista da Indonésia numa declaração sobre a agressão chinesa ao Vietnam. Mas exactamente porque o Vietnam é um sólido baluarte da paz e do socialismo no Sudeste Asiático, porque, como salientava Ho Chi Minh, "não há coisa mais cara do que a independência e a liberdade", a criminoso ofensiva chinesa estava derrotada à partida. A realidade desta monstruosa guerra confirma essa

inevitabilidade. Como destacou o vice-ministro vietnamita dos Negócios Estrangeiros, a invasão chinesa do Vietnam é "uma aventura mal sucedida" que custou para já 50 mil soldados a Pequim. O número de efectivos e o material empregue revela objectivos reais bem mais ambiciosos do que os proclamados. Os generais de Pequim, afirma o "Nhan Dan", meteram-se "às cegas num impasse estratégico, embrenhando-se no dispositivo vietnamita de guerra popular. Declararam que a sua acção era voluntariamente limitada no espaço e no tempo, mas o Vietnam heróico, apelado pelos países amigos, não se entregou de mãos e pés atados. A pressão permanente exercida sobre os agressores fez-lhes perder a iniciativa". A condenação universal do monstruoso crime que é a invasão do Vietnam, a derrota no campo militar e político dos dirigentes chineses, as dificuldades que estes estão a sentir também no plano interno, onde se levantam vozes contra a guerra, são desde já os frutos que os dirigentes de Pequim estão a colher da agressão ao baluarte da paz e do socialismo no Sudeste Asiático.

Conferência internacional de solidariedade com o Vietnam

"O solo do Vietnam socialista é sagrado para todos os que se batem pela paz e a liberdade. Em trinta anos de batalhas sucessivas contra o imperialismo japonês, francês e americano, os vietnamitas, nação de heróis, consagraram a sua terra com o sangue dos seus patriotas". Esta afirmação, profundamente sentida por toda a humanidade progressista, está contida na declaração que, com outros três documentos (dois apelos e um programa de acção), foi aprovada pela Conferência Internacional de Urgência de Apelo ao Vietnam, realizada em Helsinquia de 6 a 8 de Março.

Convocada pelo Conselho Mundial da Paz, esta Conferência de solidariedade com o Vietnam heróico, hoje vítima de uma agressão de Pequim, reuniu cerca de 400 delegados representando organizações nacionais de mais de uma centena de países e trinta organizações internacionais. Presente também uma delegação portuguesa, composta por José Vitoriano, da Comissão Política do CC do PCP e vice-presidente da Assembleia da República, Carlos Carvalhas e Orlando de Carvalho, do Comité Português para a Paz e Cooperação, e Carlos Moura da União da Juventude Comunista (UJC), tendo intervenido nos trabalhos José Vitoriano, Orlando de Carvalho e Carlos Moura. O nosso país esteve representado na mesa da Conferência através de Carlos Carvalhas.

PCP solidário com o Vietnam

"A posição do Partido Comunista Português é muito clara, e queremos reafirmar

novamente nesta Conferência, perante os nossos camaradas vietnamitas, perante todas as forças democráticas, progressistas e amantes da paz aqui representadas: as tropas chinesas, devem retirar imediatamente e sem condições do território vietnamita! Quaisquer condescendências para com a criminoso agressão chinesa encerram graves perigos, não apenas para a independência e integridade territorial do povo vietnamita mas para a paz no sudeste da Ásia e do Mundo" — declarou o camarada José Vitoriano, representante do PCP, na sua intervenção na Conferência, tendo destacado também que "a agressão da China ao Vietnam não tem justificação senão nas posições reaccionárias, chauvinistas e expansionistas dos dirigentes chineses que, traíndo os ideais do povo chinês, obreíro da grande revolução de 1949, traíndo e denegando os ideais do

socialismo, alinham hoje abertamente com o imperialismo e combatem por todo o lado os povos e forças que lutam pela independência, a liberdade e o socialismo".

Desmascaramento e denúncia da agressão

A tónica geral das intervenções foi de vigorosa condenação da agressão, de completa solidariedade com o povo vietnamita e de exigência da imediata retirada das tropas agressoras. Isso mesmo é vibrantemente salientado no Apelo final que, sob a palavra de ordem "Tirem as mãos do Vietnam", apela à intensificação do movimento de solidariedade com o Vietnam e salienta: "A soberania total e a integridade territorial do Vietnam, como de todos os países do mundo, devem



Um guarda-fronteira vietnamita — uma das primeiras vítimas da criminoso agressão chinesa

Trabalhadores franceses lutam contra despedimentos

O que se passa actualmente em França é um exemplo mais — e um exemplo elucidativo — da oposição entre política de lucro e necessidades, do que representa uma "reestruturação" nos moldes capitalistas. Um exemplo também da crescente envergadura e radicalização da luta das massas trabalhadoras nos países capitalistas desenvolvidos.

Assim, apesar de estar previsto o crescimento das necessidades mundiais em aço — actualmente de 700 milhões de toneladas — para mil milhões, na segunda metade da década de 80, o plano governamental francês para a indústria siderúrgica prevê a redução da produção actual, de 33 milhões de toneladas, para 27 milhões de toneladas. Razão invocada: a indústria siderúrgica, indústria base numa economia desenvolvida, não dá lucro.

Passa-se assim, dentro da lógica capitalista, à "reestruturação" do sector. É "reestruturação" quer dizer mais de 21 mil despedimentos entre 130 mil trabalhadores, num país que conta já com mais de um milhão e 300 mil desempregados (12% da população activa), número que aumenta todos os anos (mesmo sem contar com os despedimentos), com os jovens que saem das escolas e se debatem com o problema dramático de encontrarem fechadas as portas da vida activa.

Longwy e Denain são nomes hoje conhecidos pela envergadura e pelo carácter da

luta dos trabalhadores metalúrgicos franceses contra a grave ameaça de despedimento colectivo que pesa sobre todo o operariado da indústria siderúrgica. O grupo "Usinor", na cidade de Denain, a exemplo do que se projecta para todo o sector, tem nos seus planos o despedimento colectivo de 5 mil trabalhadores.

Os planos do capital estão-se a defrontar com uma enérgica resistência popular que se arrasta já há um mês e tem assumido formas da aguda batalha — com greves, a ocupação de fábricas e estradas e grandes manifestações de rua. O governo

de Barre, exclusivamente apoiado pela União para a Defesa da República (UDF), partido de Giscard d'Estaing, responde ao movimento popular com duas armas: as promessas, o acenar de "indemnizações" a pagar a quem "voluntariamente" entre no exército dos desempregados, e a repressão. A polícia de choque fez dezenas de feridos em Longwy e Denain. Granadas de gás lacrimógeno foram lançadas contra os trabalhadores barricados.

Os metalúrgicos franceses em greve conseguiram entretanto algumas vitórias: a suspensão dos

planos de despedimento e a retirada da polícia de choque. Mas os problemas permanecem e a luta continua. Deputados comunistas e socialistas pediram a convocação do Parlamento para debate urgente do problema do desemprego. Os próprios gaullistas demarcam-se da «maioria» governamental. Para dia 23 está prevista a realização de uma grande jornada popular contra o desemprego.

O que se passa em França reflecte, pois, a tendência evidente de agudização da luta de classes em todos os países capitalistas desenvolvidos.



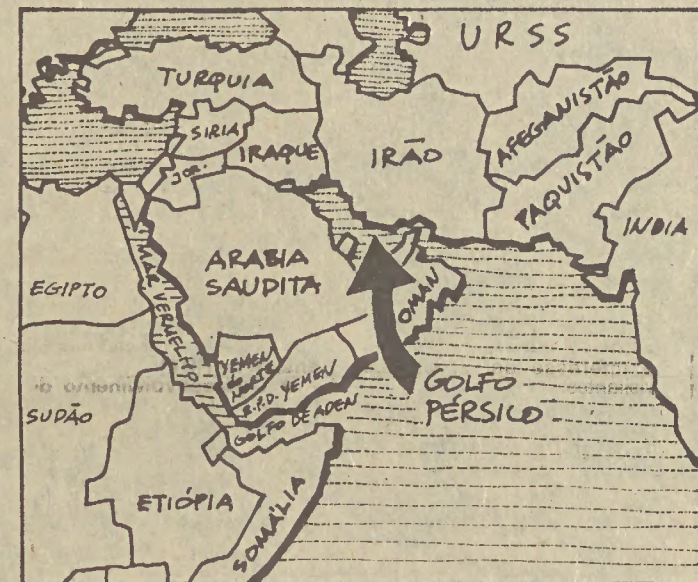
Governo Barre: contra as grandiosas lutas dos metalúrgicos em defesa do direito ao trabalho, a "resposta" da repressão

Bombardeamentos a Angola e Moçambique

Os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia assumem actualmente, de uma forma cada vez mais ostensiva, o papel de arma dirigida contra o movimento de libertação do continente africano. Pela prática de sucessivas e constantes agressões armadas contra os países vizinhos, constituem uma séria ameaça para a paz em África. Apenas nestes últimos dias, 15 povoações angolanas, da província do Cunene, foram bombardeadas por esquadrilhas da Força Aérea da África do Sul. Como afirma o comunicado do Estado-Maior General das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), "nos últimos dias, o Exército sul-africano intensificou as violações do nosso território e a sua acção criminosa contra as populações indefesas, a pretexto de atacar supostas posições da "SWAPO". Os bombardeamentos causaram 6 mortos. Diversas aldeias foram queimadas. Minas anticarro e antipessoal foram colocadas em vias de comunicação. Quase simultaneamente, no dia 12, duas localidades do Sul da República Popular de Moçambique, na província de Gaza, foram bombardeadas por aviões rodesianos.

ESTAS últimas agressões contra Angola e Moçambique inserem-se numa escalada nos ataques a países com fronteira com a África do Sul e a Rodésia. No terceiro bombardeamento, em duas semanas, contra território zambiano, foram mortas cinco pessoas numa aldeia no Sueste do país. Por outro lado, tropas sul-africanas mataram mais de 40 pessoas e feriram cerca de cem ao atacarem campos de refugiados da SWAPO em território zambiano, próximo da fronteira com a Namíbia. No último ataque a Angola, anterior aos bombardeamentos da semana passada, caças rodesianos metralharam instalações escolares da Frente Patriótica do Zimbabué, matando 170 pessoas. Estes ataques foram denunciados pela cimeira dos cinco Estados africanos da Linha da Frente, na sua reunião em Luanda, como uma perigosa tentativa de internacionalização do conflito na Rodésia. Por outro lado, o grupo africano na ONU condenou as agressões armadas da África do Sul a Angola, lembrando a necessidade de adopção de outras medidas.

Os ataques armados dos regimes racistas contra os países africanos progressistas reflectem as dificuldades em que se debatem face ao avanço do movimento de libertação. A Frente Patriótica do Zimbabué organiza uma nova vida em amplas zonas libertadas. A farsa eleitoral que deverá ser realizada na Rodésia no dia 24 foi posta em causa no Conselho de Segurança da ONU pelos seus membros não-alinhados e pelo representante da União Soviética, que denunciou o proposto envio de congressistas norte-americanos e membros do Parlamento britânico a tais "eleições", como um apoio ao regime de Smith. As agressões por parte da África do Sul têm como objectivo, como destaca o Estado-Maior General das FAPLA, "sabotar os esforços realizados pelas Nações Unidas para o estabelecimento de condições mínimas de paz e segurança na Namíbia", que passam por um cessar-fogo — aceite pela SWAPO — que deveria ter início hoje.



Golfo Pérsico : mais armas dos EUA contra luta popular

Os Estados Unidos propuseram à Arábia Saudita o envio de uma esquadrilha de caças "F-15". Simultaneamente foi pedida ao Congresso dos Estados Unidos autorização para vender ao Iémen do Norte 12 aviões "F-5E", uma centena de veículos blindados, 64 tanques e dois comboios de transporte militar "C-130". Armamentos sofisticados (por vezes acompanhados dos respectivos operadores) seguem directamente de Washington para o Iémen do Norte. Entretanto, a imprensa burguesa noticia, não às violações da fronteira por parte de tropas do governo do Norte contra o Iémen Democrático, mas a "agressão" do Sul contra o Norte, não os progressos na luta de libertação do Norte, mas a "invasão" por tropas do Sul. Que se passa de facto no Golfo Pérsico?

Na chameira entre a Ásia e a África, extremamente rico em petróleo, o Golfo Pérsico é uma zona de grande importância política e económica, que o imperialismo se tem esforçado por dominar. Mas este domínio sofre aí sérios golpes. A revolução no Afeganistão seguiu-se o desmoronar da monarquia iraniana. O maior Exército da zona, amado e treinado não só para reprimir o movimento popular no próprio país mas também para servir de polícia em relação aos povos dos países vizinhos, foi incapaz de sustentar o ímpeto revolucionário do povo iraniano em luta contra o regime ditatorial do Xá. O Iémen do Sul é uma importante ilha democrática encravada numa zona onde imperam regimes reaccionários.

As preocupações do imperialismo são assim sobejamente fundamentadas. Com um cinco-à-vontade, que ainda lhe é possível, Washington afirma não querer perder mais terreno na zona, como se de cuidada sua se tratasse. Os esforços para impedir o processo revolucionário no Irão assumem novas formas. A queda do Xá a Casa Branca respondeu com imediatas propostas de reforço do arsenal da Arábia Saudita e de constituição de novas alianças militares na região. Intensifica o apoio ao regime de Sanaa (capital do Iémen do Norte) contra a luta conduzida pela Frente Democrática Nacional nor-íemenita e alimenta conflitos fronteiriços dirigidos contra a República Popular Democrática do Iémen. Como destacou Mahmoud Oshaish, ministro sul-íemenita das Comunicações, ao

denunciar as tentativas de apresentar como uma invasão do Norte pelo Sul a luta da Frente Democrática contra o regime de Sanaa, os Estados Unidos estão a tentar preencher o espaço deixado vago após a queda do Xá do Irão.

O movimento revolucionário no Irão

Prosegue e assume novas formas o movimento revolucionário no Irão. A grandiosa manifestação nacional de homenagem a Mossadeq — o dirigente nacionalista iraniano outrora derrubado por um golpe da CIA — em que participou um milhão de pessoas, demonstra que o impulso revolucionário que impôs a queda do Xá continua hoje a imprimir a sua marca decisiva no evoluir dos acontecimentos no país. Reafirmando-se a complexidade da situação interna iraniana, foram dados passos importantes no plano da imprescindível organização das massas populares: o aparecimento público, pela primeira vez, do Partido Tudeh (comunista), antes ferozmente perseguido pela Savak, a polícia política do Xá, e a criação da Frente Nacional Democrática, com um programa democrático, laico, nacionalista e popular, facto particularmente se pretende dominar no espantilho da religião islâmica o poderoso movimento popular.

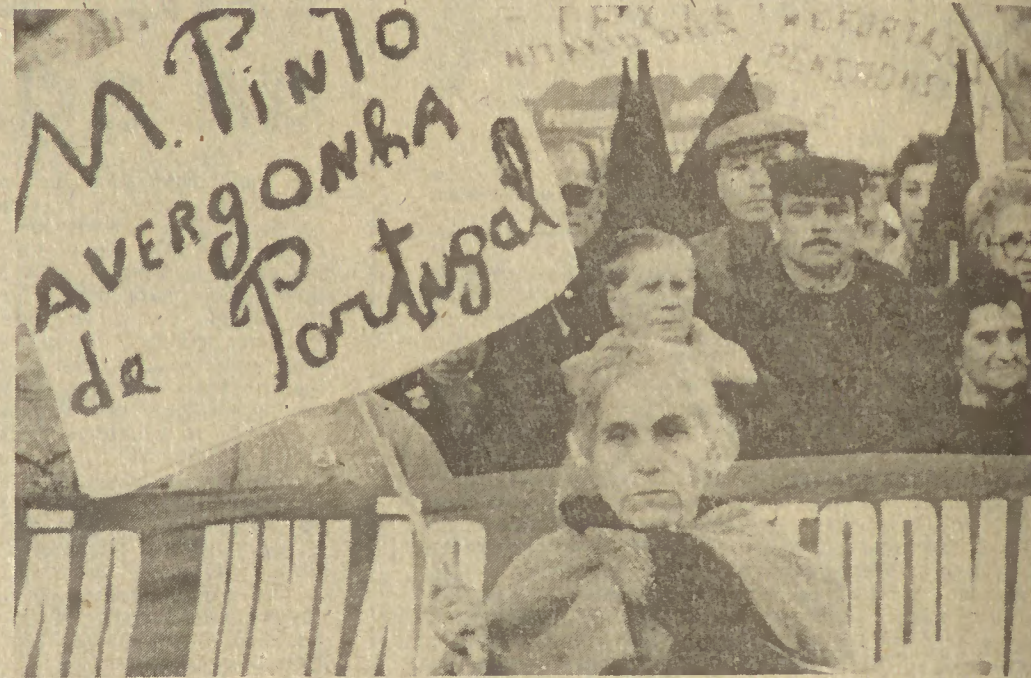
Estas diversas formas de organização popular estão a marcar profundamente a política oficial e a obter vitórias sobre determinações governamentais repudiadas pelas forças mais progressistas. Assim, assiste-se ao recuo oficial na tentativa de imposição de normas islâmicas, como a do uso do véu (chador), após uma manifestação que reuniu milhares de mulheres no Dia Internacional da Mulher. Prossegue os julgamentos de elementos profundamente comprometidos nos crimes do regime derrubado. Todas as propriedades do Xá foram confiscadas. Em matéria de política externa continuam a ser dados passos positivos, tendo-se entretanto concretizado a nível oficial a demarcação em relação ao pacto militar CENTO. Uma revolução democrática e anti-imperialista reforça as suas raízes no Irão.



Actualmente os trabalhadores podem comprar com o seu salário um quarto do que compravam em fins de 75; a parte dos salários no rendimento nacional desceu de 63%, em 75, para 48%, agora; 200 000 jovens procuram o seu primeiro emprego; de Julho de 76 a Outubro de 78, 113 mil trabalhadores engrossaram o exército de desempregados que atinge hoje 600 000 homens e mulheres. Estas são algumas das consequências de uma política antipopular agora agravada pelo governo reaccionário Mota Pinto/PPD contra a qual milhares e milhares de trabalhadores protestaram nas ruas da capital do Norte.

Portugal diz não ao Governo.
Sábado passado foram 120 000 pessoas no Porto, 30 000 em Braga.

No próximo sábado, manifestação em Beja, Évora, Ovar (de todo o distrito de Aveiro), Viana do Castelo, Vila Real, Bragança e Lisboa (onde estarão também os trabalhadores dos distritos de Setúbal, Santarém e Portalegre).
Em defesa do Portugal de Abril e sua Constituição.



O grito simplesmente escrito e profundamente sentido de meio milhão de reformados e pensionistas voados ao abandono, à fome e à miséria. A presença dos trabalhadores reformados na manifestação constitui uma frontal acusação ao governo reaccionário. Muitas bandeiras negras de fome ondularam sobre os manifestantes do passado sábado nas mãos de trabalhadores que à economia portuguesa deram o melhor do seu esforço para encherem os bolsos do patronato e que hoje firmemente defendem a democracia pois "só o 25 de Abril defenderá o Outono da vida".

A LUTA CONTINUA! MOTA PINTO PARA A RUA!

As duas maiores cidades do Norte do País — Porto e Braga — assistiram no passado sábado a duas das maiores manifestações ali realizadas, resposta condigna dos trabalhadores nortenhos à maior ofensiva desde sempre desencadeada contra as condições de vida do Povo português, contra as conquistas de Abril, contra a Constituição. O repúdio pela política antipopular e fascizante do governo Mota Pinto/PPD foi inequivocamente afirmado pelos milhares e milhares de pessoas que, ao apelo dos sindicatos e da CGTP/Inter, com o apoio de forças democráticas nomeadamente do PCP, desceram à rua

exigindo o fim das violências nos campos do Alentejo, medidas activas contra o desemprego, o fim de uma política que cada vez mais degrada as condições de vida, de quem trabalha e protestaram vigorosamente contra a ofensiva antidemocrática e anticonstitucional desencadeada na Comunicação Social pelo ministro Prouença de Carvalho.

Prosseguindo o vasto movimento de repúdio nacional contra a política do governo mais à direita depois do 25 de Abril, as grandiosas manifestações de Braga e do Porto foram, contudo, apenas um começo.

Em Lisboa, as Uniões dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal, os Secretariados das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal e as organizações sindicais de Santarém e Portalegre, a participação em massa de todos os trabalhadores na manifestação que se iniciará às 15 horas no largo Martim Moniz, subirá a Av. Almirante Reis e terminará com um comício na Alameda D. Afonso Henriques. Em Évora, as Uniões de Sindicatos de Évora e Montemor-o-Novo, vinte e dois sindicatos, o Secretariado Distrital das UCPs e as CUMs apelam para a concentração de trabalhadores às

15 horas no Rossio de S. Brás. Em Beja, a concentração efectuar-se-á, a apelo de 64 organizações (sindicatos, CTs, UCPs e Coops, CUMs, etc) às 14 e 30 no Largo do Mercado Velho. Em Ovar, os trabalhadores do distrito de Aveiro concentrar-se-ão às 15 horas no Parque da Estação. Em Viana do Castelo a concentração na Praça da República começará às 15 e 30. Em Bragança, também às 15 e 30, o povo e os trabalhadores do Nordeste transmontano estarão na Praça 1.º de Maio. Em Vila Real a manifestação convocada pelos sindicatos inicia-se às 15 e 30 na Avenida Carvalho Araújo.



O movimento sindical unitário, conquista gloriosa dos trabalhadores portugueses, assume mais uma vez papel destacado na defesa dos interesses nacionais, ao tomar a iniciativa da convocação das manifestações contra a política antipopular do governo Mota Pinto/PPD. Os dirigentes sindicais Vieira Mendes, do secretariado da USP-CGTP/IN e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública — zona Norte, e Armando Teixeira da Silva, do executivo do Secretariado Nacional da CGTP/IN usaram da palavra no comício final da manifestação do Porto, denunciando a actual situação e assegurando a determinação dos trabalhadores portugueses de, como sublinhou a moção final aprovada, defenderem as suas estruturas de classe contra a ofensiva divisionista, de se baterem firmemente pelas conquistas de Abril, pela liberdade e pela Constituição.



Lutando contra uma política que faz recair sobre os trabalhadores o preço da crise provocada por uma política antinacional e antipopular, lutando contra uma ofensiva repressiva que, nas empresas, nos campos da Reforma Agrária apoia o patronato e os agrários nas suas perseguições e arbitrariedades, os manifestantes deixaram igualmente bem clara a determinação patriótica de defenderem a Constituição livremente escolhida pelo Povo português e que o Governo Mota Pinto quotidianamente ignora e viola. A ofensiva anticonstitucional contra a liberdade de expressão foi vivamente denunciada no Porto onde, inclusivamente, o "Jornal de Notícias" desintervenccionado por Prouença de Carvalho censurou um apelo da DORN do PCP à participação na manifestação!



Dezenas de sindicatos de todo o distrito do Porto fizeram-se representar, numa categórica afirmação da capacidade de mobilização do movimento sindical unitário face à ofensiva de um governo e de uma política que, como se afirmou no comício final "têm o repúdio das massas trabalhadoras e de vastos sectores da população. Por isso, é um Governo que não interessa ao Povo português, é um Governo que será derrotado. Muitas e variadas lutas nos esperam. (...) Todos os dias, as mais variadas camadas da população, jovens, mulheres, reformados, todos aqueles que são vítimas da política revoltante do governo, engrasam o caudal que manterá Portugal nos caminhos da liberdade e da democracia, que o conduzirá na senda do progresso e da libertação, iniciados em 25 de Abril e consagrados na Constituição. No Portugal democrático não é possível governar contra os trabalhadores, contra a força da Nação".



As consequências desastrosas das medidas de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que conhecem agora com o projecto de Orçamento Geral do Estado uma expressão mais violenta, foram vivamente denunciadas nas manifestações. A fome é hoje um espectro que se ergue bem claramente sobre milhares de lares de trabalhadores portugueses. Por isso, no sábado passado no Porto e em Braga, no próximo sábado em muitas outras cidades do continente, o povo desceu à rua para dizer "basta de aumento do custo de vida; para dizer não aos salários e pensões de miséria, ao desemprego, aos despedimentos, à repressão e à violência; ao orçamento dos pacotes; ao aumento dos impostos e ao imposto sobre o 13.º mês". Para dizer "não a esta política e aos responsáveis por ela, para gritar não ao Governo Mota Pinto. Viemos, porque sentimos na pele que é necessário mostrar aos que governam contra o povo, o que o povo e os trabalhadores pensam deles".